

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
CURSO DE DOUTORADO EM LETRAS

CINTHIA DE LIMA NEVES

REARRANJO DE VALÊNCIA NA LÍNGUA PARKATÊJÊ (TIMBIRA)

Belém
2017

CINTHIA DE LIMA NEVES

REARRANJO DE VALÊNCIA NA LÍNGUA PARKATÊJÊ (TIMBIRA)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Letras (Linguística).

Orientadora:
Profa. Dra. Marília de Oliveira Ferreira

Belém
2017

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

D278r

de Lima Neves, Cinthia.

Rearranjo de valência na língua Parkatêjê (Timbira) / Cinthia de Lima Neves, . — 2017.

140 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Comunicação,
Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

1. Paraktêjê. 2. Valência. 3. Timbira. I. Título.

CDD 410

CINTHIA DE LIMA NEVES

REARRANJO DE VALÊNCIA NA LÍNGUA PARKATÊJÊ (TIMBIRA)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Letras (Linguística).

Orientadora:
Profa. Dra. Marília de Oliveira Ferreira

Data de Aprovação: 24/02/2017

Banca examinadora:

Profa. Dra. Marília de Oliveira Ferreira (UFPA)
Orientadora

Profa. Dra. Flavia de Castro Alves (UnB)
Membro Externo

Dr. Sergio Meira (MPEG)
Membro Externo

Profa. Dr. Sidney da Silva Facundes (UFPA)
Membro Interno

Profa. Dra. Ana Vilacy Moreira Galucio (UFPA/MPEG)
Membro Interno

AGRADECIMENTOS

Parafraseando a personagem da minha série favorita, lembro que minha trajetória na linguística começou como uma lagarta, e por anos a sala 07 do prédio do Programa de Pós-Graduação em Letras foi meu casulo. Nesse tempo, durante o qual passei por longas e [nem tão] silenciosas metamorfoses, contei com árvores que me fizeram emergir, ambiciosa borboleta, de olho em novos horizontes. A essas árvores, de bons frutos, meus agradecimentos abaixo.

À Professora Marília Ferreira, que me descobriu, ainda caloura; foi quem me levou até os Parkatêjê; quem apoiou a pesquisa com projetos e orientações e viabilizou, desde a graduação, as produções sob minha autoria, muitas das quais foi co-autora. Registro, ainda, meus agradecimentos à Germana Sales, que, juntamente com professora Marília, aprovou o Doutorado em Letras na UFPA, o primeiro do Norte. Obrigada, professoras, pelo bom trabalho e competência naquela gestão.

Ao povo Parkatêjê, em especial ao cacique Krôhókrenhum, nosso líder, que me recebeu na comunidade, confiou a mim suas memórias e histórias, ensinou-me não só lições na língua, mas também da/para a vida.

Aos professores orientadores não oficiais, porém oficiosos, Eduardo Rivail e Sidney Facundes, com quem compartilhei as primeiras ideias do projeto, de quem recebi as primeiras indicações de leitura.

À Mily Crevels por me receber no Centro de Linguística da Universidade de Leiden (LUCL) e aos demais professores e amigos/colegas de Leiden com quem sanei dúvida, compartilhei dados, dividi almoços/café/chocolates; os meses fora de casa teriam sido mais frios sem vocês.

A minhas *atô* Nazaré, Tayná, Nandra, Jaqueline e Luciana, com quem passei dias e madrugadas coletando e transcrevendo dados. E a meus parentes de sangue que me esperaram em casa com a minha comida favorita como forma de dizer “estávamos com saudade”.

A Gustavo Guedes, que esteve comigo na alegria dos trabalhos aceitos para apresentação/publicação e na tristeza dos dias sem perspectiva de bolsa ou emprego.

Por fim, aos não mencionados aqui, mas, que de alguma forma, contribuíram para minha formação como linguista e como pessoa. Muito obrigada.

RESUMO

Diversos pesquisadores realizaram trabalhos sobre os povos Timbira: Apaniekrá (CASTRO ALVES, 2004, 1999); Apinajé (DAVIS, 1966; OLIVEIRA, 2003); Krahô (SOUZA, 1997, 1990); Krinkati (CASTRO ALVES, 2004; AMADO, 2004); Parkatêjê (NEVES, 2012; FERREIRA, 2003; ARAÚJO, 1989) Pykobjê (SÁ, 1999; AMADO, 2004); Ramkokamekrá (DAVIS, 1966; POPJES & POPJES, 1986). À exceção dos estudos contrastivos de Alves (1995), Alves & Sá (2000) e Alves (2002), o Timbira não conta com trabalhos que descrevam/comparem/contrastem determinados aspectos nas línguas que compõem o complexo dialetal, principalmente aqueles que são recorrentes e produtivos nessas línguas, como o processo de mudança de valência. Em algumas línguas, como o Parkatêjê, o fenômeno necessita de aprofundamento, contemplando questões gerais que permitam estender a pesquisa às outras línguas Timbira e, posteriormente, às línguas Jê do Norte (Panará, Suyá, Kayapó). A proposta deste trabalho é descrever, do ponto de vista morfossintático e semântico, os mecanismos envolvidos nos processos de rearranjo de valência em Parkatêjê, comparando àqueles atestados em outras línguas Timbira, a fim de contribuir com trabalhos de cunho descritivo, histórico e/ou comparativo de línguas Jê e das línguas em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Parkatêjê; valência; Timbira.

ABSTRACT

Several researchers described Timbira languages as Apaniekrá (CASTRO ALVES, 2004, 1999); Apinajé (DAVIS, 1966; OLIVEIRA, 2003); Krahô (SOUZA, 1997, 1990); Krinkati (CASTRO ALVES, 2004; AMADO, 2004); Parkatêjê (NEVES, 2012; FERREIRA, 2003; ARAÚJO, 1989) Pykobjê (SÁ, 1999; AMADO, 2004); Ramkokamekrá (DAVIS, 1966; POPJES & POPJES, 1986). In addition to the contrastive studies of Alves (1995), Alves & Sá (2000) and Alves (2002), Timbira does not have descriptions to compare and contrast some aspects in the languages of the dialect complex, especially those that are recurrent and productive in these languages, such as the valency changing process. In some languages, such as Parkatêjê, the phenomenon needs to be more studied, analyzing general questions that allow the research to be described in the other Timbira languages and later to other Jê languages (Panará, Suyá, Kayapó). The purpose of this work is to describe, from the morphosyntactic and semantic point of view, the mechanisms involved in the valency rearrangement processes in Parkatêjê, comparing them to those in other Timbira languages, in order to contribute with descriptive, historical or comparative works in Jê languages and languages in general.

KEYWORDS: Parkatêjê; Valency changing; Timbira.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pronomes livres e dependentes em Parkatêjê	25
Quadro 2: Alinhamento condicionado pelas categorias TAM	26
Quadro 3: Distribuição dos elementos pronominais	27
Quadro 4: Distribuição dos pronomes pessoais do Krahô	29
Quadro 5: Distribuição dos pronomes pessoais do Apãniekrá no sistema NOM-ABS	30
Quadro 6: Distribuição dos pronomes pessoais do Apãniekrá no passado simples	31
Quadro 7: Ocorrência de prefixos relacionais com verbos	40
Quadro 8: Escala de transitividade	42
Quadro 9: Formas pronominais de 1 ^a e 2 ^a pessoas em Parkatêjê	45
Quadro 10: Pronomes livres e dependentes em Parkatêjê	50
Quadro 11: Formas pronominais de terceira pessoas em línguas Timbira e em Pannará	56
Quadro 12: Compostos resultantes de incorporação nominal	77
Quadro 13: Formas de expressão de reciprocidade, reflexividade e medialidade/ anticausatividade em línguas Jê	13 4

ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Aldeia Parkatêjê localizada no Km 30 da BR-222	14
Ilustração 2: Localização do território Parkatêjê	14
Ilustração 3: Sistemas de alinhamento dos argumentos verbais	23
Ilustração 4: Semântica e argumentos verbais	49
Ilustração 5: Sistema de alinhamento em tempo não-passado	52
Ilustração 6: sistema de alinhamento e distribuição dos pronomes no passado recente	53
Ilustração 7: sistema de alinhamento e distribuição dos pronomes no passado distante	54
Ilustração 8: Distribuição das formas pronominais nos tempos passado e não-passado	56
Ilustração 9: Hierarquia nominal de Silverstein (1976)	57
Ilustração 10: Tipos de expressão de reciprocidade segundo Haspelmath (2007)	99
Ilustração 11: Continuum de operações que marcam a demissão de O	129
Ilustração 12: Diagrama de relações semânticas de acordo com o número de participantes	130
Ilustração 13: Continuum de operações que sinalizam ajuste sintático	134
Ilustração 14: Continuum de operações de mais a menos argumentos A	135

ABREVIATURAS

1	first person
2	second person
3	third person
A	agent-like argument of canonical transitive verb
ABL	ablative
ABS	absolutive
ACC	accusative
ADJ	adjective
ADV	adverb(ial)
AGR	agreement
ALL	allative
ANTIP	antipassive
APPL	applicative
ART	article
AUX	auxiliary
BEN	benefactive
CAUS	causative
CLF	classifier
COM	comitative
COMP	complementizer
COMPL	completive
COND	conditional
COP	copula
CVB	converb
DAT	dative
DECL	declarative
DEF	definite
DEM	demonstrative
DET	determiner
DIST	distal
DISTR	distributive
DU	dual
DUR	durative
ERG	ergative
EXCL	exclusive
F	feminine
FOC	focus
FUT	future
GEN	genitive
IMP	imperative
INCL	inclusive

IND	indicative
INDF	indefinite
INF	infinitive
INS	instrumental
INTR	intransitive
IPFV	imperfective
IRR	irrealis
LOC	locative
M	masculine
N	neuter
N-	non- (e.g. NSG nonsingular, NPST nonpast)
NEG	negation, negative
NMLZ	nominalizer/nominalization
NOM	nominative
OBJ	object
OBL	oblique
P	patient-like argument of canonical transitive verb
PASS	passive
PFV	perfective
PL	plural
POSS	possessive
PRED	predicative
PRF	perfect
PRS	present
PROG	progressive
PROH	prohibitive
PROX	proximal/proximate
PST	past
PTCP	participle
PURP	purposive
Q	question particle/marker
QUOT	quotative
RECP	reciprocal
REFL	reflexive
REL	relative
RES	resultative
S	single argument of canonical intransitive verb
SBJ	subject
SBJV	subjunctive
SG	singular
TOP	topic
TR	transitive

VOC vocative

Fonte: <https://www.eva.mpg.de/lingua/pdf/Glossing-Rules.pdf>

SUMÁRIO

Introdução	13
1. Os Parkatêjê: quem e quantos são? Onde estão?	14
2. O histórico de contato do Parkatêjê com o <i>kupẽ</i>	16
3. Minha relação com os Parkatêjê	19
4. Dados e metodologia	20
1. Revisão teórica: a morfossintaxe verbal Timbira	22
1.1 Alinhamento: papéis semânticos e relações gramaticais	22
1.2 Transitividade	34
1.2.1 Intransitivos	35
1.2.2 Transitivos	39
1.2.3 Transitividade como um traço gradativo	42
2. Alinhamento em Parkatêjê	49
2.1 Alinhamento em sentenças de tempo não-passado	50
2.2 Alinhamento em sentenças de tempo passado	52
2.3 Hierarquia de pessoa	56
2.4 Formas longas e breves	58
3. Operações de ajuste de valência	65
3.1 Redução de valência	67
3.1.1 Deobjetiva: categoria de demissão de paciente	67
3.1.2 Anticausativa: categoria de demissão de agente	70
3.1.3 Incorporação nominal	75
3.2 Aumento de valência	78
3.2.1 Aplicativo: categoria de inclusão de paciente	78
3.2.2 Causativo: categoria de inclusão de agente	86
4. Operações de mudança de voz	96
4.1 Recíprocos	96
4.2 Reflexivos	118

5. Voz média: um <i>continuum</i> de menos a mais agentes	127
Considerações Finais	137
REFERÊNCIAS	139

INTRODUÇÃO

A proposta desta tese é descrever as operações de voz e mudança de valência em Parkatêjê, com vies semântico. A língua Parkatêjê pertence à maior família linguística do grupo Macro-Jê, a família Jê. Juntamente com outras línguas (Krahô, Krinkati, Apaniekrá-Canela, Ramkokamekrá-Canela, Pykobjê-Gavião, Krenjê e Apinajé) forma um grupo de línguas inteligíveis entre si em diferentes graus denominado “Complexo Dialetal Timbira” (Rodrigues, 1986). Além de aspectos linguísticos, fonético-fonológicos e sintáticos, esses povos compartilham características culturais: a disposição das casas em forma circular na aldeia e o costume de realizar a corrida de toras, por exemplo.

O trabalho está organizado da seguinte forma: no Capítulo I faço uma revisão da morfologia verbal Timbira, apresentando as ideias de outros autores sobre as línguas do complexo. O Capítulo II traz uma síntese do sistema de alinhamento Parkatêjê, com base na semântica verbal. As operações de ajuste de valência aparecem no Capítulo III, no qual trato de categorias de demissão e inclusão de AGENTE a PACIENTE. Operações que alteram a diátese da sentença são apresentadas no Capítulo IV como operações da categoria de voz. Finalmente, o Capítulo V traz minha proposta de tratamento das construções mediais da língua, de noção mais semântica do que sintática, dispendo-se em um *continuum* junto com outras operações como anticausatividade, reflexividade e reciprocidade.

Como esta não é a primeira descrição para o Parkatêjê¹, cada vez que me referir a interpretações/observações/análises de outros autores, citarei a fonte (autor, ano e página). Da mesma forma, os dados, tabelas e quadros utilizados, do Parkatêjê e de outras línguas, cujas autorias não são minhas, apresentam fonte e foram transcritos tal qual os autores apresentaram em seus trabalhos - os dados que constituem meu corpus trazem a indicação de que são minhas notas de campo e do ano em que foram coletados.

Após o exame de qualificação deste trabalho, o processo de coleta/testes dos dados passou por dificuldades devido ao falecimento do chefe Krôhokrenhum: além de a comunidade ter entrado em estado de luto, os povos da Terra Indígena Mãe Maria vêm passando por constantes processos de divisão. Acrescem-se a isso outras perdas na geração mais velha,

¹ Desde 1977, com a Dissertação de Mestrado da Professora Leopoldina Araújo, a língua conta com descrições de diversos aspectos da língua (*cf.* Anexos).

de falantes que poderia contribuir com esta análise. A cada perda, um estado de luto, que deve ser respeitado pela comunidade como um todo, incluindo os pesquisadores.

1. Parkatêjê: quem e quantos são? Onde estão?

Atualmente, o Parkatêjê é falado pela apenas geração mais velha de uma população de 627 pessoas² residentes na Terra Indígena Mãe Maria, localizada a 30 Km do sul de Marabá, às margens da BR-222, sudeste do Pará:



Ilustração 1: Aldeia Parkatêjê localizada no Km 30 da BR-222. Fonte: <http://maps.google.com.br>



Ilustração 2: Localização do território Parkatêjê. Fonte: <http://maps.google.com.br>

² Dados do Posto de Saúde da Comunidade, 2012.

O grupo hoje conhecido como Gavião Parkatêjê (ou Gavião do Pará) é composto por remanescentes de três grupos que viveram na região do sudeste do Pará e do Maranhão: Rôhôtatêjê, grupo do cocal; Akrâtikatêjê, povo da serra; e Kyikatêjê, turma do Maranhão³, por ter vivido às proximidades da cidade de Imperatriz:

E todo mundo era uma turma só – depois é que teve briga e espalhou: uma turma ficou no Tucuruí, outra turma correu pro Maranhão. Mas primeiro era tudo junto, cada um na sua aldeia, tudo por aqui – do Moju, até a serra, na cabeceira do Jacundá.
(Krôhokrenhum Jôpaipaire, 2011, p. 75)

Salvo engano de minha compreensão, o falecido (em 2016) chefe Krôhokrenhum Parkatêjê me explicou que essa primeira separação deu origem aos grupos Rôhôtatêjê e Kyikatêjê. Uma nova cisão dentro do primeiro grupo originou o “grupo da serra”, Akrâtikatêjê. Os Rôhôtatêjê e os Akrâtikatêjê se encontravam na jusante do rio Tocantins, por isso eram chamados de Parkatêjê (grupo de baixo) pelos Kyikatêjê, que estavam na montante do rio – esta disposição, segundo o chefe, também pode ser pensada com base no lado nascente (grupo de cima) e no lado poente (grupo de baixo) do sol. De acordo com Ferraz (1993) esses grupos se uniram novamente nos anos de 1970, quando os Kyikatêjê foram levados pela FUNAI para trabalhar com os Parkatêjê.

Segundo Araújo (1989, p.9), até 1980 o povo estava dividido em duas aldeias,

uma sede, às margens da estrada, conhecida como ‘turma do 30’, por estar a Sede localizada no km 30 da Rodovia PA 70 (...); a outra aldeia, dos ‘maranhão’ ou kyikatêjê, ficava a cerca de 4 km da primeira.
(ARAÚJO, 1989, p. 9)

A situação sociocultural dos dois povos era diferente devido ao tempo de contato e localização de suas aldeias. Por influência e imposição dos funcionários do Posto Indígena, o grupo do trinta adotou usos e costumes dos não-índios, deixando os costumes tradicionais e a língua indígena:

os homens eram instigados a cortar os cabelos à moda nacional e o grupo proibido de fazer suas festas, pois precisavam trabalhar oito horas por dia em suas roças, a fim de fugir à pecha de índio preguiçoso, ‘como quando estavam no mato’.
(ARAÚJO, 1989, p. 11)

Em 1980, com a morte do último chefe do “grupo do Maranhão”, o grupo do 30 e o grupo kyikatêjê se juntaram sob o comando do falecido líder Parkatêjê, chefe Krôhokrenhum. Para Araújo (1989), essa reunião recuperou o “sistema de metades rituais”; a partir desse

³ Outro povo Timbira é conhecido por Gavião do Maranhão (Gavião Pykobjê). No caso dos Kyikatêjê é uma referência ao lugar em que este grupo se refugiou.

momento os Gavião voltaram a relembrar as festas antigas: em 1981, depois de mais de vinte anos, a “Festa do Wakmere” recomeçou.

Em 2008, quando cheguei à comunidade dos Parkatêjê, esta população residia em duas aldeias (uma à altura do Km 30 e outra próxima ao Km 33). Naquela época, eram quatro comunidades, divididas de acordo com o grupo de origem: o Akrâtikatêjê no Km 17 (cujo chefe faleceu em Abril de 2014); o Kyikatêjê no Km 25; e o Rôhokatêjê no Km 30 e no Km 33 (ambas sob a mesma chefia). Atualmente, pelo menos sete comunidades foram formadas por divisões dentro destes três grupos.

Muitas são as discussões acadêmicas e sociais quanto à língua desses povos: seriam Parkatêjê e as demais línguas Timbira variantes de uma mesma língua ou línguas próximas? Considerando, que, no caso dos Akrâtikatêjê, Kyikatêjê e Rôhokatêjê, se esses dois povos viveram juntos, falando duas línguas distintas e inteligíveis entre si, deve-se ter em conta

a percepção que os próprios falantes têm de sua língua e ressaltar o esforço contínuo que tem havido entre esses povos quanto ao fortalecimento de uma unidade cultural, a qual passa, sem dúvida, pela unidade linguística (...).
(AMADO, 2006, p. 3)

A pesquisa que aqui apresento tem como dados a língua falada pelo grupo residente nos Km 30 e 33, isto é, o grupo dos Rôhokatêjê (que embora tenham dado este nome à aldeia em que residem, denominam-se Parkatêjê).

2. O histórico do Parkatejê com o *kupê*

Kupê, cujo significado pode ser ‘pegar’, é o termo em Parkatêjê (e em diversas línguas Jê) para se referir ao não-indígena. Depois de seis anos convivendo com este povo, Capitão me contou a origem lendária do termo. Disse-me que, ao encontrar o primeiro homem branco no mato, o indígena ofereceu-lhe um facão proferindo tal palavra, como pedido para que ele segurasse a ferramenta: “pega!”. Segundo Krôhokrenhum, o indígena presenteou o não-indígena, que passou a ser chamado de *kupê*.

Segundo Araújo (1989, p. 8), o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) contactou o primeiro grupo de índios gavião [Rôhokatêjê] em 1956, ano em que as terras onde se encontram foram por eles ocupadas e até 1976 o território era conhecido por “Posto Indígena Mãe Maria”. Esse contato foi inevitável, pois foi “a única possibilidade de sobrevivência física para os

componentes do grupo do Cocal, localizado, então nas cabeceiras do rio Praia Alta, no município de Itupiranga” (FERRAZ, 1993, p. 22).

Nesse momento, relata Krôhôkrenhum, “parece que tinha cinquenta famílias na aldeia do Praialto (...). Foi quando, de repente, apareceu a doença. Foi muito ruim. Morreram todos, e nós diminuimos de novo”, restando não mais que cerca de vinte pessoas. Crianças e adolescentes com idades entre cinco e dezesseis anos foram entregues a famílias em Itupiranga e em Marabá, dentre os quais estava uma das irmãs de Krôhôkrenhum, Kwyikwyire, que relembra alguns momentos desse período no livro de memórias de seu irmão:

dizem que eu estava barriguda, dizem que ela mesmo ficou com medo de eu não escapar, mas ela cuidou de mim, graças a Deus, e eu consegui escapar. (...) O meu pessoal sempre ia me visitar, levar as coisas, pra mim. Meu irmão, esse finado (Jôkorenhum), que morreu, ele sempre me visitou, sempre teve contato comigo; eles iam lá. (Krôhôkrenhum Jôpaipaire, 2011, p. 175)

Os primeiros anos de contato logo deixaram marcas nos aspectos culturais desse povo. Em muitos aspectos o grupo deixou seus costumes. Por exemplo, as crianças deixaram de ser batizadas com nomes gavião ou, quando o recebiam, vinham acompanhados de nomes *kupê*, sendo chamadas por esses; muitos adultos atualmente são conhecidos e chamados por seus nomes *kupê*, embora tenham nomes indígenas.

A situação encontrada por Araújo em 1974, quando iniciou seu trabalho de pesquisa linguística com os Gavião, era diferente entre os Parkatêjê e o grupo do Maranhão. Enquanto aqueles falavam majoritariamente o português, os Kyikatêjê se encontravam praticamente monolíngues na língua indígena.

A convivência com os não-indígenas foi inevitável. Por constituírem uma grande área de castanhais, as terras Parkatêjê, por volta de 1920, começaram a ser invadidas. Anos depois, em 1967, a rodovia PA-70 (atual BR-222, rodovia em que residem) cruzou a Reserva Indígena Mãe Maria para ligar Marabá à BR-010 (Belém-Brasília). Dez anos depois, juntamente com a construção da PA-150, o Decreto 80.100 de 8/08/1977 autorizou a construção da linha de transmissão entre Marabá e Imperatriz, a qual foi feita passando novamente pela reserva. Posteriormente, nos anos de 1980, com as obras da Usina Hidrelétrica de Tucuruí nas fundações, foram instaladas dentro da reserva torres de transmissão, que também atingiram os Parkatêjê. Finalmente, no mesmo período, em 1985, foi criada a Estrada de Ferro Carajás, conectando as minas de ferro de Carajás/Pará ao Terminal Portuário de Ponta da Madeira/Maranhão também no território indígena.

Com a união dos dois grupos, em 1980, Parkatêjê e Kyikatêjê passaram a constituir a razão social “Comunidade Indígena Parkatêjê”, que assumiu o comando da atividade castanheira, com comercialização do produto, tornando os Gavião economicamente independentes.

O contato com o mundo *kupê* garantiu a sobrevivência do povo Parkatêjê, permitiu a união dos grupos e os tornou independentes em termos econômicos. Entretanto, a língua portuguesa ocupou espaços cada vez maiores no grupo “depreciando o uso da língua tradicional, percebida como insuficiente para os novos relacionamentos que se estabeleciam” (Araújo, 2008). Interferências que ultrapassaram a substituição dos nomes próprios indígenas pelos não indígenas, pois “as crianças não estão mais aprendendo o Parkatêjê como sua primeira língua, mas sim o português. Isso coloca o Parkatêjê em uma situação de risco” (FERREIRA, 2003, p. 22).

As mudanças na vida tradicional, que conseqüentemente fragilizaram a língua, iniciaram nos anos 80, segundo Araújo (2008), com uma

agressão à língua, que vinha se dando pelo entorno, (...) pela presença de um aparelho de TV, que à noite, ligado por uma longa extensão a casa do chefe, era posto no centro do pátio (...), tradicional espaço de reunião dos velhos e fascinava crianças e adultos.
[...]
(...) ficavam fascinados com esse novo ‘contador de histórias’. Era forte instrumento de introdução da língua portuguesa.

Mudanças linguísticas/estruturais também podem ser notadas na língua indígena, como a descentralização de vogais, a redução do léxico e a inserção/empréstimo de palavras do português. Ao descrever a variante étnica do português falada nessa comunidade, Ferreira (2005) exemplifica que, na fala da 2ª ou 3ª geração dos atuais membros da comunidade, vogais centrais como [i] são produzidas na região posterior. Assim, termos como [katɪɪ] ‘vovó’ são pronunciados [katuɪ]. Da mesma forma, por assimilação e influência da língua portuguesa, o aspecto lexical sofreu alterações como a perda das especificações para o ato de comer. No Parkatêjê eram, por exemplo, distintos o ato de comer carnes duras como veado (*kukrê*), comer frutos ou carnes macios como cupuaçu e peixe (*kuhô*) e triturar os alimentos como castanha (*kãmxâr*). Todas essas formas foram substituídas, grosso modo, por uma forma genérica - *kukrê* - tal como em português, no qual o item lexical ‘comer’ atende a todos os tipos de comida.

Para Araújo (2008), “quanto aos Parkatêjê, é sua política lingüística interna – e adequado planejamento – que definirá a revitalização de sua língua.” Revitalização que dá seus

primeiros passos com a realização de festas tradicionais como a do Põhytetet (Festa do Milho Verde) e com as crianças da comunidade aprendendo os cantos rituais que homenagearam o cacique no lançamento de seu livro em 2011.

3. Minha relação com o povo

Meu trabalho com os Parkatêjê iniciou quando eu era aluna de graduação da Universidade Federal do Pará, em 2007, orientada pela Professora Doutora Marília Ferreira. O primeiro trabalho como bolsista CNPq vinculada ao PIBIC se deu no âmbito dos sons da língua, tratando de uma análise acústica preliminar das vogais centrais em palavras isoladas coletadas pela professora desde 2000.

Em 2008, no segundo período de bolsa, com um novo plano de trabalho, fiz minha primeira viagem de campo à comunidade, por aproximadamente onze dias. Naquela ocasião começava os estudos com narrativas tradicionais. Durante a viagem fui treinada em diferentes aspectos: 1) viver com a comunidade; 2) usar equipamentos de coleta; 3) coletar os dados; e 4) transcrever o material coletado. O primeiro trabalho resultante do período de 2008, intitulado “Análise de um texto da língua Parkatêjê: gravação e transcrição de dados”, foi apresentado no XX Seminário de Iniciação Científica, tendo sido avaliado como o Melhor Trabalho de Iniciação Científica da área de Linguística em 2009.

No meu último período como aluna de IC, paralelamente ao trabalho com narrativas, construí meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre vogais orais da língua do ponto de vista acústico, orientadora pela Professora Doutora Gessiane Picanço, defendido em 2010, posteriormente publicado como capítulo de livro da Revista Línguas e Culturas Macro-Jê em 2010.

Durante a coleta e transcrição de narrativas orais tradicionais, por sugestão da Professora Marília, dediquei-me aos estudos sobre a alternância de código; as trocas de uma língua para outra, encontradas nas narrativas Parkatêjê contadas pelo chefe Krôhókrenhum, foram o objeto de estudo da minha Dissertação de Mestrado, na qual as alternâncias foram descritas e analisadas com base em teorias que tratam da sistematicidade do fenômeno. Ainda neste período, produto do Prêmio PROEX de Arte e Cultura/2010 – Categoria Audiovisual – lançamos um documentário intitulado “Dois Mundos, Duas Línguas”, que retrata em aproximadamente quinze minutos o cotidiano dos Parkatêjê, a convivência da língua tradicional e do português.

Concomitante a estes trabalhos de cunho descritivo, entre os anos de 2010 a 2014 desenvolvi, na comunidade, oficinas de alfabetização de adultos em língua materna, como parte de um projeto de extensão coordenado pela Professora Marília Ferreira, cujo objetivo era alfabetizar adultos indígenas em sua língua materna. A última seção se deu em Setembro de 2014, às vésperas da visita à Universidade de Leiden para estágio de doutorado-sanduiche.

Com a morte do chefe Krôhokrenhum, em 19 de outubro de 2016, a comunidade elegeu um novo chefe, estando em fase de luto e de adaptação à nova liderança. Deste modo, pela exiguidade do tempo para defender minha tese no prazo e pelas circunstâncias do luto e de outras questões sócio-políticas da comunidade, decidi não empreender viagem de campo no período.

4. Dados e metodologia

O corpus aqui utilizado consiste de dados de três fontes: i) as narrativas orais coletadas em 2009 e transcritas naquele ano e nos anos seguintes; ii) dados coletados por mim especificamente para o desenvolvimento desta tese, principalmente em 2014, quando empreendi cinco viagens à comunidade; iii) dados coletados para outros trabalhos e que foram, gentilmente, compartilhados comigo. A fonte de cada dado que apresento aqui está indicada logo abaixo de sua tradução para o português.

As sentenças são apresentadas em três linhas: 1ª - a sentença dada pelo falante na língua; 2ª - linha de glosa morfema a morfema, nas quais consta a tradução de cada item, lexical ou gramatical; 3ª - tradução para o português. Nos casos em que me faltam os correspondentes na linha de glosa, seguindo orientações da minha orientadora colaboradora Mily Crevels, optei por repetir o item dado na primeira linha. Ressalto que, para não ficar exaustiva a apresentação dos dados ao longo do texto, optei por selecionar no corpus exemplos que representam/explicam minhas interpretações; nos casos em que não conto com dados suficientes para chegar a uma conclusão, tendo apenas pistas dos fenômenos, indico no texto que me faltam dados.

Para a interlinearização de glosas morfema a morfema, segui as Regras de Glosa de Leipzig, desenvolvidas pelo Departamento de Linguística do Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology (por Bernard Comrie e Martin Haspelmath) e pelo Departamento de Linguística da Universidade de Leipzig (por Balthasar Bickel), incluindo algumas abreviatu-

ras que não aparecem na lista cedida pelos pesquisadores. Segui estas regras para análise e descrição dos dados por mim interpretados, de modo que fui fiel à descrição e análise de cada autor citado, mantendo suas glosas e traduções.

Os dados coletados por mim em 2014 são, em sua maioria, elicitados baseadas nas situações diárias que vivi durante os períodos em que estive na comunidade: diálogos espontâneos entre falantes nativos, interação dos falantes comigo, aulas de canto, festas tradicionais.

Para a obtenção dos dados, a ajuda do Chefe krôhôkrenhum (Capitão) no papel de meu professor⁴ de Parkatêjê foi imprescindível. Pacientemente, cedeu-me as sentenças nas duas línguas, falando pausadamente cada palavra para que pudesse captar os sons. Conte também com outros falantes que me deram outras formas de “dizer a mesma coisa”.

Com a morte do Capitão em outubro de 2016, não foi possível retornar à comunidade para confirmar/refutar algumas hipóteses levantadas após a qualificação desta tese por dois motivos anteriormente mencionados: i) respeito ao luto vivido pela comunidade; ii) Capitão foi meu informante principal - um falante não se sente confortável para negar ou afirmar algo dito por outro falante.

Como nenhum trabalho de cunho descritivo pode se abster de uso de teorias, oriento-me por uma visão tipológico-funcional, apresentada em trabalhos como os de Shibatani (1976), Comrie (1976 e 1985) e Dixon (1979 e 1994), cujo objetivo é a análise de fenômenos linguísticos, não a elaboração de teorias, priorizando generalizações mais concretas. Recorro também a outros aportes teóricos como o formalismo, para descrever e hipotetizar sobre os dados e sobre a língua em estudo.

Embora tenha contado com orientações e sugestões, como menciono diversas vezes ao longo do texto, as observações e conclusões estabelecidas aqui são de responsabilidade única e exclusivamente minha.

⁴ Refiro-me a ele como meu professor por entender que se define como tal aquele que transmite conhecimentos e/ou ensinamentos a outro.

1 REVISÃO DA MORFOSSINTAXE VERBAL TIMBIRA

Apresento neste item uma revisão do comportamento morfossintático dos verbos, e suas relações com seus argumentos, em algumas línguas do Complexo Dialetal Timbira e no Apinajé: com base nos trabalhos de Araújo (1989) e Ferreira (2003) para o Parkatêjê, Souza (1989) para o Krahô, Castro Alves (2004; 2010) para o Apãniekrá, Amado (2004) para o Pybkôbjê e Oliveira (2005) para o Apinajé.

1.1 Alinhamento: papéis semânticos e relações gramaticais no Timbira

Nesta seção apresentarei os tratamentos dados às relações gramaticais entre os argumentos de uma sentença nas descrições de algumas línguas Timbira apresentadas em trabalhos anteriores. Embora questionada pela literatura quanto a seus critérios de classificação e símbolos, seguirei a premissa de Dixon (1994, p. 6), segundo a qual “todas as línguas operam em termos de três relações primitivas: S – sujeito intransitivo; A – sujeito transitivo; e O (ou P, como se referem outras terminologias) – objeto transitivo”. Essa terminologia sugere que S é o único argumento nominal de uma sentença de argumento único, referida como “intransitiva”. A é o argumento mais agente de uma sentença “transitiva”, ou seja, uma sentença multi-argumental. Já O é o argumento mais paciente. As línguas do mundo apresentam dois tipos básicos de agrupamento destes papéis: NOMINATIVO-ACUSATIVO, em que S e A são agrupados juntos (sujeitos); e ERGATIVO-ABSOLUTIVO, que agrupa S e O como absolutivos (Dixon, *ibidem*).

Comrie (1978)⁵ apresenta cinco possibilidades de alinhar estes argumentos em um sistema de marcação de caso, sumarizados na ilustração abaixo:

⁵ <http://www.utexas.edu/cola/centers/lrc/books/type07.html>

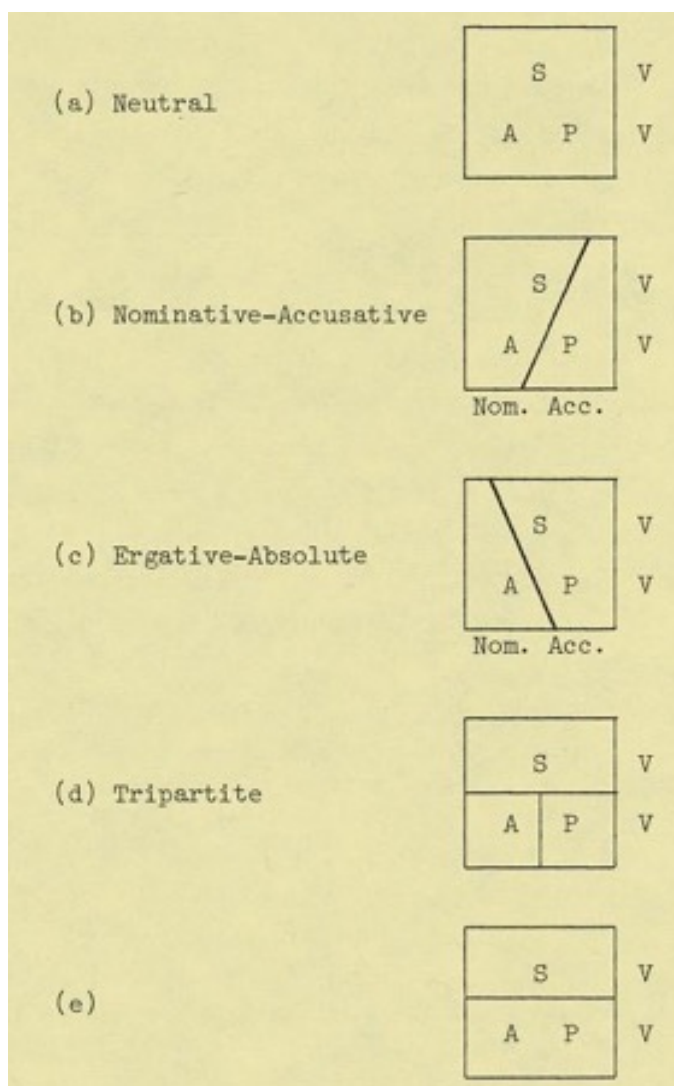


Ilustração 3: Sistemas de alinhamento dos argumentos verbais, segundo Comrie (1978)

O sistema Neutro marca da mesma forma as três funções sintáticas, como o inglês. No sistema nominativo-acusativo, os argumentos S e A são tratados da mesma maneira (nominativo), diferentemente de O, que recebe a marca de acusativo em línguas como o latim. O tipo ergativo-absolutivo alinha S a O, que recebem a mesma marca morfológica (absolutiva), enquanto uma marca diferente é utilizada para A (ergativo), a exemplo do Basco. O quarto sistema, tripartido, relativamente raro nas línguas, utiliza três marcas morfológicas diferentes para as funções. O sistema (e), que alinha A a O (P no esquema apresentado na figura) e mar-

ca de forma distinta o argumento S, parece não ocorrer em nenhuma língua do mundo, de modo que não há registro de língua que opere com esse sistema.

Esse sistema opera no Parkatêjê semanticamente orientado, segundo Araújo (1989), isto é, contrasta ativo e inativo. A tipologia ativa agrupa, para a autora, os substantivos e os verbos: os substantivos são agrupados de acordo com a vitalidade de seus referentes, marcando morfologicamente, por exemplo, termos de parentesco, cujos elementos recebem a marca [+vivo] ou [-vivo]; os verbos da língua são divididos em ativos (com sujeitos expressos por uma forma pronominal livre) e estativos (com sujeitos expressos por prefixos pronominais):

- (1) omnã tẽ wa akrã kaprã
 pra.cá vem 1SG 1SG.cabeça piolho
 ‘vem pra cá pra eu catar piolho na tua cabeça’

(ARAÚJO, 1989, p. 54)

- (2) ikakroti
 1.quente.grande
 ‘eu estou com calor’

(ARAÚJO, 1989, p. 54)

Ferreira (2003) considera que os sistemas de marcação de caso em Parkatêjê são resultado de três cisões: a) cisão condicionada pela natureza semântica dos verbos; b) cisão condicionada por TAM; c) cisão condicionada pela categoria de pessoa dos elementos pronominais.

A primeira cisão é no sistema ergativo da língua, referido por Dixon (1994, p. 71) como *Split-S* (S cindido). Nesse sistema, verbos intransitivos são divididos em dois tipos: S_a , codificado de forma idêntica à de A, e S_o , codificado semelhante a O. Assim, para verbos ativos, a língua opera no sistema nominativo-acusativo ($S_a = A \neq O$), para os não-ativos, o sistema é ergativo-absolutivo ($S_o = O \neq A$).

Desta cisão resulta, segundo esta autora, o uso dos elementos pronominais da língua: verbos ativos ocorrem com a série de pronomes livres da língua, codificando os argumentos S_a e A; verbos estativos ocorrem com a série de pronomes dependentes, codificando S_o e S_{io} ,

com a diferença que Sio tem o sujeito marcado não-canonicamente com o caso DATIVO; e o argumento O, assim como So e Sio, tem seus sujeitos codificados por pronome dependente:

Pronomes livres			Pronomes dependentes	
1*	Singular		wa/ pa	i-
	Dual		ku	ku-
	Pl.	Dual	ku...mê	ku...mê-
	Pl.	Incl.	mpa	mpa-
Excl.		wa... mê	mê...i-	
2*	Singular		ka	a-
	Plural		ka...mê	mê...a-

Quadro 1: Pronomes livres e dependentes em Parkatêjê, segundo Ferreira (2003)

A cisão pelas categorias TAM condiciona construções ergativas que ocorrem no tempo passado e aspecto perfectivo, além de o verbo assumir sua forma longa ou estendida: A (codificado por um nome ou por um pronome dependente) recebe a posposição *te/tem* (singular/plural, respectivamente), ao passo que S e O não são marcados:

- (3) i- tɛ i- kra pɛn
 1- ERG 1- filho carregar+Pas
 ‘eu carreguei meu filho’

(FERREIRA, 2003, p. 190)

- (4) a- tɛ Piare pupun mã tɛ
 2- ERG Piare REL-ver+Pas DS ERG
 a- pupun inũare
 2- REL-ver+Pas NEG
 ‘tu viste o Piare, mas ele não te viu’

(FERREIRA, 2003, p. 190)

Orações transitivas de tempo não-passado e aspecto não-perfectivo podem ter o A codificado por um pronome livre ou por um nome, que não recebem marcas:

- (5) wa i- kra pẽ
 Eu 1- filho carregar
 ‘eu carrego meu filho’

(FERREIRA, 2003, p. 192)

- (6) Akiare i- pupun
 Akiare 1- REL-ver
 ‘a Akiare me vê’

(FERREIRA, 2003, p. 191)

Ferreira (2003, p. 191) aponta um cisão relacionada à hierarquia dos elementos pronominais ocorrendo concomitante a esta cisão condicionada por TAM. Segundo a autora, “o sistema de marcação de caso da língua será tripartido para algumas pessoas, mas será binário para outras”, para a 1ª e 2ª pessoas (singular e plural) a língua opera num sistema tripartido, em que $S \neq A \neq O$ e para a 3ª pessoa, a língua obedece a um padrão ergativo-absolutivo, em que $S = O \neq A$:

TA(M)	A	O	Sistema	Verbo
Não-passado Não-perfectivo	Pronome livre ou LN	Pronome de- pendente no verbo ou LN	$S = A \neq O$	Forma curta ou não-estendida
Passado Perfectivo	Prefixo prono- minal ou LN marcados por te/tem	Pronome de- pendente no verbo ou LN	$S \neq A \neq O$ ou $A \neq S = O$	Forma longa ou estendida

Quadro 2: Alinhamento condicionado pelas categorias TAM segundo Ferreira (2003)

Ferreira (2003, p. 193) aponta, ainda, uma cisão condicionada pela categoria de pessoa, no qual “Sa e So são diferentes de A, que, por sua vez, é diferente de O”:

Elementos Pronominais				
Função	Sa	A	O	So
Forma Verbal	curta	longa	única	única
1 singular	wa	i-tɛ	i-	i-
2 singular	ka	a-tɛ	a-	a-
1 dual (1 + 2)	ku	?	ku-	?
1 dual plural	ku mẽ	?	ku mẽ	?
1 plural exclusivo	wa...mẽ	i-tɛm	mẽ i-	mẽ i-
1 plural inclusivo	mpa	mpa-tɛm	mpa-	mpa-
2 plural	ka...mẽ	ka...mẽ-tɛm	mẽ a-	mẽ a-

Quadro 3: Distribuição dos elementos pronominais segundo Ferreira (2003)

O quadro apresentado pela autora sugere que “A opera na base Absolutivo-Ergativa, enquanto S e O, na base Nominativo-Acusativa”.

Dadas estas cisões, Ferreira (2003) faz três generalizações sobre a marcação de caso em Parkatêjê: (a) no passado: 1ª e 2ª pessoas ocorrem em um sistema tripartido ($S \neq A \neq O$); a 3ª pessoa ocorre no sistema Absolutivo/Ergativo; (b) no não-passado: 1ª e 2ª pessoas ocorrem no sistema Nominativo/Acusativo, enquanto para a 3ª pessoa não há marcação; e (c) S_o será sempre idêntico a O.

Estes sistemas apresentados por Ferreira (2003) são os mesmos apresentados por Souza (1989, p. 53) para o Krahô. Segundo as autoras, três sistemas de marcação de caso operam nas duas línguas: NOMINATIVO-ACUSATIVO, ERGATIVO-ABSOLUTIVO e tripartido envolvendo a terceira pessoa.

Embora Souza (1989) não mencione as pessoas nominais como indicativo de que S é alinhado e A, ocorrendo com pronomes livres, comportando-se diferente de O, codificado por um pronome dependente, os exemplos por ela apresentados apontam comportamento nominativo-acusativo:

- (7) ka ha ko kam i pupu
2 AUX rio POSP 1 ver

‘você vai me ver no rio’ (SOUZA, 1989, p. 53)

- (8) ka ha pə̃m
 2 AUX cair
 ‘você vai cair’ (SOUZA, 1989, p. 53)

No passado perfectivo, A apresenta marca posposicional tɛ, ao passo que S e O são não-marcados, caracterizando o sistema ergativo-absolutivo:

- (9) i tɛ a pupun
 1 ERG 2 ver-PASS
 ‘eu vi você’ (SOUZA, 1989, p. 53)

- (10) i katɔr
 1 sair-PASS
 ‘eu saí’ (SOUZA, 1989, p. 53)

Souza (1989, p. 54) apresenta, ainda, o sistema tripartido para o Krahô “quando envolvida a terceira pessoa como objeto direto e como sujeito de verbo intransitivo, no passado perfectivo”:

- (11) i tɛ Ø h- ðpun
 1 POSP 3 REL- ver-PASS
 ‘eu o vi (ele)’ (SOUZA, 1989, p. 53)

- (12) i pə̃m
 1 cair-PASS
 ‘eu caí’ (SOUZA, 1989, p. 53)

- (13) i 7- pəm
 3 REL cair-PASS
 ‘Ela caiu’ (SOUZA, 1989, p. 53)

- (14) ku tɛ Ø h- apror
 3 POSP 3 REL- comprar-PASS
 ‘ele comprou (algo)’ (SOUZA, 1989, p. 53)

A distribuição dos pronomes é apresentada por Souza (1989, p. 56) segundo o quadro abaixo:

	Pronomes		Prefixos
	Enf/Nom não-perfec	Perfec/Comp/Poss	Relacionais
1 ex	Wa	i	y ~ Ø
1	Ku	pa	y ~ Ø
2	Ka	a ~ η	y ~ Ø
3	ke ~ Ø	i ~ ku ~ ta ~ Ø	n ~ ? ~ h ~ Ø

Quadro 4: Distribuição dos pronomes pessoais do Krahô segundo Souza (1989)

Para o Apãniekrá, Castro Alves (2004, p. 96) sugere que o contraste entre agente e não-agente é o que orienta a marcação de caso, sendo possível distinguir “três ‘sujeitos’ (orientados a partir da semântica do verbo): agente *versus* paciente *versus* dativo”. Paralelos ao sistema ativo-estativo (agente-paciente em Canela Apãniekrá) operam outros dois sistemas: nominativo-absolutivo [“condicionado pela ocorrência de operadores pós-verbais (aspectuais e modais)”] e ergativo-absolutivo [“condicionado pela expressão do tempo passado simples”].

Segundo a autora, as construções no sistema Nominativo-Absolutivo apresentam S “marcado pleonasticamente (expresso por um pronome livre juntamente com uma marca de concordância no verbo (expresso pelo prefixo pronominal))”, alinhando-se com A (pronome livre) e com O (prefixo pronominal). A distribuição dos prefixos pronominais é apresentada pela autora segundo o quadro abaixo:

	A = S	S = O
1 dual	ku	pa (?)-
1 incl pl	ku mẽ	mẽ pa (?)-
1 sing	wa	i-
1 excl pl	wa mẽ	mẽ i-
2 sing	ka	a-
2 pl	ka mẽ	mẽ a-
3 sing	ke / Ø	i(?)- / h-
3 pl	ke mẽ / Ø mẽ	mẽ i(?)- / mẽ h-

Quadro 5: Distribuição dos prefixos pessoais do Apãniekrá no sistema NOM-ABS segundo Castro Alves (2004)

Este sistema se assemelha ao que Ferreira (2003) tratou como *Split-S* em Parkatêjê, seguindo a nomenclatura de Dixon (1994). Para Alves (2004, p. 97), não se pode classificar o sistema do Apãniekrá como um sistema de intransitividade cindida visto que:

[o] *Split-S* apresenta características dos outros dois tipos principais de sistemas encontrados nas línguas: sistema acusativo (orientado pragmaticamente), em que o 'sujeito' intransitivo é marcado da mesma maneira que o 'sujeito' transitivo; sistema ergativo (orientado pela transitividade), em que o 'sujeito' intransitivo é marcado da mesma maneira que o 'objeto' (CASTRO ALVES, 2004, p. 97)

Além disso, segundo Castro Alves (2004), o Apãniekrá não distingue apenas subtipos de S, a marcação de caso é semanticamente orientada pela natureza semântica do verbo e não se restringe aos verbos intransitivos.

Ferreira (2003) aponta que nas construções no tempo passado e aspecto perfectivo em Parkatêjê, a forma verbal sofre alterações. No Apãniekrá, a ocorrência de um operador que indica polaridade e aspecto ('muito', 'pouco', 'bem', 'mal') desencadeia alterações na forma verbal, de modo que, se a língua opera no sistema nominativo-absolutivo, o verbo concorda com o sujeito e ocorre na forma não-finita:

(15) ka ha wakə pɪr na
2 IRR faca pegar.NF NEG

'você não vai pegar a faca'

(CASTRO ALVES, 2004, p. 107)

Caso o sistema operante seja ativo-estativo (agente-paciente), o verbo ocorre em sua forma finita:

- (16) ka ha wakə pi
 2 IRR faca pegar
 ‘você vai pegar a faca’ (CASTRO ALVES, 2004, p. 107)

Condicionado por expressões de passado simples, o Apãniekrá pode, ainda, operar num sistema ergativo-absolutivo, no qual S e O são codificados por um prefixo pessoal (com o verbo em sua forma não-finita) e A ocorre marcado por tɛ (CASTRO ALVES, 2004), semelhante à descrição de Ferreira (2003), para o Parkatêjê:

- (17) i- tɛ a- pupun
 1- ERG 2- ver
 ‘eu vi você’ (CASTRO ALVES, 2004, p. 109)

- (18) a- katɔr
 2- chegar
 ‘você chegou’ (CASTRO ALVES, 2004, p. 109)

As pessoas pronominais são marcadas segundo o quadro abaixo:

	A	S = O
1 dual	pa (?) - tɛ	pa (?) -
1 sing	i - tɛ	i -
1 incl pl	mẽ pa? - tɛ	mẽ pa? -
1 excl pl	mẽ i - tɛ	mẽ i -
2 sing	a - tɛ	a -
2 pl	mẽ a - tɛ	mẽ a -
3 sing	ku - tɛ	i(?) - / h - / Ø

3 pl	mẽ ku- te	mẽ i(?) - / mẽ h- / mẽ Ø
------	-----------	--------------------------

Quadro 6: Distribuição dos prefixos pessoais do Apãniekrá no passado simples segundo Castro Alves (2004)

No Apinajé (OLIVEIRA, 2005, p. 229), os padrões de alinhamento envolvem marcação não-canônica dos argumentos nucleares. Limito-me a apresentar os predicados de marcação canônica por não ser meu objetivo apresentar os padrões de alinhamento da língua.

Predicados canônicos de verbos transitivos e descritivos operam num padrão absolutivo:

Na primeira classe, prefixos pessoais são pronominais, isto é, eles são o próprio argumento O; isso é aqui referido como ‘*cross-referencing*’. Na última classe, pessoas pronominais concordam com pronomes independentes na indexação do argumento verbal único, isto é, S.⁶
(OLIVEIRA, 2005, p. 229)

Os predicados intransitivos canônicos apresentam um padrão cindido, juntamente com os descritivos, ambos de argumento único. O uso dos pronomes livres no Apinajé para codificar S_a, S_o e A condiciona um padrão nominativo. Em predicados de marcação canônica, a língua, então, segue “uma combinação padrões de intransitividade cindida e alinhamento nominativo”:

(19) na ka prɛ tɛ mɛ ape
 RLS 2 PST HAB PL trabalhar
 ‘você tem trabalhado’

(OLIVEIRA, 2005, p. 230)

(20) na ka a-t-õ=go nẽ
 RLS 2 2-RP-LOC=água FCT
 ‘você está suando’

(OLIVEIRA, 2005, p. 230)

⁶ In the former class, person prefixes are pronominal, that is, they stand for the O argument itself; this is what is referred to here as “cross-referencing”. In the latter class, person prefixes agree with independent pronouns in the indexation of the sole argument of the verb, i.e. S.

- (21) na ka ic-kake
 RLS 2 1-arranhar
 ‘você me arranhou’

(OLIVEIRA, 2005, p. 230)

A ergatividade nesta língua é descrita como limitada a contextos de subordinação, a exemplo de orações relativizadas (OLIVEIRA, 2005; 2003). Neste aspecto, segundo a autora, o Apinajé se diferencia das demais línguas Jê, pois não apresenta nenhuma marcação de caso ou paradigma de formas pronominais que indiquem este tipo de alinhamento.

A ergatividade ocorre morfologicamente expressa em orações relativizadas, nas quais a marcação de caso por *tɛ* do argumento ergativo – precedido dos prefixos de 1ª ou 2ª pessoas, ou *kɔt*, para se referir à 3ª pessoa – é obrigatória:

- (22) [it-tɛ a-mã bi jarẽɲ ja] na Ø tɛ
 1-ERG 2-DAT homem contar.NF DEF RLS 3 HAB
 krĩ ã kamã pa
 aldeia DEM LOC viver
 ‘esse homem [sobre o qual estou falando a você] mora em outra aldeia’

(OLIVEIRA, 2003, p. 264)

- (23) [di kɔt iɲ-mã bi jarẽɲ ja] na Ø
 mulher 3ERG 1-DAT homem contar. NF DEF RLS 3
 tɛ ã krĩ kamã mənɛn pa
 HAB DEM aldeia LOC também viver
 ‘essa mulher [que me contou sobre o homem] também vive em outra aldeia’

(OLIVEIRA, 2003, p. 264)

O que todas estas descrições têm em comum é o fato de apresentarem, qualquer que seja a motivação, um sistema que ora opera no NOMINATIVO-ACUSATIVO, ora no ERGATIVO-ABSOLUTIVO.

Na tentativa de explicar alguns padrões que encontrei nas orações derivadas de ajustes de voz ou de valência em Parkatêjê - dos quais as descrições de Araújo (1989) e Ferreira (2003) não tratam, ou tratam superficialmente - reservei o capítulo seguinte para discutir o padrão de alinhamento na língua, embora não seja meu objetivo principal descrevê-los.

Com base nas descrições anteriores, apresento algumas generalizações que podem explicar os dados de que disponho:

- i) o sistema é semanticamente orientado: padrão ativo-estativo, no qual verbos ativos são expressos por uma forma pronominal livre (e exibem forma longa em tempo passado) e verbos estativos, expressos por pronomes dependentes;
- ii) em orações de tempo passado a língua exibe um sistema tripartido para 1^a/2^a pessoa e tripartido para a 3^a pessoa, semelhante arranjo proposto por Ferreira (2003);
- iii) nas construções de tempo passado recente, o argumento A recebe a posposição *-tε*, que não ocorre em S e O, sinalizando uma marca de caso ergativo.

Devo ressaltar que não discordo das análises que consideram o sistema de alinhamento em Parkatêjê como ativo-estativo (ARAÚJO, 1989) ou *Split-S* (FERREIRA, 2003). A principal diferença entre as análises anteriores e minha análise está na distribuição das formas pronominais em relação às formas verbais.

1.2 Transitividade

A noção de valência está intimamente relacionada à noção de transitividade. Geralmente, uma sentença transitiva (requer no mínimo dois argumentos nucleares) que sofre alteração de valência passa a se comportar como intransitiva (apresentando um argumento único) e vice-versa. A transitividade é, portanto, uma propriedade que indica a presença de argumentos em uma sentença: se, estruturalmente, uma sentença apresenta um argumento ela é intransitiva; uma sentença com dois argumentos é transitiva; já uma sentença com três argumentos é bitransitiva. Tradicionalmente, a transitividade é vista como uma propriedade da sentença inteira, da construção como um todo.

Para o Parkatêjê, Araújo (1989) distingue duas classes de verbo, ao que chama divisão binária dos verbos: ativos e não-ativos/estativos/descritivos. Os verbos ativos podem, ainda,

se dividir entre verbos que apresentam uma forma longa, em sentenças de tempo passado e aspecto perfectivo, e os que apresentam uma forma única.

Ferreira (2003, p. 85) define a classe de verbos em Parkatêjê a partir de dois critérios: a) critério semântico – classe de palavras associada a processos, eventos, ações, desejos que estão ligados à noção de temporalidade; b) critério morfossintático – os verbos exercem caracteristicamente a função de predicado e estão ligados às categorias gramaticais de tempo, aspecto, modo, voz e polaridade, que podem ser expressas morfológica ou sintaticamente. Quanto ao número de argumentos que esta classe admite, tais elementos podem ser transitivos, de argumentos nucleares A (sujeito) e O (objeto) ou intransitivos, cujo papel nuclear corresponde a S. Todos os verbos transitivos da língua são verbos semanticamente ativos, cujos argumentos são A e O e ordem que segue o padrão AOV.

1.2.1 Intransitivos

A proposta de Ferreira (2003, p. 87) para os verbos em Parkatêjê indica que, semanticamente, os verbos intransitivos podem ser ativos (verbos de ação, cujo sujeito manifesta vontade/controla), ou descritivos (verbos não-ativos e estativos que, segundo a autora, se diferem semanticamente dos ativos por não apresentarem sujeitos com aquelas características). A essa distinção semântica correlaciona-se uma distinção morfossintática, segundo a qual, os verbos descritivos ocorrem com pronomes dependentes e os verbos ativos com pronomes livres, “essa diferença na expressão do sujeito dos verbos intransitivos é explicada como uma cisão no sistema de marcação de caso na língua, mencionada na literatura como *Split-S* ou *S-cindido*” (FERREIRA, 2003, p. 159):

(24) wa mu tẽ
 1 ir
 ‘eu vou’

(25) a- mpɛj
 2- ser.bom
 ‘tu és bom’

A caracterização sintática dos verbos proposta por Castro Alves (2004) Alves (2004) divide os verbos em intransitivos (ativos, não ativos, com ‘sujeito’ dativo e com ‘objeto indireto’) e transitivos (bivalentes, trivalentes e com ‘sujeito’ dativo).

Os sujeitos de verbos intransitivos ativos são codificados por pronomes livres e por prefixos pronominais (no passado simples):

- (30) ka apu apɜ
 2 PRG comer
 ‘você está comendo’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 57)

- (31) a-j-ɜpɜn
 2-PR-comer
 ‘você comeu’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 57)

Os sujeitos de verbos intransitivos não-ativos são expressos por pronomes dependentes:

- (32) (wa) apu i-kakok
 1 PRG 1-falar
 ‘eu estou falando’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 58)

- (33) (ka) a-kakok
 2 2-falar
 ‘você falou’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 58)

Verbos da classe de intransitivos não-ativos podem, segundo Castro Alves (2004), expressar significados adjetivos por meio de mecanismos de causativização morfológica e relativização:

- (34) ku-tɛ pap tɔ= iʔ-mpɛj
 3-ERG jirau CAUS= 3-estar.quente
 ‘ele consertou o jirau’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 59)

- (35) rɔp [ita mpɛj]_{REL} nẽ iʔ-tík
 cachorro REL bom MS 3-morrer
 ‘o cachorro (que era) bom morreu’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 59)

Tal como Ferreira (2003) para o Parkatêjê, Castro Alves (2004) apresenta para o Apãniekrá verbos intransitivos com sujeito marcado pelo dativo para expressar estados fisiológicos e psicológicos:

- (36) i-mã krĩ
 1-DAT sentir.frio
 ‘eu estou com frio’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 60)

- (37) ku-mã kĩn
 3-DAT sentir.alegria
 ‘ele está alegre’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 60)

No Apãniekrá, verbos intransitivos podem, ainda, apresentar um segundo argumento básico, ao que Castro Alves (2004) chamou “objeto indireto”⁷, semelhante aos predicados entendidos descritos por Ferreira (2003) para esta classe em Parkatêjê.

Para Castro Alves (2004) um dos argumentos “é sempre marcado por uma posposição”:

- (38) karɜ kãm i-katõk
 veado LOC 1-atirar
 ‘eu atirei no veado’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 60)

- (39) i-mã tɛp nã prãm
 1-DAT peixe LOC sentir.fome
 ‘eu quero peixe’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 61)

Ferreira (2003) apresenta, no entanto, exemplos em que o verbo ‘ir’ ora aparece marcado pelo caso locativo, ora não marcado:

- (40) wa mũ tẽ
 eu ir
 ‘eu já vou’

(FERREIRA, 2003, p. 99)

- (41) wa mũ kanɛla ʒ-õkrĩ wĩr tẽ
 eu Canela Rel-aldeia Dir ir
 ‘eu vou para a aldeia dos Canela’

(FERREIRA, 2003, p. 99)

⁷ Testes não apresentados pela autora.

Como a descrição dos predicados está parcialmente relacionada ao meu objeto de estudo, não tratarei do detalhamento desse assunto, que deverá ser descrito e analisado em estudos futuros.

1.2.2 Transitivos

Os verbos transitivos em Parkatêjê são descritos por Ferreira (2003, p. 100) como verbos de dois argumentos nucleares (A e O), podendo ainda, tal como os intransitivos, apresentar um outro constituinte oblíquo, marcado por uma posposição (dativo **mě**; instrumental **tɔ**; locativo **kēm**).

O comportamento morfossintático do argumento O distribui os transitivos em duas subclasses principais: a) verbos que ocorrem com prefixos relacionais; e b) verbos da classe *ku-*. Os elementos destas subclasses, segundo Ferreira (2003), apresentam para sentenças em que O ocorre na posição canônica formas distintas daquelas em que o objeto é omitido ou deslocado.

Sobre a subclasse de verbos ocorrendo com prefixos relacionais, Ferreira (2003, p. 101) afirma:

Em geral, as locuções nominais sujeito de verbos intransitivos (S) e objeto dos verbos transitivos (O) devem necessariamente ser expressas, significando que seu deslocamento de sua posição canônica para uma outra posição ou o seu apagamento ocasionam o aparecimento de uma forma, uma marca específica no verbo, que remete, que faz uma referência anafórica a esse item ausente ou omitido. Essa referência, da mesma maneira que nas construções genitivas, é feita, em Parkatêjê, pelos prefixos relacionais.

Este comportamento se dá em verbos como ‘cortar’:

- (42) ĩntʃum tɛ h-itɛp
 pai de Ego ERG Rel-cortar
 ‘meu pai cortou (a/as)’

(FERREIRA, 2003, p. 102)

- (43) mĩ, Piare. ka ka tɔ pɛrtʃo ʒ-itɛp
 pega Piare 2 Fut castanha Rel-cortar
 ‘pega, Piare. Tu vais cortar castanha’

(FERREIRA, 2003, p. 102)

Segundo a autora, ‘cortar’ tem a forma em 3-itep por ter o argumento O ‘castanha’ expresso na locução.

Para esta referência ao argumento omitido ou deslocado, Ferreira (2003) apresenta o seguinte quadro:

Classe A		Classe B
So, Sio e O Especificados		So, Sio e O indefinidos
So; Sio e expressos na locução verbal	So; Sio e O deslocados de sua posição original	
3- y- tj- Ø	h- Ø	h- Ø
Referência a um So; Sio e O expressos dentro da locução verbal em relação sintagmática com o núcleo.	Referência a um So; Sio e O conhecidos pelo contexto ou deslocados para forma da locução verbal.	Referência a um So; Sio e O indefinidos.

Quadro 7: Ocorrência de prefixos relacionais com verbos, segundo Ferreira (2003)

A subclasse dos verbos *ku-* é composta por verbos específicos, cuja ocorrência, segundo Ferreira (2003, p. 105), é

um caso de distribuição complementar entre o morfema *ku-* e o argumento O dessa raiz, isto é, se o argumento O está expresso o morfema é omitido; se o morfema está expresso é porque o argumento O ou foi apagado, ou foi deslocado de sua posição original.

Os exemplos abaixo demonstram tal distribuição:

- (44) i-tɛ kay pɪr
 1-Erg cesta pegar+Pas
 ‘eu peguei a cesta’

(FERREIRA, 2003, p. 105)

- (45) i-te ku-p̄r
 1-Erg Onc-pegar+Pass
 ‘eu a peguei’

(FERREIRA, 2003, p. 105)

Reis e Silva & Salanova (2000, p. 237) tratam este morfema como flexão acusativa de pessoa no Mëbêngôkre. Segundo os autores, “na posição de objeto direto, a flexão de pessoa ocorre em distribuição complementar com sintagmas nominais plenos (...)”:

- (46) ɲũm nẽ wɛ ku.bĩ
 CSUJ NFUT INDIR 3AC.matar
 ‘e [aparentemente] o matou’

(REIS E SILVA & SALANOVA, 2000, p. 237)

- (47) dʒa rɔp bĩ
 FUT jaguar matar
 ‘matará um jaguar’

(REIS E SILVA & SALANOVA, 2000, p. 237)

Na análise desses autores, as primeira e segunda pessoas não apresentam formas pronominais absolutivas e acusativas livres, não sendo possível substituí-las por um sintagma nominal; portanto, é obrigatória a flexão destas pessoas.

Ribeiro-Silva (2016) interpreta *ku-* em Parkatêjê como um pronome dependente de expressão de terceira pessoa singular dos argumentos So e O; este morfema alterna com as forma *h-*, *i-* e *m-*, não sendo possível ainda definir os contextos de uso de cada morfema, uma vez que tais elementos parecem ter um condicionamento lexical para tal concorrência.

1.2.3 Transitividade como um traço gradativo

Hooper e Thompson (1980, p. 251) veem a transitividade como “uma relação crucial na língua, tendo um número de consequências universalmente previsíveis em gramática⁸”. Os autores afirmaram que as propriedades que definem a transitividade são determinadas pelo discurso. Os autores analisam esta propriedade observando dez de seus componentes, os quais envolvem uma faceta diferente da eficácia ou intensidade com que a ação é transferida de um participante para outro, em uma escala, definida como alta ou baixa:

	ALTA	BAIXA
A. Participantes	2 ou mais participantes, A e O	1 participante
B. Movimento	Ação	não-ação
C. Aspecto	Télico	atélico
D. Pontualidade	Pontual	não-pontual
E. Volição	Volitivo	não-volitivo
F. Afirmação	Afirmativa	negativa
G. Modo	Realis	irrealis
H. Ação	alta potência de A	baixa potência de A
I. Afetação de O	O totalmente afetado	O não afetado
J. Individualidade de O	O altamente individualizado	O não individualizado

Quadro 8: Escala de transitividade, segundo Hooper e Thompson (1980)

Não há transferência de ação se não houver, no mínimo, dois **participantes** envolvidos na ação. O parâmetro **movimento/cinésica** dita que ações podem ser transferidas entre os participantes, estados não: ‘Eu abracei Sally’ sugere que Sally foi afetada, mas nada lhe ocorre no caso de ‘Eu gosto da Sally’. Tomado em seu sentido absoluto, o **aspecto** considera a ação em termos extremos, isto é, uma ação descrita por ‘Eu comi’ é mais efetiva e totalmente transferida para o paciente do que uma ação que não se completou, como ‘Eu estou

⁸ “a crucial relationship in language, having a number of universally predictable consequences in grammar”.

comendo’, na qual a transferência é parcial. A **pontualidade** diz respeito ao efeito da ação no paciente: ações sem uma fase óbvia de transição entre o início e o fim têm efeito mais acentuado (‘pontapé’ – pontual) em contraste com ações em curso (‘carregar/levar’ – não-pontual). O efeito sobre o paciente tende a ser mais aparente se a ação envolve **volição** de A: os autores apontam um contraste entre ‘Eu escrevi seu nome’ (volitivo) e ‘Eu esqueci seu nome’ (não-volitivo). O parâmetro **afirmação** é o de polaridade, afirmativa/negativa. **Modo** refere-se à distinção entre ações que representam eventos que ocorrem no mundo real (*realis*) e ações que não aconteceram ou que são apresentadas como não-reais (*irrealis*), uma ação no modo *irrealis* tem menos efeito do que um evento real. Participantes com alto grau de **ação** podem efetuar transferências de ação que participantes com grau baixo neste parâmetro não podem: ‘Jorge me assustou’ é um evento cujas consequências são perceptíveis; porém, um evento como ‘A imagem me assustou’ pode ser uma questão de estado interno.

Finalmente, os autores apresentam os dois componentes que se referem a O: **afetação** e **individualidade**. Segundo a escala proposta, o grau de transferência de uma ação ao paciente “é uma função de quão completamente o paciente é afetado⁹”: é mais eficaz a afetação do paciente em “Eu bebi [todo] o leite” do que em “Eu bebi [um pouco de] leite”. A individualidade refere-se tanto à distinção do paciente de A quanto à distinção de sua própria contraparte: nomes próprios, humanos/animados, concretos, singulares, contáveis e referenciais/definidos são mais altamente individualizados do que seus respectivos homólogos comuns, inanimados, abstratos, plurais, massivos e não-referenciais. Uma ação pode ser mais efetivamente transferida ao paciente individualizado do que a um não-individualizado, por isso um paciente definido (‘Fulano bebeu o café’) é visto como mais completamente afetado do que um indefinido (‘Fulano bebeu um pouco de café’).

Apresentados estes parâmetros, os autores concluem que transitividade

vista da maneira mais convencional e tradicional – como uma questão de carga ou transferência de ação de um participante ao outro – pode ser dividida em suas partes componentes, cada uma focando em uma faceta diferente dessa carga em diferentes partes da cláusula. Juntas, elas permitem que a cláusula seja caracterizada como MAIS ou MENOS Transitiva: quanto mais traços a cláusula tem na coluna ‘alta’ de IA-J, mais Transitiva ela é – mais próxima está da Transitividade CARDINAL.¹⁰

⁹ is a function of how completely that patient is affected

¹⁰ viewed in the most conventional and traditional way possible -as a matter of carrying-over or transferring an action from one participant to another -can be broken down into its component parts, each focusing on a different facet of this carrying-over in a different part of the clause. Taken together, they allow clauses to be characterized as MORE or LESS Transitive: the more features a clause has in the 'high' column in IA-J, the more Transitive it is-the closer it is to CARDINAL Transitivity.

(HOOPER & THOMPSON, 1980, p. 253)

Analisando as consequências de se considerar a transitividade como um *continuum*, os autores chegam a uma hipótese sobre a transitividade:

Se duas cláusulas (a) e (b) em dada língua diferem no sentido de que (a) é mais alta em Transitividade de acordo com algum dos traços de 1A-J, logo, se uma diferença gramatical ou semântica concomitante ocorre em algum lugar da cláusula, esta diferença também mostrará (a) sendo mais alta em Transitividade.¹¹
(HOOPER & THOMPSON, 1980, p. 255)

A partir dessa hipótese, os autores defendem que a transitividade é uma noção crucial para a compreensão de diversas correlações que se repetem nas línguas; os parâmetros atribuídos a transitividade “alta” e “baixa” são muitas vezes os mesmos sinais utilizados para marcar valência, ou seja, a distinção entre sentenças “transitivas” e “intransitivas”.

A hipótese de Hooper e Thompson (1980) sugere que a transitividade de uma língua pode se manifestar tanto morfossintática quanto semanticamente. Portanto, é necessário definir o que é transitividade em determinada língua e como ela se manifesta.

Pode-se pensar a transitividade em Parkatêjê como traço gradativo, como encontrado em sentenças que se manifestam como intransitivas (exibem um argumento único ou apenas argumentos [+agente]), porém com traços de transitividade (marcação de caso ergativo).

Nessa interpretação de transitividade, que por ora me orienta neste trabalho, a transitividade em Parkatêjê não estaria ligada ao número de argumentos que o verbo exhibe, ou seja, assim como o alinhamento, a transitividade pode ser semanticamente orientada, isto é, um argumento pode ser S (argumento único da cláusula) e se comportar sintaticamente como A (carregando traços de transitividade/ação):

(48) i-tɛ tɔ hɛr
 1SG-ERG CAUS jogo_de_flecha
 ‘eu joguei flecha’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

(49) wa pa aihe

¹¹ If two clauses (a) and (b) in a language differ in that (a) is higher in Transitivity according to any of the features 1A-J, then, if a concomitant grammatical or semantic difference appears elsewhere in the clause, that difference will also show (a) to be higher in Transitivity.

1SG ENF correr
 ‘eu corri’

(RIBEIRO-SILVA, 2015, Notas de campo)

O exemplo (49) apresenta um argumento único (ativo) codificado por um pronome livre, isto é, A se manifesta como Sa (argumento único da cláusula ativa) (*cf.* Quadro 9).

No próximo capítulo, voltarei a mencionar a distribuição das formas pronominais no sistema de alinhamento da língua com dados que justificam minha proposta. Porém, para exemplificar a manifestação da transitividade, apresento o comportamento das pessoas pronominais abaixo, em conformidade com a descrição de Ferreira (2003):

	Passado recente	
	Sa	A
1 singular	wa	i-tɛ
2 singular	ka	a-tɛ

Quadro 9: Formas pronominais de 1ª e 2ª pessoas em Parkatêjê

No tempo não-passado, com a língua operando no ativo-estativo, a diferença entre um argumento único S e um argumento A não é, sintaticamente, evidente, considerando-se o elemento pronominal que aparecerá nessa posição será o pronome dependente (*i-* para a 1SG e *a-* para a 2SG). Então, focarei na distribuição destas pessoas no tempo passado recente, no qual, A recebe a posposição tɛ, que, como mencionei, sinaliza o caso ERGATIVO, visto que não ocorre com os demais argumentos. Sa é codificado por um pronome livre.

Nos traços da escala de transitividade, ambas as sentenças (aparentemente, no mesmo tempo e no mesmo modo) apresentam: ação, telicidade, pontualidade e volição. O que faz, então, estes sujeitos serem codificados por formas distintas?

Abaixo, um par de sentenças com o mesmo verbo apresentado em (48), em tempos distintos:

(50) i-tɛ tɔ hɛr

1SG-ERG CAUS jogo_de_flecha
 ‘eu joguei flecha’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

(51) wa pe tɔ hɐr
 1SG PD CAUS jogo_de_flecha
 ‘eu joguei flecha (há muito tempo)’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

Sugiro que a propriedade que faz este verbo ocorrer com sujeito A e/ou com sujeito Sa pode estar ligada à distinção feita por Haspelmath e Müller-Bardey (2004) entre “valência” e “estrutura argumental”: “a valência de um item lexical está na sua relacionalidade inerente que o permite reger determinado número de argumento”¹², ao passo que a estrutura argumental “é a configuração dos argumentos que são regidos por determinado item lexical”¹³. Assim, valência é uma propriedade relacional lexical que é inerente ao verbo (sua capacidade de reger argumentos, a que os autores chamam “padrão de valência”), enquanto a estrutura argumental é a realização desta propriedade (a própria configuração morfossintática). A valência verbal, como uma propriedade relacional lexical, está inextricavelmente ligada à semântica do item lexical e à conceituação do evento em si¹⁴.

Tal hipótese deve ser testada com outros verbos em Parkatêjê a fim de descrever quais outros permitem orientação semântica, uma vez que esta é uma interpretação baseada nas sentenças de que disponho, representadas pelo exemplos mencionados acima.

Segundo os autores, a relacionalidade inerente de um verbo é semanticamente motivada: um verbo como “gostar” apresenta dois argumentos no padrão de valência porque descreve uma situação que envolve dois participantes. Do ponto de vista semântico, os participantes são caracterizados pelos papéis semânticos que preenchem. Por isso é comum que gramáticos

¹² the valence of a lexical item is in its inherent relationality that allows it to govern a particular number of arguments

¹³ is the configuration of arguments that are governed by a particular lexical item

¹⁴ Payne (1997, p. 169) se refere a dois tipos de valência: valência semântica como “the number of participants that must be ‘on stage’ in the scene expressed by the verb”; e valência sintática como “o número de argumentos presentes em determinada sentença”

considerem a valência como uma noção sintática e caracterizem os argumentos pelas relações gramaticais que possuem, como sujeito, objeto direto, objeto indireto. Entretanto, não apenas com base na semântica se prevê o padrão de valência de um verbo, pois é possível que papéis semânticos idênticos sejam representados por argumentos de tipos distintos (Sara gosta [de] Farid) e participantes com papéis semânticos distintos podem aparecer como o mesmo tipo de argumento (Sara gosta [de] Farid / Sara bate [em] Farid).

Os autores ressaltam, ainda, que “alternâncias no padrão de valência de um verbo não são necessariamente resultados de um processo de derivação morfológica. Verbos ou classes inteiras de verbos podem alternar os padrões de valência sem nenhuma mudança em suas configurações formais” (HASPELMATH E MÜLLER-BARDEY, 2004)¹⁵. Portanto, o que condiciona ‘correr’ a apresentar um único argumento nominal como sujeito intransitivo e ‘jogar flecha’ sujeito transitivo está na capacidade inerente de aquele governar um argumento único, como em (50).

Valência e realização argumental são dois parâmetros morfossintáticos para subcategorizar a classe de verbos, agrupando-os em classes de valência (ou tipos de verbos). No estudo sobre os tipos de verbo do inglês, Levin (1993) mostrou que a morfossintaxe pode ser utilizada para se chegar a classificações semânticas de verbos. Um projeto semelhante foi desenvolvido no Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, em Leipzig. O *Leipzig Valency Classes Project*¹⁶ investigou em larga escala quais aspectos destas classificações são universais e quais são particulares. Esta é uma investigação que pode ser feita em Parkatêjê em trabalhos posteriores, que investiguem as classes em que as propriedades de valência agrupam os verbos da língua.

Este tipo de classificação indica, por exemplo, que [universalmente] os verbos de movimento se dividem em verbos inacusativos, cujo S é tratado como PACIENTE, e verbos inergativos, nos quais o sujeito é tratado como AGENTE.

¹⁵ alternations in a verb’s valence pattern are not necessarily the result of a morphological derivational process. Verbs or whole classes of verbs may have alternate valence patterns without any change in their formal makeup

¹⁶ Membros: Andrej Malchukov, Bernard Comrie, Iren Hartmann, Martin Haspelmath, Bradley Taylor & Søren Wichmann.

2 ALINHAMENTO EM PARKATÊJÊ

No capítulo anterior apresentei as descrições do alinhamento em algumas línguas Timbira e as duas propostas para o Parkatêjê: i) um sistema ativo-estativo (ARAÚJO, 1989); ii) *Split-S* no tempo não-passado e ERG-ABS no passado simples (FERREIRA, 2003), baseado no sistema de marcação de caso da língua.

A proposta de Ferreira (2003) para o sistema de marcação de caso da língua pode ser explicada pelo tipo de alinhamento em que ela opera, para o qual apresento neste capítulo uma contribuição que pode explicar a distribuição das formas pronominais e relação às formas verbais da língua.

Relembro que estou seguindo a premissa de que as línguas operam em termos de S (argumento único), A (argumento mais AGENTE) e O (argumento mais PACIENTE). O esquema abaixo resume como estes papéis estão distribuídos nos verbos, com base na análise de Ferreira (2003):



Ilustração 4: Semântica e argumentos verbais

Ferreira (2003), para o Parkatêjê, e Castro Alves (2004) Alves (2004), para o Apãniekrá, mostraram que estes argumentos se alinham condicionados pela categoria de tempo da sentença e que ambas as línguas exibem hierarquia de pessoa. Os pronomes são as evidências do padrão que a língua segue, uma vez que se manifestam. Apresentarei as séries de pronomes do Parkatêjê, para, então, apresentar as sentenças com as ocorrências de cada uma.

Ferreira (2003) apresentou um quadro de pronomes que conta com três formas para o singular e seis formas para o plural:

	livres	prefixos
1 singular	wa/pa	i-
2 singular	ka	a-
3 singular	∅	∅-
1 dual (1 + 2)	ku	ku-
1 plural exclusiva	wa...mẽ	mẽ i-
1 plural inclusiva	mpa	mpa-
2 plural	ka...mẽ	mẽ a-
3 plural	mẽ	mẽ-

Quadro 10: Pronomes livres e presos em Parkatêjê, segundo Ferreira (2003)

Deste quadro, 1^a e 2^a pessoas do singular são as que mais aparecem nos dados que apresento, uma vez que muitos de meus dados são elicitacões provenientes de narrativas, como mencionei ao introduzir este estudo. Em comunicação pessoal, no exame de qualificação da presente Tese, Ferreira afirmou que o dual não é plural. Isto foi um equívoco que permaneceu sem correção em seu trabalho de 2003, motivo pelo qual não aparece no Quadro 10.

A partir da próxima seção, apresento a distribuição dessas formas pronominais em sentenças de tempo não-passado e em sentenças de tempo passado; em seguida, teço breves comentários sobre a hierarquia de pessoa; por fim, discuto o uso das formas longas e breves dos verbos, apresentando meu posicionamento em relação a tais categorias.

2.1 Alinhamento em sentenças de tempo não-passado

Ferreira (2003, p. 200) aponta que, no não-passado, “1^a e 2^a pessoas ocorrem no sistema Nominativo/Acusativo, enquanto para a 3^a pessoa não há alteração, isto é, não há marcação alguma”.

Minha análise concorda com a de Araújo (1989), segundo a qual a língua divide os verbos em ativos e estativos, cujos sujeitos são, respectivamente, codificados por pronomes livres e por pronomes dependentes, como mostram os dados de (52) a (55):

(52) wa mã ajĩr tɔ mō

1SG mã ajĩr CAUS ir
 ‘eu ando’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

(53) wa apartfwai pra ke mpɔ kə-kako tɔ ikõ
 1SG minha.neta acordar ke IND peito-leite CAUS beber
 ‘vou acordar minha neta para ela beber leite’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

(54) mpɔ nã ka pei i-pupũ
 IND nã 2SG bem 1SG-ver
 ‘por que estás me olhando?’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

(55) i-kutfə
 1SG-cheio
 ‘estou satisfeito’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

Os exemplos (52), (53) e (54) apresentam verbos ativos cujos sujeitos são codificados por pronomes livres (‘wa’ 1SG e ‘ka’ 2SG), ao passo que em (55) tem-se verbo estativo, em o sujeito é codificado por pronome dependente.

O esquema abaixo sumariza a distribuição das formas pronominais:

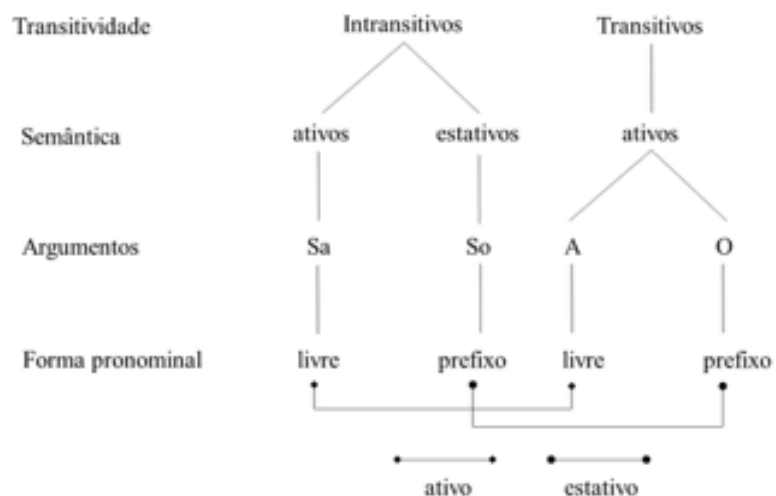


Ilustração 5: Sistema de alinhamento em tempo não-passado

2.2 Alinhamento em sentenças de tempo passado

Para a descrição das sentenças no tempo passado, Ferreira (2003, p. 200) descreve que “1ª e 2ª pessoas ocorrem em um sistema tripartido; isto é, os argumentos S, A e O ocorrem diferenciadamente ($S \neq A \neq O$); a 3ª pessoa ocorre no sistema Absolutivo/Ergativo, (de acordo com a hierarquia nominal de Silverstein (1976))”.

O tempo passado apresenta algumas singularidades, que podem estar relacionadas a aspecto. Segundo minha proposta, sentenças de passado distante codificam os sujeitos S e A por um pronome livre + marca de tempo *pe* (PD - ‘passado distante’); sentenças de tempo recente (perfectivo em minha análise) operam em um sistema tripartido (no qual A recebe uma marca que se pode chamar ERGATIVO por não ocorrer nos demais argumentos, Sa é codificado por um pronome livre e So e O ocorrem como pronome dependente):



Ilustração 6: sistema de alinhamento e distribuição dos pronomes no passado recente

Os exemplos de (56) a (59) apresentam sentenças no passado recente:

- (56) wa mũ maraba wər mõ
 1SG mũ Marabá ir.NFIN mõ
 ‘eu fui a Marabá’

(FERREIRA, 2014, Notas de campo)

- (57) i-te mariɛ prar
 1SG-ERG Maria acordar.NFIN
 ‘eu acordei a Maria’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

- (58) kokti tɛ ri i-prar
 vento ERG ri 1SG-acordar.NFIN
 ‘o vento me acordou’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

- (59) rə i-katɔr
 já 1SG-chegar.NFIN
 ‘já cheguei’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

No passado distante, de aspecto IMPERFECTIVO, a língua opera num sistema NOMINATIVO-ACUSATIVO, alinhando S a A:



Ilustração 7: sistema de alinhamento e distribuição dos pronomes no passado distante

Os exemplos de (60) a (63) mostram como se manifestam os argumentos no passado distante:

- (60) wa pe h-ətfwər
 1SG PD 3SG-furar.NFIN
 ‘eu (há muito tempo) flechei (alguém)’
 (NEVES, 2014, Notas de campo)

- (61) wa pe rɔp kakwĩn
 1SG PD onça bater.NFIN
 ‘eu feri (matei) a onça (há muito tempo)’
 (NEVES, 2014, Notas de campo)

- (62) ãfũti pe i-jətfwər
 tio.paterno PD 1SG-furar.NFIN
 ‘meu tio me flechou’
 (NEVES, 2014, Notas de campo)

- (63) wa pe i-hirɛ
 1SG PD 1SG-fino
 ‘eu (há muito tempo) era magro’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

A sentença (63) é semelhante a construções com verbos intransitivos não-ativos no Apãniekrá. Segundo Castro Alves (2004, p. 103),

nessas construções com verbos que denotam ações não controladas ou estados, o SN 'sujeito' pode ser deslocado de sua posição original, deixando uma marca de concordância (expressa pelo prefixo pessoal). O 'sujeito' pronominal pode também ocorrer expresso por um prefixo e pelo pronome livre. Esse tipo de construção ocorre quando há na sentença marcas de tempo e/ou aspecto.

Para Hooper e Thompson (1980, p. 271),

o Aspecto está sistematicamente relacionado ao grau de transitividade do verbo: se o Aspecto é perfectivo, a interpretação (...) tem propriedades que permitem a classificação da cláusula como mais transitiva; porém, se o Aspecto é imperfectivo, a cláusula pode se mostrar (...) menos transitiva.

Os dados me levam a interpretar Parkatêjê como uma das línguas que limita o ERGATIVO a contextos de passado; já em contextos de não-passado, a língua não funciona em base ergativa.

A distribuição do padrão ERGATIVO em línguas Jê ainda precisa de estudos histórico-comparativos que expliquem seu surgimento. Ribeiro (2004, p. 3) sugere que

o aparecimento de um padrão (ergativo-)absolutivo em algumas línguas do ramo setentrional da família Jê seria uma consequência do caráter nominal das construções envolvidas (estejam estas em relações de subordinação ou auxílio). Isto seria o resultado de uma tendência extremamente comum translingüísticamente, mesmo em línguas nominativo-acusativas clássicas, em que nomes deverbais tendem a tomar como único argumento o argumento absolutivo do verbo — inclusive em português: *emproibida a entrada de menores*, o argumento do nome deverbal corresponde ao sujeito de um verbo intransitivo; em *proibido o consumo de bebidas alcoólicas*, o argumento corresponde ao objeto de um verbo transitivo.

O que os padrões de alinhamento (no não-passado e no passado) guardam em comum é o alinhamento de So a O e a diferente codificação de sujeitos de verbos ativos:

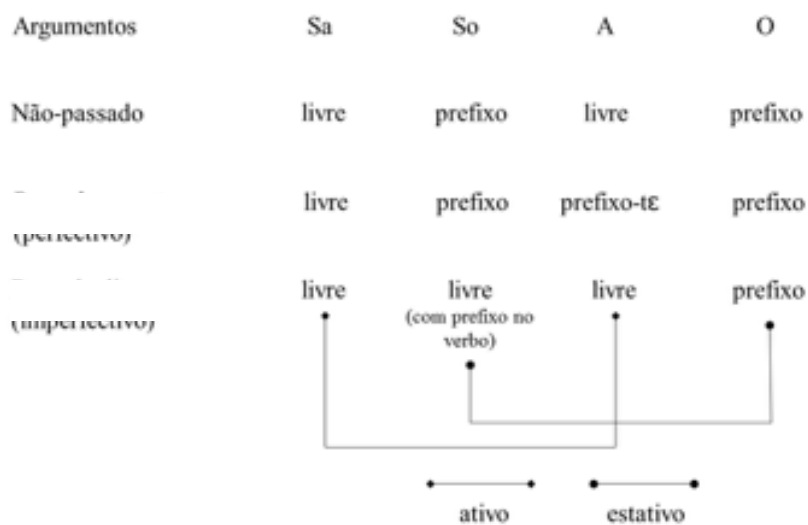


Ilustração 8: Distribuição das formas pronominais nos tempos passado e não-passado

Embora So seja expresso por um pronome livre no PD, carrega marcas de estatividade com um pronome prefixado ao verbo. A e Sa são expressos por pronomes livres; no PR, dada a alta transitividade da cláusula, A é marcado pelo ERGATIVO, enquanto Sa continua sendo expresso por um pronome livre e O por um pronome dependente.

2.3 Hierarquia de pessoa

A terceira pessoa, no passado e no não-passado, tem um comportamento complexo. O quadro abaixo apresenta as distintas manifestações deste elemento pronominal em diferentes descrições:

	livres	dependentes
Apãniekrá	ke / \emptyset	i(?) - / h - / ku - / \emptyset
Apinajé	əm / \emptyset	\emptyset - / i - / ku -
Krahô	ke / \emptyset	i - / ku - / ta - / \emptyset
Panará	mara	\emptyset / ti
Parkatêjê	kê / \emptyset - / tam	h - / i - / ku - / m -
Pykôbjê	cê / \emptyset	e' - / \emptyset - / co -

Quadro 11: Formas pronominais de terceira pessoas em línguas Timbira e no Panará

Para Ferreira (2003) e Castro Alves (2004), Parkatêjê e Apãniekrá, respectivamente, apresentam hierarquia que envolve a 3ª pessoa. Para aquela, o Parkatêjê expressa esta hierarquia no tempo passado, quando “1ª e 2ª pessoas ocorrem em um sistema tripartido, ou seja, $S \neq A \neq O$ ” e “a 3ª pessoa ocorre no sistema Ergativo/Absolutivo, (de acordo com a hierarquia nominal de Silverstein, 1976)”. No Apãniekrá, a hierarquia é, segundo Castro Alves (2004) Alves (2004), um subsistema do ativo-estativo, quando “alguns verbos transitivos apresentam concordância com o ‘sujeito’ ao invés do ‘objeto’” em sentenças cujo “‘sujeito’ é de 2ª pessoa (a-) e o ‘objeto’ é de 3ª (ku-)”.

A hierarquia à qual Ferreira (2003) se refere sugere que nomes e pronomes de sistemas cindidos formam uma hierarquia de classes semânticas:

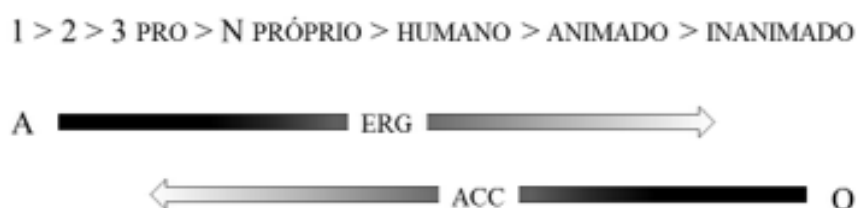


Ilustração 9: Hierarquia nominal de Silverstein (1976)

Segundo esta hierarquia, os elementos da esquerda são hierarquicamente mais altos, comportam-se como A; ao passo que os elementos da direita, hierarquicamente mais baixos, tendem a se comportar como O. Na ordem direta, A é mais alto que O, implicando que, se em dada língua, uma classe semântica recebe a marca de **ergatividade**, todas as classes mais **baixas** na hierarquia receberão. Na ordem inversa, O é mais alto que A; então, se em dada língua uma classe semântica recebe a marca de **acusatividade**, todas as classes mais **altas** na hierarquia receberão.

Portanto, se 1ª e 2ª pessoas no PR (passado recente) recebem *te*, a marca de ergatividade, a 3ª pessoa tende a receber também, visto que é hierarquicamente mais baixa. Ocorre que, sistemas cindidos (como o Parkatêjê na proposta de Ferreira (2003) para as sentenças de tempo não-passado) apresentam uma cisão na hierarquia de pessoa: se um sistema ergativo se di-

vide em um sistema de marcação de caso binário, 1ª e 2ª pessoas operam em numa base NOMINATIVO-ACUSATIVO; as demais, em base ERGATIVO-ABSOLUTIVO (SILVERSTEIN, 1986, p. 175). Daí Ferreira (2003) considerar que a marcação binária no tempo passado (1ª/2ª operando em sistema tripartido, 3ª no ERG-ABS) está de acordo com essa hierarquia nominal.

Segundo Mithun (1991), sistemas de marcação ativo-estativo podem constituir sistemas cindidos. Em Parkatêjê, com base na análise de Ferreira (2003), a 3ª pessoa opera em um sistema de marcação diferente das 1ª/2ª pessoas, sendo esta cisão um subsistema, tal como no Apãniekrá, paralelo ao ativo-estativo, que opera exclusivamente em tempo PASSADO/aspecto PERFECTIVO. Isto é, a língua continua operando em base semanticamente orientada.

Segundo Ribeiro (2004), o desenvolvimento do padrão ERGATIVO-ABSOLUTIVO em línguas como o Parkatêjê requer um estudo histórico-comparativo, cujo problema “mais interessante (...) diz respeito à alternância (...) entre formas curtas e longas de verbos”, que apresento na próxima seção.

2.4 Formas longas e breves

A distribuição das formas verbais longas e breves nas línguas Jê tem sido analisada de diferentes formas por diferentes linguistas de orientação teórica também distinta, mas não há consenso sobre sua ocorrência, origem e significado gramatical. Amado (2005), por exemplo, em seu artigo sobre as formas verbais do Pykobjê, apresentou resumidamente a distribuição destas formas em sete línguas Jê (no Krahô, no Panará, no Ramkokamekrá, no Mëbengokrê, no Xerente, no Suyá e em Parkatêjê) e concluiu que, embora as ocorrências na família se assemelhem às do Pykobjê, “nenhuma das hipóteses explicaria completamente o condicionamento dos casos ocorridos nesta língua” (AMADO, 2005, p. 92).

Os trabalhos de descrição até então realizados sobre o Parkatêjê apresentam descrições das formas longas e curtas dos verbos: Araújo (1989, p. 56) afirma que alguns verbos ativos exibem “um morfema de passado -r que não ocorre nos estativos”; enquanto Ferreira (2003, p. 112) sugere que o alinhamento ERG-ABS condiciona o uso de formas longas (em tempo passado e aspecto perfectivo), ao passo que as formas curtas ocorrem quando o sistema operante é o NOM-ACC. Essas visões, entretanto, não ensejaram serem absolutas quanto à descrição do fenômeno. Assim, há casos em que tais descrições não explicariam o uso de tais formas:

I. Parkatêjê (ARAÚJO, 1989)

Hipótese: Verbos ativos exibem morfema *-r* que não ocorre nos estativos.

Embora a maioria dos verbos pareça ter *-r* como consoante final, este não é o único morfema. Algumas formas apresentam *-n*, como em (65), *-t* ou *-k*:

- (64) rə i-katər
 já 1SG-chegar.NFIN
 ‘já cheguei’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

- (65) zum tɛ nã tɔn
 Int Erg fazer+Pas
 ‘quem fez?’

(FERREIRA, 2003, p. 114)

II. Parkatêjê (FERREIRA, 2003)

Hipótese: As formas longas ocorrem quando o sistema está operando como ERG-ABS (tempo passado/aspecto perfectivo), enquanto as formas curtas ocorrem no NOM-ACC (tempo não-passado/ aspecto não-perfectivo).

Esta hipótese explicaria a alternância nos seguintes dados:

- (66) ø-kra tɛ kãm hatər
 3SG-filho ERG LOC queimar.NF
 ‘o filho dele queimou [a casa]’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

- (67) ø-kra pe kãm hatə
 3SG-filho PD LOC queimar
 ‘o filho dele queimou [a casa] (há muito tempo)’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

- (68) i-tɛ fi-ətʃwər mã ʰapan ø-tɛ
 1SG-ERG 3SG-furar.NFIN DS ʰapan.NFIN 3SG-ERG
 i-jə-tʃwər
 1SG-REL-furar.NFIN
 ‘eu o flechei e ele me flechou também’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)
- (69) wa pe h-ətʃwə nã kot harõ
 1SG PD 3SG-furar nã COM gritar
 ‘eu flechei ele e gritei (para me escutarem)’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)
- (70) aikãmã i-tɛ m-aipẽn mẽn
 igual 1SG-ERG m-RECP derrubar.NFIN
 ‘ele me derrubou também’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)
- (71) wa pe pitẽkti ku-mẽ
 1SG pd mutum ku-derrubar
 ‘eu derrubei (matei) um mutum (há muito tempo)’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

As sentenças em passado recente (de aspecto perfectivo) ocorrem com a forma longa do verbo; ao passo que as de passado distante (aspecto imperfectivo) ocorrem com a forma curta. No entanto, essa afirmação não explicou casos em que o passado distante (imperfectivo) ocorre com a forma longa, tais como as apresentadas nos exemplos de (72) a (74):

- (72) ʃtʃũti pe i-jətʃwər
 tio.paterno PD 1SG-furar.NFIN
 ‘meu tio me flechou’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

- (73) wa pe h-əɬwəɾ
 1SG PD 3SG-furar.NFIN
 ‘eu (há muito tempo) flechei (alguém)’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

- (74) wa pe tɔ həɾ
 1SG PD CAUS jogar_flecha.NFIN
 ‘eu joguei flecha (há muito tempo)’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

A ocorrência de sentenças que não são de caso ERGATIVO (não possuem um sintagma agente), como as encontradas nos exemplos de (75) e (76), que estou descrevendo como anti-causativas, foram descritas parcialmente no trabalho de Ferreira (2003), mas de forma distinta do que estou propondo na presente Tese.

- (75) wa aipĩ prar
 1SG ANTIC acordar.NFIN
 ‘eu (me) acordei’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

- (76) kupětʃe aipĩ hĩr-rɛ
 barbante ANTIC rasgar.NFIN-rɛ
 ‘o barbante arrebentou (está arrebentado)’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

Apresento a seguir o comportamento das formas verbais longas e breves em outras línguas Jê mencionadas acima com objetivo de buscar nessas línguas uma explicação para o Parkatêjê.

III. Krahô (POPJES & POPJES, 1986)

Hipótese: a forma longa do verbo ocorre com o tempo passado.

Parkatêjê: Como mostrei nos exemplos (69) e (71), mesmo expressando tempo passado, há casos em que os verbos não ocorrem em sua forma longa. Os autores afirmam, ainda, que “o passado distante é indicado por *pê* ‘DP’ e pela forma curta do verbo”¹⁷ (POPJES & POPJES, 1986, p. 180), o que não ocorre em algumas sentenças do Parkatêjê - o exemplo (73) mostra que nesse tempo é a forma longa do verbo que ocorre.

IV. Apãniekrá (CASTRO ALVES, 2004)

Hipótese: com o sujeito expresso por um pronome livre, o sistema operante é o ativo-estativo e o verbo ocorre em sua forma finita; em sentenças do sistema nominativo-absolutivo, o verbo ocorre em sua forma não-finita e apresenta uma marca de concordância com o sujeito.

Parkatêjê: Como mostrei, sentenças anticausativas como (75) admitem sujeito expresso por uma forma livre e o verbo na forma não-finita.

V. Panará (DOURADO, 2001)

Hipótese: “essa oposição parece se referir à categoria de aspecto, isto é, à constituição temporal interna de eventos ou estados. (...) na forma longa do verbo, os sufixos **-ri -ni -ti**, ou a reduplicação da última sílaba codificam o aspecto perfectivo, e na forma breve, o morfema zero codifica o modo imperfectivo para uma classe de verbos em Panará” (DOURADO, 2001, p. 30) (grifo da autora).

Parkatêjê: Esta hipótese também não explicaria a alternância de formas longas e curtas entre sentenças Parkatêjê de mesmo tempo e mesmo aspecto, como (71) (forma breve) e (73) (forma longa), que ocorrem no PD, para as quais se esperava a forma breve.

VI. Mëbengokré (REIS SILVA & SALANOVA, 2000)

Hipótese: nas formas finitas, o sujeito S/A é expresso por uma forma livre (NOMINATIVO); nas formas não-finitas, há flexão nos verbos intransitivos e os sujeitos A são expressos por formas distintas das formas nominativas. Esta hipótese se assemelha à de Ferreira (2003):

¹⁷ the distant past tense is indicated by *pê* ‘DP’ and the short form of the verb

forma finita com sujeito expresso por pronomes livres, forma não-finita com prefixos pronominais marcados pelo caso ERGATIVO. Neste sistema, que envolve marcação de caso e forma verbal, as formas não-finitas são predicados de orações negativas, subordinadas e nominalizadas.

Orações negativas em Parkatêjê, porém, podem ocorrer com a forma curta ou com a forma longa do verbo:

(77) aipên ma jarên inũare

RECP QUANT dizer.NFIN NEG

‘não espalhar conversa (contar um ao outro)’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

(78) aiku mẽ aipên kora inõre

PR PL RECP matar NEG

‘não matavam uns aos outros’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

(79) wa pe aiku mẽ i-kwə hure inõre

1SG PD PR PL 1SG-parente respeitar NEG

‘os meus parentes não me respeitavam’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

Se considerarmos cada uma das hipóteses apresentadas, para as diferentes línguas Timbira e da família Jê, como é o Mebengôkre, pode-se conjecturar uma explicação parcial para as construções com formas longas em Parkatêjê.

Castro Alves (2004) Alves (2004) – comparando o Timbira Apãniekrá ao Apinajé, Kayapó e Suyá – sugere que a forma não-finita limitava-se a contextos de subordinação; o Timbira teria se diferenciado depois, apresentando tais formas em sentenças independentes no passado simples. A autora apresenta evidências para considerar que “a morfologia ergativa do Timbira Apãniekrá seja derivada de um sistema de nominalização da protolíngua”, isto é, “nas sentenças com nominalização do verbo, não há ocorrência da posposição ergativa *te* marcando

do o sujeito dos verbos transitivos”. No Apãniekrá, a consequência dessa nominalização é um sistema NOMINATIVO-ABSOLUTIVO, que opera concomitante ao ATIVO-ESTATIVO. Não tenho evidências para considerar que este o NOM-ABS também opera em Parkatêjê.

Entretanto, a proposta da autora sustenta a hipótese que adoto neste trabalho, levantada por Ribeiro (2004): “formas longas teriam sido diacronicamente (e ainda são sincronicamente, em vários contextos) formas nominais dos verbos”, embora seja, segundo o autor, difícil postular formas longas como sendo sincronicamente derivadas das formas curtas correspondentes”. As formas longas seriam, portanto, formas derivadas de verbos, cujos resultados são ‘nomes de ação’, como propõe a análise de Miranda (2009) para o Krahô. Ao adotar essa hipótese, referir-me-ei às formas longas como não-finitas (NFIN) ao longo deste trabalho; não marcarei as formas curtas, ficando subentendido que se tratam de formas finitas (FIN).

3 OPERAÇÕES DE AJUSTE DE VALÊNCIA

Muitas línguas apresentam derivações verbais que afetam os argumentos nucleares de uma sentença, podendo diminuir ou aumentar o número desses argumentos, ou mantê-los, alterando suas funções semânticas. Nestas variações estão envolvidos fenômenos de voz e mudança de valência, objetivo primeiro deste trabalho de Tese de Doutorado. De acordo com Dixon e Aikhenvald (2000, p. 6), passivas/anticausativas, antipassivas e construções reflexivas e recíprocas reduzem o número de argumentos; ao passo que causativos e aplicativos aumentam.

Segundo Kulikov (2011), a categoria de voz parece estar subordinada à noção de diátese, isto é,

X	Y
Obl/-	S (NOM)

X	Y
S (NOM)	OD (ACC)

ao padrão de mapeamento dos argumentos semânticos de acordo com suas funções sintáticas. A diátese de uma sentença transitiva básica em que X corresponde ao ator, mapeado na relação gramatical de Sujeito, e Y é experienciador, mapeado na função de Objeto Direto, é expressa da seguinte forma:

Argumento semântico	X (Ator)	Y (Experienciador)
Função sintática	S (NOM)	OD (ACC)

A diátese permite capturar uma rica variedade de vozes uma vez que “ voz é a codificação regular da diátese através da morfologia verbal” (KULIKOV, 2011, p. 371)¹⁸. Muitas línguas como o sânscrito, por exemplo, codificam a diátese passiva por meio de um morfema

¹⁸ voice is a regular encoding of diathesis through verbal morphology

verbal especial, que conseqüentemente é interpretado como um marcador da voz passiva, cuja diátese é:



As alterações nos padrões sintáticos podem ser descritas em termos de uma modificação de diátese: a modificação da diátese transitiva que resulta na passiva equivalente sugere dois fenômenos sintáticos (parcialmente independentes): (i) a promoção do OBJETO DIRETO inicial para o Sujeito da construção passiva; e (ii) o rebaixamento do Sujeito inicial (geralmente, um AGENTE).

Esta definição sugere que uma modificação na diátese altera o padrão de mapeamento dos argumentos semânticos quanto a suas funções sintáticas, mas a semântica da sentença não é alterada.

Haspelmath e Müller-Bardey (2004) dividem as categorias de redução de valência em dois tipos: categorias de remoção do paciente (remoção do objeto) e categorias de remoção do agente (remoção do sujeito).

Antes de apresentar as operações que considero desencadeadoras de mudança de valência em Parkatêjê, apresento uma distinção fundamental para o entendimento de alguns fenômenos na língua.

Segundo Haspelmath e Sims (2010, p. 236), as operações morfológicas podem alterar a valência verbal de duas formas: (i) mudando a relação entre funções semânticas e sintáticas, as chamadas “operações de mudança de função (ou voz)”; (ii) mudando a estrutura do evento de modo a afetar a estrutura do argumento em “operações de mudança de evento”. Dixon e Aikhenvald (2000, p. 7) discutem cinco derivações que envolvem redução de valência: (i) passiva; (ii) antipassiva; (iii) reflexiva; (iv) recíproca; e (v) anticausativa. Nas categorias de aumento da valência, os autores discutem os causativos e os anticausativos.

A distinção que julgo pertinente aqui é entre categorias de voz e categorias que envolvem mudança de valência, isto é, a diferença entre mudanças que alteram e mudanças que não alteram a estrutura semântica do verbo.

Como aponta Kulikov (2011), a valência verbal está inerentemente associada ao conjunto de argumentos semânticos governados por determinado verbo. Mudanças envolvendo valência alteram a codificação do número de argumentos semânticos ou participantes de determinado evento; voz é uma categoria distinta que não envolve esta alteração, porém ocasiona alterações na diátese, ou seja, nos padrões sintáticos da sentença. Para Haspelmath e Müller (2005, p. 15) categorias gramaticais de voz não alteram as propriedades semânticas de um verbo, mas apresentam o evento expresso pelo verbo em uma perspectiva diferente.

Feita esta distinção, apresento nas próximas seções dois fenômenos que envolvem mudança no padrão de valência atestados em Parkatêjê, a saber: causativos e anticausativos. Incluirei nas categorias de redução de valência construções deobjetivas, seguindo a definição de Haspelmath e Sims (2010) para operações que não expressam o objeto.

3.1 Redução de valência

3.1.1 Deobjetiva: categoria de demissão de paciente

Em línguas ergativas, considera-se que a contraparte da passiva é o resultado da operação de demissão do paciente, chamada antipassiva, na qual o argumento A da sentença transitiva é promovido a S e o argum

Agente	Paciente
sujeito	objeto
Agente	Paciente
sujeito	(OBLinst)

ento O é suprimido ou rebaixado a uma posição menos proeminente. Esta operação focaliza a ação em si, não seu resultado:



Ribeiro (1996) apresenta no Karajá “um mecanismo flexional que corresponde à definição de voz antipassiva”, cujo resultado é a supressão do objeto em uma construção semanticamente ativa:

- (80) dearõ a-r-ɔ-dã=kre
 eu 1-DIR-ANTIP-tirar=FUT
 ‘eu vou tirar (implicitamente, ‘o meu salário’)
 (RIBEIRO, 1996, p. 41)

- (81) waha dã-dãraθana=di ø-r-ɔ-kõbra=kre
 meu.pai 1-REFL-salário=INSTR 3-DIR-ANTIP-comprar=FUT
 ‘meu pai vai comprar com o salário dele’
 (RIBEIRO, 1996, p. 41)

O prefixo -ɔ marca a antipassiva na língua Karajá quando os objetos suprimidos são contextualmente conhecidos.

Haspelmath e Sims (2010) assumem, no entanto, que há outra operação que remove completamente O da estrutura, chamada operação *deobjetiva*. Algumas línguas, como o Parikatêjê, utilizam um elemento ao qual estou chamando de morfema de mudança de valência. Quando tal morfema ocorre, a construção resultante não expressa o paciente de nenhuma forma.

Castro Alves (2004) aponta a existência de morfema, *aw-*, que prefixado a alguns verbos transitivos do Apãniekrá causa um processo que a autora chama de detransitivização. Segundo ela, “a interpretação desses verbos quando esse p

agente	paciente
sujeito	objeto

Agente	Paciente
Sujeito	Ø

refixo ocorre é de um 'objeto' com significado genérico. Já o 'sujeito' semanticamente é sempre agente". (82) ke ha mẽ aw-jabe

3 IRR PL DTR-caçar

'eles vão caçar'

(CASTRO ALVES, 2004, p. 78)

Em Parkatêjê essa derivação não é tão transparente; considero, porém, que as construções em que não há argumentos na posição de O sejam resultado da operação *deobjetiva*, codificada na língua por *ai-*, na qual padrão de valência derivado é:



(83) wa tʃi mẽ to ai-tʃo mã

1SG esperar PL CAUS ai-combinar mã

'espera, eu vou aumentar [o povo]'

(NEVES, 2014, notas de campo)

(84) nã mẽ pri nã aipẽn tʃo nã m-aipẽn kãmpa

SS PL caminho SS RECP combinar nã QUANT-RECP escutar

'eles estão combinando para fazer caminho'

(NEVES, 2014, notas de campo)

(85) anenã mũ ma ^hai-rẽn nã

anenã ir QUANT caçar nã

'todo mundo foi caçar'

(NEVES, 2014, notas de campo)

Na seção em que trato das construções recíprocas, mostrarei que *aipẽn* RECP ocupa a posição sintática de O, como em (84).

No Apinajé (OLIVEIRA, 2005, p. 260), o prefixo *aw-* foi atestado na derivação de bases intransitivas a partir de bases transitivas:

(86) kɔt paj amɲĩ mɔ̃ meboj j-apro
 IRR 1.IRR REFL DAT things REL-comprar
 ‘eu vou comprar algo para mim’

(OLIVEIRA, 2005, p. 260)

(87) kɔt paj amɲĩ mɔ̃ awjapro
 IRR 1.IRR REFL DAT ir.comprar
 ‘vou fazer minhas compras (para mim mesmo)’

(OLIVEIRA, 2005, p. 261)

Na sentença (86), sem o *aw-*, tem-se a tradução ‘eu vou comprar coisas para mim’, já no exemplo (87), quando se tem a derivação intransitiva a partir de um verbo transitivo, tem-se algo como ‘eu comprarei (coisas) para mim’.

3.1.2 Anticausativa: categoria de remoção de agente

Em muitas línguas há a necessidade de que todas as sentenças tenham sujeito. Caso uma mudança de valência resulte em remoção do argumento agente, o argumento paciente tende a ocupar a posição de sujeito.

Dixon e Aikhenvald (2000, p. 7) afirmam que várias línguas apresentam como estratégia de redução de valência uma operação em que o sujeito do verbo intransitivo derivado (S) corresponde ao objeto direto subjacente (O), não havendo marca (ou implicação de existência) do sujeito do verbo transitivo (A). Esta operação é, para Dixon e Aikhenvald (2000), efetivamente, o inverso de uma causativa e é geralmente denominada *an*

agente	paciente
sujeito	objeto direto

paciente

sujeito

ticausativa:



No Apãniekrá, a redução de valência das construções prototipicamente transitivas é dada pelo morfema *pi-* prefixado ao verbo: o agente (A) não é expresso na oração intransitiva derivada e o paciente (O) é promovido a sujeito (Sio) (CASTRO ALVES, 2004):

- (88) a-te ken kapon
 2-ERG pedra partir
 ‘você partiu a pedra’

(CASTRO ALVES, 2004, p.)

- (89) ken **pi-** kapon
 pedra MD partir
 ‘a pedra partiu’

(CASTRO ALVES, 2004, p.)

A formação de verbos intransitivos no Mëbengokre parece se dar pela prefixação de dois morfemas: *ai-* e *bi-*. A ambos Salanova (2008) chama anticausativos:

- (90) ba hadʒu katɛ
 1NOM rádio quebrar.FIN
 ‘quebrei o rádio’

(SALANOVA, 2008, p. 118)

- (91) hadʒu aj-katɛ
 rádio ANTIC-quebrar.FIN
 ‘o rádio quebrou’

(SALANOVA, 2008, p. 118)

- (92) ijε hadʒu kaʔek
 1ERG rádio quebrar.FIN
 ‘tenho quebrado o rádio’

(SALANOVA, 2008, p. 118)

- (93) hadʒu kaʔek/bi-kaʔek
 rádio quebrar.NF/ANTIC-quebrar.FIN
 ‘o rádo está/foi quebrado / O rádio está quebrado por minha causa’

(SALANOVA, 2008, p. 118)

Ferreira (2003) apresentou um formativo que, segundo a autora, pode estar ligado à passivização, com características de uma ‘passiva básica’: “uma oração com o formativo *aipĩ* não traz o sintagma agentivo; o verbo sem a presença de *aipi* é transitivo, expressando atividade, envolvendo sujeito agente e objeto paciente”.

- (94) i-kra te i-ʒ-õ kuwê kwĩn
 1-filho ERG 1-REL-POSS arco quebrar+Pas
 ‘meu filho quebrou meu arco’

(FERREIRA, 2003, p.)

- (95) i-ʒ-õ kuwê aipĩ kwĩn
 1-REL-POSS arco PASS quebrar+Pas
 ‘meu arco foi quebrado’

(FERREIRA, 2003, p.)

(95) caracteriza uma operação sintática passiva, a qual

aplica-se a uma oração transitiva subjacente e forma uma oração intransitiva derivada. A locução nominal sujeito A torna-se S da passiva. A locução nominal A subjacente vai para uma posição periférica, sendo marcada por um caso não-nuclear, preposição, etc. (FERREIRA, 2003, p. 207).

A autora apresenta também outras hipóteses sobre esse formativo, dentre elas o ponto de vista que adoto na interpretação de tal elemento, segundo o qual *aipĩ* é responsável por construções anticausativas, que são semelhantes às construções passivas, pois ambas possuem como sujeito o objeto direto do verbo transitivo, ou seja, têm sujeito paciente (COMRIE, 1985). A diferença entre as duas construções é que na passiva, mesmo que não esteja expresso, há um sintagma agentivo; e a construção anticausativa refere-se a um evento espontâneo, como sugerem as construções com *aipĩ* em Parkatêjê:

- (96) *kokti tɛ ri pɜr kwĩn*
 vento ERG ri pau quebrar.NFIN
 ‘(foi) o vento quebrou o pau’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

- (97) *pɜr pa aipĩ kwĩn*
 pau braço ANTIC quebrar.NFIN
 ‘o galho (braço do pau) quebrou’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

Uma possível interpretação deste formativo é que ele tenha agregado à sua forma o morfema de derivação deobjetiva *ai-*, descrito na seção anterior. Como o quinto capítulo se dedica a uma possível explicação dessa formação, tratarei de tal composição mais adiante.

Este tipo comum de redução de valência envolvendo o sujeito parece ocorrer em Parkatêjê com as mesmas restrições lexicais descritas por Haspelmath e Müller-Bardey (2001): ao contrário da passiva que geralmente pode ser formada a partir da maioria dos verbos, anticausativas pedem ações desempenhadas sem nenhum instrumento ou método específico como “quebrar”, “rasgar”, “dividir”, “separar”:

- (98) *kupêtje aipĩ hĩr-rɛ*
 barbante ANTIC rasgar.NFIN-rɛ
 ‘o barbante arrebentou (está arrebentado)’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

Um das evidências para considerar as construções com *aipĩ* como anticausativas é a ausência da marca formal do sintagma agentivo no tempo passado, codificada na língua por *tɛ*, uma vez que sentenças anticausativas não apresentam sintagma agentivo:

- (99) kôkti tɛ ri i-prar
 vento ERG ri 1SG-acordar.NFIN
 ‘(foi) o vento me acordou’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

- (100) i-tɛ Maria prar
 1SG-ERG Maria acordar.NFIN
 ‘eu acordei a Maria’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

- (101) wa ai-pĩ prar
 1SG DEOBJ-ANTIC acordar.NFIN
 ‘eu (me) acordei’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

Segundo Dixon (1994), em geral, há alguma marca formal explícita de uma construção passiva, podendo a locução nominal A subjacente ser omitida, embora haja sempre a possibilidade de incluí-la. Construções nas quais o sintagma agentivo não é expresso, ou é defocalizado, mantêm a marca de argumento A:

- (102) i-tɛ nã tɔ hitɔm
 1SG-ERG nã CAUS fechar
 ‘eu fechei a porta’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

- (103) tɛ nã hitɔm
 ERG nã fechar
 ‘(a porta) fechou’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

Tal qual descrito por Haspelmath e Sims (2011), *ai-pĩ* em Parkatêjê não apenas remove o agente da estrutura argumental:

A mudança de função (paciente tornar-se sujeito) é uma consequência quase trivial da função principal da anticausativa. Que o agente não está presente na estrutura do argumento (e no significado do verbo) também pode ser visto a partir do fato de que não pode aparecer como um argumento oblíquo (**Dver' zakrylas' Veroj* 'A porta fechada por Vera'), e nenhum elemento adverbial voltado para o agente pode ocorrer na sentença (**Dver' zakrylas' namerenno* 'A porta se fechou deliberadamente'; esta frase só é possível em um mundo improvável em que as portas têm intenções).¹⁹

Nestas construções, portanto, o causador da ação é removido da estrutura conceitual, daí por que as chamo anticausativas:

- (104) i-te i-pa kwĩn
 1SG-ERG 1SG-braço quebrar.NFIN
 ‘eu quebrei meu braço’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

- (105) i-pa aipĩ kwĩn
 1SG-braço ANTIC quebrar.NFIN
 ‘meu braço está dolorido (eu não sei por que, pois não está quebrado)’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

Com base em Haspelmath e Sims (2011), interpreto estas construções como mudança de evento, não meramente uma mudança de função, como em uma operação passiva (com paciente promovido a sujeito).

¹⁹ The function change (patient becoming subject) is an almost trivial consequence of the main function of the anticausative. That the agent is not present in the argument structure (and in the verb meaning) can also be seen from the fact that it cannot appear as an oblique argument (**Dver' zakrylas' Veroj* ‘The door closed by Vera’), and no agent-oriented adverbials may occur in the sentence (**Dver' zakrylas' namerenno* ‘The door closed deliberately’; this sentence is possible only in an unlikely world in which doors have intentions).

3.1.3 Incorporação nominal

Dentre os processos que alteram a valência verbal está o que se refere a compostos de núcleo verbal formados por um NOME e um VERBO, cujo termo tradicional é *incorporação nominal*.

Estes compostos foram objeto de estudos de Ferreira (2003; 2011), nos quais a autora considerou que nomes podem ser incorporados a verbos transitivos e intransitivos (ativos ou estativos), formando um novo lexema. Tendo em vista que ela descreveu tal processo, o que mostro abaixo é a abordagem dada por ela para o fenômeno, a fim de mostrar (não descrever) de que forma a incorporação de um nome ao verbo resulta em alteração de valência.

Segundo Ferreira (2011), a incorporação é um mecanismo de preservação de valência em Parkatêjê: com verbos intransitivos estativos, a valência verbal não é alterada e o verbo permanece intransitivo (106); e intransitivos ativos podem ter determinados nomes a eles incorporados permanecendo intransitivos (107):

(106) ry Tutaki kra=kato
 já Tutaki filho.sair
 ‘o filho da Tutaki já nasceu’

(FERREIRA, 2011, p. 274)

(107) pêpia kitare miti katiti aiku wỳr krã=mõ
 EVI ASS jacaré grande PR DIR cabeça.ir
 ‘dizem que jacaré grande estava boiando (no rio)’

(FERREIRA, 2011, p. 274)

Se nomes são incorporados a verbos transitivos, estes se intransitivizam e o verbo ocorre somente com o sujeito, estando o argumento nominal incorporado ao verbo (FERREIRA, 2011, p. 274):

(108) pê aiku ajêt nã hàr=popok nã tyn tẽ

EVI PR pendurar SS asa.bater SS morrer i r
 nã pyp
 SS cair

‘ele ficou pendurado batendo as asas, morrendo, e caiu’

(FERREIRA, 2011, p. 274)

Castro Alves (2004) relata que o argumento O de transitivos ativos quando incorporado ao núcleo verbal também resulta em redução de valência no Apãniekrá:

(109) i-te i-kra mpən
 1-ERG1-filho carregar
 'eu carreguei meu filho'

(CASTRO ALVES, 2004, p. 100)

(110) i-kra= mpən
 1-filho= carregar
 'eu carreguei meu filho'

(CASTRO ALVES, 2004, p. 100)

Segundo Ferreira (2003, p. 215), o verbo tem seu sentido restringido pelo nome incorporado – geralmente partes de um todo –, que perde “de certa forma, seu significado específico, tornando-se assim um componente do verbo”.

O quadro abaixo contém alguns compostos descritos pela autora como resultantes de incorporação nominal:

Composição	Composto
krã=mõ cabeça=ir	‘nadar; boiar’
krã=men cabelo=derrubar	‘cortar o cabelo todo’

hɜr=pɔpɔk asa=bater	‘bater asas/guelra’
hɔkra= pɔpɔk mão=bater	‘aplaudir’
hɔkrɛ=poi garganta=poi	‘cantar (batendo o maracá)’
krã=hapie cabeça=criar	‘crescer (cabelo)’
jarko=men saliva=derrubar	‘cuspir’
krit=ati nariz=ONOM	‘espirrar’
krit=putĩti nariz=ser.pessado	‘estar.com.o.nariz.entupido’
ho=tai pelo=ser.duro	‘arrepiar’
hɔkrɛ=kak garganta=ONOM	‘arrotrar’
hɔkrɛ=pɔk garganta=ONOM	‘expectorar’
kapro=kato sangue=sair	‘menstruar’
kra=kato filho=sair	‘nascer’
hɔtɔ=ɥfwati olho=estar.molado	‘estar.com.sono’
hɔtɔ=kãm-kriri olho=LOC-girar	‘estar.tonto’

Quadro 12: Compostos resultantes de incorporação nominal, segundo Ferreira (2003)

Os dados de que disponho não diferem destes apresentados por Ferreira (2003; 2011), não sendo, portanto, suficientes para dar conta das restrições do processo de incorporação nominal na língua, sendo necessários estudos posteriores que apontem, por exemplo, quais nomes podem ser incorporados.

3.2 Aumento de valência

3.2.1 Aplicativo: categoria de inclusão de paciente

A operação aplicativa é tradicionalmente definida como aquela em que um novo objeto é criado ou um argumento não-objeto assume a função de objeto. Para Nakamura (1997, p. 253), “grosso modo, ‘construção aplicativa’ é usada para cobrir uma série de processos de mudança de função gramatical estreitamente relacionados através dos quais a adição de um morfema aplicativo ao verbo faz alguns oblíquos virar objetos”²⁰.

No Panará, Dourado (2001; 2002) descreveu as aplicativas como construções com posposições (instrumental-comitativa, comitativa, benefactiva, malefactiva e locativa) incorporadas à esquerda do verbo, cujos objetos se mantêm não-marcados:

(111)	pĩara	yĩ	=∅	
	crianças.ABS	REAL.INTR	=3SG.ABS	
	=ra	=kõri	ikõ	hɔw
	=3PL.ABS	=saciar	água	IC
	‘as crianças bebem água’			

(DOURADO, 2002, p. 207)

(112)	pĩara	yĩ	=∅	
	crianças.ABS	REAL.INTR	=3SG.ABS	
	hɔw	=ra	=kõri	ikõ
	=IC	=3PL.ABS	=saciar	água
	‘as crianças bebem água’			

²⁰ Roughly speaking, “applicative construction” is used as a cover term for a set of closely related grammatical-function-changing processes whereby the addition of an applicative morpheme to the verb makes some oblique become an object (Baker 1988a).

(DOURADO, 2002, p. 207)

A transitivização é comum em línguas Bantu, como o Chichewa. Durante minha visita à Universidade de Leiden pude coletar com uma colega falante nativa desta língua que, gentilmente, foi minha informante e me mostrou as seguintes sentenças:

- (113) ndi-na-tumiz-a kalata kwa sîntia
 1SG-PAST-enviar-FV²¹ carta para cintia
 ‘eu enviei uma carta à Cinthia’

(JC, comunicação pessoal, 2015)

- (114) ndi-na-tumiz-ir-a sîntia kalata
 1SG-PAST-enviar-APPL-FV cintia carta
 ‘eu enviei uma carta para (a ou em favor/nome) Cintia’

(JC, comunicação pessoal, 2015)

- (115) ndi-na-gon-a pa-bedi
 1SG-PAST-dormir-FV LOC-cama
 ‘eu dormi na cama’

(JC, comunicação pessoal, 2015)

- (116) ndi-na-gon-el-a pa-bedi
 1SG-PAST-dormir-APPL-FV LOC-cama
 ‘eu dormi na cama’

(JC, comunicação pessoal, 2015)

Segundo a falante, em (115), ‘cama’ é um oblíquo que pode ser omitido. Já na construção com o APLICATIVO *el-* incorporado ao verbo em (116), ‘cama’ é argumento de ‘dormir’, não podendo ser omitido da sentença.

²¹ Optei por usar a nomenclatura usada nas descrições recentes de língua Bantu, chamando esta vogal de VOGAL FINAL (FV). Em estudos como o de Baker (1988), esta é uma marca de ASPECTO.

Em Parkatêjê, Ferreira (2003) apresenta (118) com um LOCATIVO:

- (117) a- nõ hõ
 2- deitar dormir
 ‘dorme!’ *lit.* ‘deita-dorme’

(FERREIRA, 2003. p. 180)

- (118) wa ka ariatʃɜ kãm nõ hõ
 wa ka [ariatʃɜ kãm] nõ hõ
 eu FUT rede LOC deitar dormir
 ‘eu vou dormir na rede’

(FERREIRA, 2003. p. 99)

Alves (2004, p. 114) tratou este tipo de construção no Apãniekrá como “predicados intransitivos com complemento indireto”. Segundo a autora, “esses verbos intransitivos apresentam dois argumentos básicos, sendo que um deles é sempre marcado por uma posposição, o qual será considerado um ‘objeto indireto’”.

Ferreira (2003) chamou estas construções de “estendidas”, definindo-as como construções que, além de seus argumentos, requerem um objeto oblíquo marcado por posposição. (118) seria, então, uma construção “intransitiva estendida”, cuja estrutura é SUJEITO-OBLÍQUO-VERBO (FERREIRA, 2003, p. 162).

Estas definições explicariam os casos em que a estrutura segue os padrões propostos pelas autoras, como a exemplificada em (119) tipo

- (119) wa mũ a-kot mõ
 wa mũ [a-kot] mõ
 1SG mũ 2-COM ir
 ‘eu vou contigo’

(FERREIRA, 2003. p. 141)

Há em Parkatêjê, ainda, sentenças em que este oblíquo não ocorre anteposto ao verbo:

- (120) jum kot ka pia mũ mõ
 [jum kot] ka pia mũ mõ
 quem COM 2SG INT mũ ir
 ‘com quem tu vais?’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

- (121) intfũ kot wa ka mũ mõ
 [intfũ kot] wa ka mũ mõ
 meu.pai COM 1SG FUT mũ ir
 ‘eu vou com meu pai’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

Alves (2004, p. 152) considerou que, em construções semelhantes do Apãnikerà, quando o verbo é seguido de um operador que codifica categorias de aspecto e polaridade, este se apresenta em sua forma não-finita e “o sujeito intransitivo é marcado pleonasticamente expresso por um pronome livre e por uma marca de concordância no verbo (um prefixo pronominal), ou seja, está alinhado tanto com o sujeito transitivo quanto com o objeto direto”:

- (127) wa ha kare kãm i-katõk
 1 IRR veado LOC 1-atirar
 ‘eu vou atirar no veado’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 115)

Diante do aparecimento de sintagma preposicionado (PP), uma questão deve ser levantada: se o PP conta como argumento, estando ele incorporado ou não, o predicado tem dois argumentos. Segundo Shibatani (comunicação pessoal), isso ocorre no Balinês:

- (128) tiang maang banyu ka celeng=e
 eu AF.dar migalha a porco=DEF
 ‘eu dei migalha ao porco’

(PP obrigatório)

- (129) tiang maang-in celeng=e banyu
 eu AF.dar-APPL porco=DEF migalha
 ‘eu dei migalha ao porco’

(bitransitivo)

Nestes casos não se pode falar em alteração de valência, pois o PP é obrigatório independente de sua posição na cláusula. Não está claro ainda em Parkatêjê a obrigatoriedade do PP em casos como

- (130) ton mũ [magwari kãm] nõ hõr
 Ton mũ maguari LOC deitar dormir
 ‘Ton dormiu no Maguari’

(FERREIRA, 2003. p. 162)

- (131) pít [katfer kãm] nkrik
 sol lua LOC zangado
 ‘o Sol está zangado com a Lua’ *lit.* ‘o Sol zangou na Lua’

(FERREIRA, 2003. p. 99)

Se o que Ferreira (2003) chamou de oblíquo puder ser omitido, pode-se falar em aumento de valência na cláusula derivada.

No Chichewa, o BENEFACTIVO é claramente uma operação de ajuste na valência, pois só pode ser construído com o APLICATIVO, criando argumentos nucleares ao verbo:

- (132) ndi-na-tumiz-ir-a sîntia kalata
 1SG-PAST-enviar-APPL-FV cintia carta
 ‘eu enviei uma carta para (em favor/nome de) Cinthia’

(JC, comunicação pessoal, 2015)

Não há para esta cláusula outra interpretação que não seja ‘em favor/nome de’. A sentença com o PP fora do verbo tem outra interpretação que não envolve benefício, sendo agramatical o BENEFACTIVO que não tem o APLICATIVO incorporado ao verbo.

No Parkatêjê, não tenho evidências para descrever qual tipo de processo ocorre quando o OBLÍQUO é OBJETO INDIRETO, pode ser um ajuste de valência (e isso depende de o PP ser argumento na cláusula em que ele não é aplicado ao verbo) ou um ajuste de diátese (um objeto primário e um objeto figurado), sendo necessários estudos que interpretem e descrevam as construções aplicativas na língua.

3.2.2 Causativo: categoria de inclusão de agente

Talvez a causativização seja o mais comum processo de ajuste de valência. Em termos gerais, esta é uma mudança de evento na qual um novo participante, um AGENTE que ocasiona a ação, é incluído ao verbo. Este é um mecanismo de derivação tão produtivo em línguas Jê, que muitas (quicá todas as) descrições trataram desta operação. Nesta seção trato não apenas da construção de causativas, pois a partícula responsável por este processo exerce outras funções que precisam ter sua distribuição verificada.

No Parkatêjê, a inclusão de um novo agente no evento é feita pelo uso de *to*:

(133) ko kakrɔ
 agua estar.quente
 ‘a água está quente’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

(134) i-te tɔ ko kakron
 1SG-ERG CAUS água esquentar.NF
 ‘eu esquentei a água’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

(135) wa pe karõ tɔ pãk nã wa mũ
 1SG PD alma CAUS bagunçado nã 1SG mũ
 wa pe tɔ mpei

1SG PD CAUS ser.bom

‘o luto estava bagunçado; eu consertei (eu o fiz bom)’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Ferreira (2003, p. 201) descreve *to* CAUSATIVO em Parkatêjê como um verbo transitivo, “cujo sentido lexical é fazer”. Para Alves (2004, p. 73), *to* é um causativizador cliticizado ao verbo intransitivo e, provavelmente, deriva do verbo *to* ‘fazer’ no Apãniekrá. No Apinajé, Oliveira (2003) considerou que o morfema responsável pela causativização pode ser traduzido como ‘fazer’.

Clítico ou verbo, nas sentenças acima, *to* desencadeia um processo de derivação transparente: um verbo intransitivo estativo causativizado apresenta um novo argumento, que ocupa o papel de AGENTE.

O elemento *to* não deriva apenas verbos, pode causativizar nomes:

(136) *kaipi nã to tek*
kaipi²² nã CAUS flecha
 ‘flechar no kaipy’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Amado (2004, p. 46) apresentou este processo no Pykobjê:

(137) *ej -te to k^bre*
 1 ERG CAUS buraco
 ‘eu cavei’

(AMADO, 2004, p. 46)

Há, no entanto, casos em que a ocorrência de *to* não altera a valência do verbo principal:

²² Este é um termo para o qual não encontro uma tradução adequada, pois se trata de um trançado de palha que serve como base para os jogos de flecha. As flechas são lançadas no kaipy para que tomem altura e velocidade.

- (138) kok-ti tɛ ri pɜr mɛ̃n
 vento-ti ERG ENF pau derrubar.NF
 ‘(foi) o vento (que) derrubou o pau’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

- (139) ø-tɛ tɔ pɜr mɛ̃n
 3SG-ERG CAUS pau derrubar.NF
 ‘ele derrubou o pau’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

Os dados (138) e (139) apresentam o mesmo número de argumentos: sujeitos A marcados pelo ergativo *te* e um argumento O anteposto ao verbo.

- (140) itware tɛ ri i-tik
 minha.neta ERG ENF 1SG-preto
 ‘(foi) minha neta/sobrinha me pintou de preto’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

- (141) katii tɛ ri tɔ i-tik
 minha.avó ERG ENF CAUS 1SG-preto
 ‘(foi) minha avó/tia (que) me pintou de preto’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

- (142) i-tɛ kai-rɛ hir
 1SG-ERG cesto-rɛ rasgar.NF
 ‘eu rasguei o cesto’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

- (143) pɜrtʃo tɛ amɜĩ tɔ kai hir
 castanha ERG REFL CAUS cesto rasgar.NF
 ‘a castanha rasgou seu (próprio) cesto’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

À luz da descrição apresentada por Ferreira (2003, pág. 202),

algumas construções com o verbo lexical to 'fazer' parecem implicar semanticamente um maior grau de coercitividade sobre o agente ou a ação expressa pelo verbo, muito embora nem sempre se tenha na sentença a inclusão de mais um participante agentivo. Esses casos parecem estar relacionados com construções seriais verbais que expressam intenção.

Deste modo, os casos em relevo parecem estar relacionados a construções seriais verbais que expressam intenção, atribuindo “um maior grau de volição/coerção à ação expressa pelo verbo”. Esta é uma hipótese, como a própria autora já havia ressaltado, que precisa ser verificada, visto que em (143) não se pode atribuir volição ao argumento A.

Se comparadas às sentenças intransitivas causativizadas do Apãniekrá, o Parkatêjê difere quanto à ordem dos constituintes. Naquela língua, o causativizador ocorre cliticizado ao verbo:

(144) a-tɛ ko tɔ= iʔ-kakrɔ
 2-ERG água CAUS =3-estar.quente
 ‘você esquentou a água’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 74)

Esta é a ordem sugerida por Ferreira (2003, p. 204) para o Parkatêjê:

[causer	Erg	causee-Abs	Caus	RV]
mẽ ntia	tɛ	mẽkarõn	tɔ	tay
Pl mulher	ERG	fotos	CAUS	desaparecer

‘as mulheres perderam as fotos’ lit. ‘as mulheres causaram as fotos desaparecerem’

(FERREIRA, 2003, p. 204)

A língua apresenta, ainda, uma ordem alternativa, como apresentei anteriormente, em (138) e em (145) e (146):

- (145) i-tɛ tɔ ko kakron
 1SG-ERG CAUS água esquentar.NF
 ‘eu esquentei a água’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (146) mariɐ tɛ ri tɔ kro kahon
 maria ERG ENF CAUS porco cozinhar.NF
 ‘(foi) Maria (que) cozinhou o porco’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Castro Alves (2004) apresentou dados do Krikati em que o deslocamento do objeto ocasiona alterações semânticas:

- (147) ej-te to= ku- kakro
 1-ERG CAUS= água- estar.quente
 ‘eu esquentei a água’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 74)

- (148) ej-te ku to eʔ-kakro
 1-ERG água INSTR 3-estar.quente
 ‘eu esquentei alguma coisa dentro da água’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 75)

Em Parkatêjê, ambas as ordens parecem ser aceitas, embora o falante não tenha reconhecido como gramaticais sentenças, como em (149), de ordem semelhante à do Apãniekrá:

- (149) *i-tɛ ko tɔ kakron
 1SG-ERG água CAUS esquentar.NF
 ‘eu esquentei a água’

(NEVES, Notas de campo, 2015)

Amado (2004) descreve *to* como INSTRUMENTAL quando este ocorre anteposto ao objeto nominal, sendo CAUSATIVO quando precede o verbo:

- (151) ej-te to ku to ej-kom
 1-ERG INSTR água CAUS 1-beber
 ‘eu bebi água (com algo, um copo ou um canudo, por exemplo)’
 (AMADO, 2004, p. 45)

Ferreira (2003, p. 239) mostrou a duplicação de *to* em uma sentença Parkatêjê, cujo sentido, segundo seu informante, é o mesmo da sentença sem a ocorrência diante do objeto ou do verbo. Assim como a autora, vejo que “não é nem um pouco convincente” a afirmação de que *to* é opcional ou que é livre de restrições sintáticas.

Alterações no sentido da sentença, bem como outros uso de *to* e seu status na sentença, devem ser investigados. Castro Alves (2004) observou que, no Apâniekrá, verbos como *pa* ‘viver’ e $\eta kr\theta$ ‘continuar’ expressam aspecto CONTINUATIVO se causativizados.

Pode-se pensar nesta expressão para o Parkatêjê também:

- (152) ita anênã mũ anênã tɔ mpei-ti tɔ ipa
 DEM anênã mũ anênã CAUS ser.bom-ti CAUS viver
 wakmêre mē
 wakmêre mē
 ‘esse eu também faço bem, como o wakmêre (festa tradicional)’
 (Dados de narrativa oral, 2009)

- (153) anênã mũ aiku mē kre inõre
 anênã mũ PR PL cantar NEG
 kãmã amē kri tɔ ipa
 junto amē sentar CAUS viver
 ‘também não cantava, ficava sentado’
 (Dados de narrativa oral, 2009)

- (154) wa pe kitarɛ kɔrmã mẽ kãmpar tɔ ipa
 1SG PD kitarɛ INCOMPL mẽ escutar CAUS viver
 ‘eu estava entendendo’

(Dados de narrativa oral, 2009)

Outro uso de *to* pode estar relacionado à imperação; tal como Amado (2004) considerou que o CAUSATIVO pode formar o IMPERATIVO no Pykobjê:

- (155) to tfwa
 CAUS banhar
 ‘vai tomar banho’

(AMADO, 2004, p. 45)

Silva (2011), também sobre o Pykobjê, considera que esta é uma partícula homófona ao CAUSATIVO, suprimindo o sujeito declarativo:

- (156) to ngõr
 IMP dormirINTR
 ‘durma!’

(SILVA, 2011, p. 91)

- (157) to h-ahyy
 IMP PR-fazer
 ‘faça-o’

(SILVA, 2011, p. 91)

No Parkatêjê, há casos em que *to* parece indicar o mesmo modo:

- (158) mẽ kuprõ nã mẽ pa kakok
 PL reunir nã PL pa falar

‘reunir o povo e conversar’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

(159) mē tɔ kuprõ
 PL CAUS reunir
 ‘vão (vai) reunir o povo’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Ocorre que nem sempre o IMPERATIVO é marcado pelo CAUSATIVO:

(160) amnẽ tẽ
 para.cá ir
 ‘vem (para) cá’

(FERREIRA, 2003, p. 180)

(161) mũ tɔ tẽ
 DIR²³ CAUS ir
 ‘leva para lá’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

(162) a- nõ hõ
 2- deitar dormir
 ‘dorme!’ *lit.* ‘deita-dorme’

(FERREIRA, 2003, p. 180)

²³ Considerando-se a partícula *mũ*, Ferreira (2003, p. 132), observa que, em Parkatêjê, essa partícula: “(a) pode ocorrer nos sistemas Nominativo-Acusativo e Ergativo-Absolutivo, ocorrências evidenciadas pelas formas estendidas e não-estendidas dos verbos; (b) ocorre com verbos ativos e descritivos; (c) ocorre como uma marca de imperativo rogativo. Dessa forma, deve ser aprofundada a análise da partícula *mũ*, pois parece não estar relacionada com o tempo -ocorre com noções de passado e futuro - nem com o modo”. Os demais exemplos, no entanto, também indicam esta solicitação sem a ocorrência de *mũ*. Possivelmente, portanto, é provável que o aspecto ROGATIVO não seja marcado por *mu*, ou essa partícula seja opcional em alguns contextos em que a solicitação é feita por outros elementos linguísticos e/ou extralinguísticos. Por exemplo: na variedade de língua portuguesa amazônica, muitas vezes, os pedidos feitos oralmente omitem os chamados termos de polidez, como, por favor, por obséquio, porque a entonação, a modulação da voz e os gestos se encarregam de promover a solicitação.

- (163) mĩ i-kutʃə
 pega 1SG-estar.farto
 ‘pega! não quero mais’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (164) pene i-mã pĩ
 pene 1SG-DAT pegar
 ‘traz para mim’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (165) i-mã kãmã mpɔ rẽ mã
 1SG-DAT junto coisa rẽ mã
 ‘traz tudo (açúcar, farinha, colher) para mim’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Estas sentenças mostram que o imperativo em Parkatêjê pode ou não ser resultado de causativização. Nas orações em que há ocorrência de *to* no IMPERATIVO, este ocorre com verbos estativos:

- (166) tɔ irũn-ti
 CAUS grande-INTENS
 ‘faz grande (a tora)’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (167) tɔ mpɛi
 CAUS ser.bom
 ‘faz direito’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (168) tɔ akɔtɔrɛ
 CAUS ser.curto

‘faz curta’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Esta é uma hipótese que precisa ser verificada, visto que, segundo o falante, o verbo *kuprõ* ‘reunir’ quando ocorre com o CAUSATIVO indica imperação:

(169) mẽ kuprõ
 PL reunir
 ‘(vamos) reunir’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

(170) mẽ to kuprõ
 PL CAUS reunir
 ‘vão (vai) reunir o povo’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Ressalto que a função de *to* nas sentenças imperativas (não somente) deve ser estudada além dos casos acima.

4. OPERAÇÕES DE MUDANÇA DE VOZ

4.1 Recíprocos

Nesta seção apresento as construções recíprocas. Adoto a definição de Haspelmath (2007, p. 2087), segundo a qual, recíprocos codificam uma situação mútua, que “pode ser definida como uma situação com dois ou mais participantes (A, B...), na qual, para, pelo menos dois dos participantes A e B, a relação entre A e B é a mesma relação entre B e A²⁴”:

(171) i-tɛ ø-kakwĩn-ti
 1SG-ERG 3SG-bater.NFIN-INTENS
 ‘eu bati nele’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

(172) i-tɛ mẽ ø-tɛ ma kãmã aipẽn kakwĩn
 1SG-ERG PL 3SG-ERG ma junto bater.NFIN
 ‘nos batemos igualmente (eu e eles)’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Em (171) há uma situação não-mútua, na qual “eu” (codificado pelo pronome dependente i-) é AGENTE de um evento que afeta o PACIENTE “ele” (sem marcação na língua):

A \longrightarrow **B**

Já em (172), “eu” e “ele” são agente e paciente em uma relação mútua:

A \longleftrightarrow **B**

Dixon & Aikhenvald (2000) incluem os recíprocos nas derivações que reduzem a valência verbal. Entretanto, no capítulo anterior, ao tratar de mudanças de valência, fiz uma distinção que vale ser retomada aqui: fenômenos que envolvem mudança de valência alteram o número de argumentos de determinado evento; fenômenos que envolvem a categoria de voz alteram a diátese (os padrões sintáticos) da sentença. Essa distinção justifica minha escolha

²⁴ “can be defined as a situation with two or more participants (A, B, ...) in which for at least two of the participants A and B, the relation between A and B is the same as the relation between B and A”.

por tratar construções recíprocas como sentenças derivadas de uma mudança de voz. Em (171), dois argumentos são requeridos pelo verbo, em papéis de agente e paciente da ação. Na versão recíproca (172), o número de argumentos se mantém, porém com alterações na diátese: o argumento paciente na versão ativa também ocupa o papel de agente; e o argumento agente é igualmente paciente.

Sobre o reflexivo e o recíproco, Ferreira (2003, p. 64) apontou que

o fato em comum entre reflexivos e recíprocos é que ambos apontam para a correferencialidade entre os papéis semânticos de agente e paciente. Não está claro ainda o status desses elementos em Parkatêjê: se são prefixos ou formas livres. Estudos posteriores deverão esclarecer isso. No presente trabalho, está-se considerando-os formas livres. A princípio, as formas reflexiva e recíproca ocorrem somente com verbos transitivos, os quais assumem as propriedades morfossintáticas de verbos intransitivos.

A meu ver, as construções recíprocas do Parkatêjê são menos transitivas, na escala de Hooper & Thompson (1980), em relação às construções na voz ativa. Segundo os autores, “a ausência de O reduzirá o grau de Transitividade da cláusula” (HOOPER & THOMPSON, 1980, p. 254). Entretanto, nas construções recíprocas do Parkatêjê, o verbo permanece transitivo, a construção é semanticamente ativa, com os argumentos A marcados pelo ergativo *-te* no tempo passado.

Parkatêjê apresenta uma forma de marcar a demissão/remoção de um dos argumentos requeridos pelo verbo, como apresentei na seção em que tratei de redução de valência. O que ocorre nas sentenças anticausativas é semelhante ao que ocorre nas recíprocas no que se refere a O: tal como na formação em (173), nestas, em (174), o argumento O foi removido da estrutura argumental:

(173) kupêʈje aipĩ hĩr-rɛ
 barbante ANTIC rasgar.NFIN-rɛ
 ‘o barbante arrebentou (está arrebentado)’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

(174) i-te mẽ ø-te ma kãmã aipẽn kakwĩn
 1SG-ERG PL 3SG-ERG ma junto bater.NFIN
 ‘nos batemos igualmente (eu e eles)’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Como mencionei anteriormente, este é um processo de formação que requer uma análise mais aprofundada, requer dados que expliquem o percurso histórico dessa forma. Por ora, opto por considerar que a língua marca o ajuste sintático causado pela promoção de O a A.

Alves (2004, p. 66) descreveu o recíproco no Apãniekrá, tal como o reflexivo, como uma mudança de voz causada por operações morfológicas no verbo:

(175) ku-tɛ i-hok
 3-ERG 1-pintar
 ‘ela me pintou’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 71)

(176) ramã mẽ= ku-tɛ =mẽ ajpen hok
 ASP PL 3-ERG =PL RECIP pintar
 ‘elas já se pintaram (uma pintou a outra)’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 71)

Segundo a autora, na sentença (176) há codificação de “dois eventos, com o sujeito do primeiro sendo objeto do segundo (um age sobre o outro) e vice-versa. O objeto direto é representado pelo pronome recíproco *ajpen*”.

Dourado (2001, p. 110) apresentou a voz recíproca no Panará gramaticalizada no verbo, “expressa por meio do clítico *pĩ* e/ou clítico dual, concordando com o sujeito dual”:

(177) ñpiarã ne =pĩ =mã =pe
 homens.ERG 3PL.ERG=RECP=3DAT=falar
 ‘os homens estão conversando (uns com os outros)’

(DOURADO, 2001, p. 110)

A forma recíproca do Panará fornece mais uma evidência para a análise de que o recíproco em Parkatêjê é constituído pela marca *ai-*, que pode estar relacionada historicamente à

do Panará, e que, na língua em estudo na presente Tese, pode estar relacionada à questão de demissão de O.

Para os participantes deste tipo de situação mútua, Haspelmath (2007) propõe chamá-los “mutuantes”, cuja relação pode ser expressa de diversas maneiras nas línguas, conforme o diagrama abaixo:

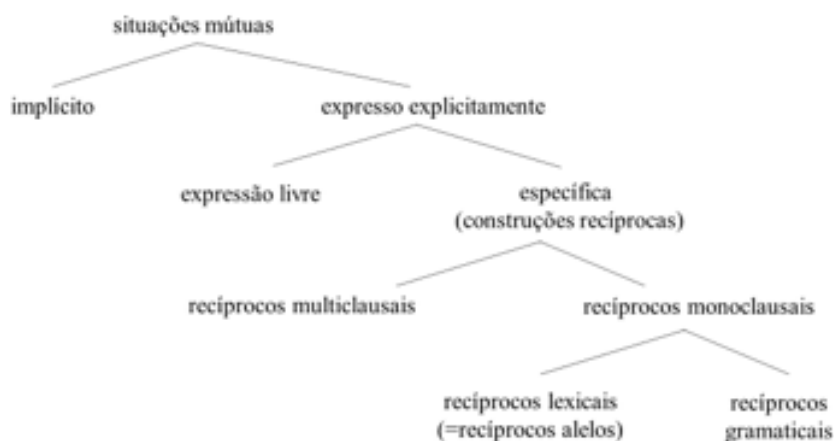


Ilustração 10: Tipos de expressão de reciprocidade segundo Haspelmath (2007)

Por meio deste esquema apresentarei como Parkatêjê lida com as situações recíprocas. Geralmente, os mutuantes são expressos pelos argumentos da construção recíproca, como em (172); mas é possível que apenas um dos mutuantes seja expresso, deixando o outro a ser inferido pelo contexto ou implícito:

(178) wa mũ a-ʒiprõ
 1SG mũ 2SG-consolar
 ‘eu vou te consolar’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

(179) ma aipẽn ʒiprõ
 ma RECP consolar
 ‘um consolando o outro (muitos)’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (180) i-tɛ m-aipẽn pɔk
 1SG-ERG m-RECP esbarrar
 ‘eu esbarrei nele e ele esbarrar em mim’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (181) ø-tɛ t-ai-pẽn krək
 3SG-ERG t-RECP bater.carro.NFIN
 ‘um carro bateu no outro’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Nos exemplos (179), (180) e (181) um argumento expressa o primeiro mutuante, deixando o segundo implícito (‘consolando outro’, ‘esbarrar em outro’, ‘bater em outro’). Os dados acima mostram que a reciprocidade em Parkatêjê, assim como nas demais línguas Timbira, é expressa por uma forma invariável cuja distribuição é semelhante à da classe de nomes e pronomes dependentes, em posição anteposta ao verbo. O termo *aipẽn* não distingue pessoa, comportando-se mais como um nome do que como um pronome – razão pela qual não me refiro a *aipẽn* como “pronome recíproco” como Ferreira (2003, p. 206): “A língua apresenta um pronome recíproco, *aipẽn*, o qual, em algumas construções, aparece marcado por uma posposição (*mã*, *kot*) e em outras aparece não marcado”.

Oliveira (2005, p. 173) considera que no Apinajé “clíticos reflexivo e recíproco carregam estresse (...) formando uma palavra fonológica (...). Junto com a raiz verbal, os clíticos formam o que tenho chamado de sintagma fonológico, que é equivalente a uma palavra gramatical”²⁵. Em Parkatêjê, Ferreira (2003, p. 206) já havia apontado casos em que o recíproco aparece marcado por posposição; Minha observação sobre a afirmação da autora é a seguinte: se é possível a intervenção de outro elemento após *aipẽn*, parece-me que não será possível formar uma palavra gramatical com a raiz verbal, à semelhança do que ocorre em Apinajé - Isto deve ser objeto de maior e mais detalhada investigação. Mostrarei mais adiante alguns casos de ocorrência destas posposições (DAT *mã*; COM *kot*; *nã*) após o recíproco.

²⁵ “reflexive and reciprocal clitics carry stress, (...) forming a phonological word (...). Together with the stem, the clitics form what I have been calling a phonological phrase that is equivalent to a grammatical word.”

As línguas podem apresentar situações recíprocas por meio de expressões livres e expressões específicas. Expressões livres são combinações de sentenças como ‘Aisha beliscou Pedro; e Pedro beliscou Aisha’ ou ‘Pedro contou a Aisha um segredo sobre Lisi; ele disse a Lisi um segredo sobre Aisha’. As expressões específicas são as chamadas construções recíprocas como ‘Aisha e Pedro beliscaram um o outro’.

Expressões livres e específicas de reciprocidade, em geral, coincidem com sentenças multicláusais e monoclausais, respectivamente. Ou seja, em geral, se uma língua apresenta expressões livres para reciprocidade, espera-se que essa categoria seja indicada em mais de uma cláusula; do mesmo modo, se a língua apresenta uma maneira específica para expressar reciprocidade, provavelmente usará uma cláusula única para esta expressão (HASPELMATH, 2007, p. 2089).

Parkatêjê aparenta ser uma destas línguas cuja fronteira entre expressões livres e específicas coincide com a fronteira entre multi e monoclausal. Como mostrei em (179), (180) e (181), há uma forma específica para expressar uma situação mútua em uma cláusula única, com pelo menos dois argumentos desempenhando papel de agente/paciente e *aipên* na posição de O. Este parece ser o padrão Timbira de expressão de reciprocidade, como apontam os dados do Pykobjê, do Krahô e do Apinajê, retirados de Silva (2011), Popjes e Popjes (1986) e Oliveira (2005), respectivamente. :

Pykôbjê

(182) me hõm-te ajpên ca’hy
 PL homem-ERG RECP lutar
 ‘os homens lutavam um contra o outro’

(SILVA, 2011, p. 112)

Krahô

(183) Jaco me Capi te pĩ here jakep ne me to
 Jaco e Capi PASS madeira galho cortar e PL INSTR
 ajpen caprêc
 RECP bater
 ‘Jaco e Capi cortaram galhos e bateram um no outro (com eles)’

(POPJES & POPJES, 1986, p. 142)

Apinajé

(184) pa na pa wa atpẽ=mẽ
 1 RLS 1 DU RECP=tropeçar

‘nós tropeçamos um no outro (fizemos um o outro cair)’

(OLIVEIRA, 2005, p. 175)

Em Parkatêjê, é possível expressar reciprocidade por meio de uma proposição multi-clausal, semelhante a construções como “Maria bateu no João e ele bateu nela de volta”:

(185) Madalena tɛ apu kupẽ kuk kaken mã apan
 Madalena ERG apu branco rosto arranhar.NFIN DS apãn.NFIN
 ø-tɛ apu ø-kuk kaken. m-aipẽn kuk kaken
 3SG-ERG apu 3SG-rosto riscar.NFIN m-RECP rosto riscar.NFIN

‘a Madalena arranhou o rosto do não-índio e ele arranhou o rosto dela de volta.

Um arranhou o rosto do outro’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

(186) i-tɛ fi-ətʃwər mã ^hapan ø-tɛ
 1SG-ERG 3SG-furar.NFIN DS ^hapan 3SG-ERG
 i-jətʃwər
 1SG-furar.NFIN

‘eu o flechei e ele me flechou também’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

(187) i-tɛ ø-kujahek apan. i-tɛ ai-pẽn kujahek
 1-ERG 3SG-empurrar apan.NFIN 1-ERG DEOBJ-RECP empurrar

‘eu empurrei ele de volta, um empurrou o outro’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Outros dados com *apan* me levam a interpretar que esta pode ser também uma indicação do aspecto ITERATIVO da língua:

(190) katʃer hapa
lua ITER
'a lua está passando (no céu)'

(NEVES, Notas de campo, 2014)

(191) pit tɛ hapan
sol ERG ITER
'o sol já passou'

(NEVES, Notas de campo, 2014)

As situações como as apresentadas em (189), (190) e (191), com *apan e apiri*, envolvem um traço que Comrie (2001) diz ser comum em situações de aspecto HABITUAL, sejam eles iterativos ou não:

a descrição de uma situação a qual é característica de um período estendido de tempo, estendido no fato de que a situação referida é para ser vista não como uma propriedade acidental do momento, mas precisamente como um traço característico de todo o período.

(192) apresenta uma situação que parece ser habitual²⁸:

(192) pit rə apiri
sol já HAB
'o sol já está indo embora (está se pondo)'

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Ainda sobre as expressões recíprocas de cláusula única,

o que as línguas geralmente fazem (...) é expressar o conjunto de mutuantes como um único argumento ocupando uma das duas posições sintáticas nas quais os mutuantes estão na cláusula não-recíproca correspondente. Este argumento será chamado de **reciprocitor** aqui. A outra posição sintática será chamada **reciprocee**. O **reciprocee** é expresso ou omitido por um recíproco anafórico, isto é, um sintagma nominal

²⁸ Meus agradecimentos a Bernard Comrie que, durante a conferência Diversity Linguistics: retrospective and prospect, no Departamento de Linguística do Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, em Leipzig (Alemanha), sugeriu-me olhar *apan* como ITERATIVO.

cujo referente é dependente e derivado de uma expressão referencial nas proximidades. (ênfase do autor)²⁹ (HASPELMATH, 2007, p.)

Deste modo, *aipên* é o tipo de recíproco que Haspelmath (2007, p. 2095) classifica como “recíproco anafórico”, comporta-se como um nome, como mencionei antes, podendo ocorrer com posposições.

Ferreira (2003, p. 206) observou que “coincidentemente, os dados do informante mais velho mantêm a posposição, enquanto os dados de alguns dos mais novos apresentam variação”. A autora apontou que este fato deveria “ser mais bem investigado a fim de se verificar se essa marcação é opcional, se é uma mudança em curso, ou ainda se está ligada à função do pronome na construção sintática”.

Durante minha coleta de dados, um mesmo falante construiu sentenças em que *aipên* ora era marcado, ora não-marcado; os contextos de ocorrência das duas posposições se diferem, sugerindo que a marcação não é opcional, parece ser orientada pela semântica da base verbal.

As construções que apresentam *aipên* seguido de *kot* (COMITATIVO) sugerem que os participantes do evento estão dispostos em sequência, um em relação ao outro, compartilhando localidade:

(193) tɛp aipên kot hihi̯k
 peixe RECP COM fila.que.anda
 ‘um peixe atrás do outro (fila andando)’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

(194) kro aipên kot hihi̯k nã pra
 porco RECP COM fila.que.anda nã andar
 ‘um porco atrás do outro andando devagar’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

²⁹ what languages typically do (...) is to express the set of mutuants as a single argument occupying one of the two syntactic positions in which the mutuants are in the corresponding non-reciprocal clause pair. This argument will be called the **reciprocator** here. The other syntactic position will be called the **reciprocee**. The reciprocee is either omitted or is expressed by a **reciprocal anaphor**, i.e. a noun phrase whose reference is dependent on and derivative of a nearby referential expression.

- (195) aipĕn kot kahit
 RECP COM fila.parada
 ‘fila parada’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (196) mĕ aipĕn kot hiħ
 PL RECP COM círculo
 ‘um ao lado do outro em círculo’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Este tipo de situação, em que A tem relação com B, que, por sua vez, se relaciona com C, constitui, segundo Kemmer (2003), um evento recíproco:



Alves (2004, p. 87) observou que *kot* no Apĕniekrá pode ter outra função, que não a de aspecto COMITATIVO:

- (197) rɔp kot i-pikahur
 cachoro COM 1-correr
 ‘eu corri atrás do cachorro’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 87)

- (198) ø apu prĭ ita kot mĩ
 3 PRG caminho DEM COM andar
 ‘ele está andando no caminho’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 87)

Segundo a autora, *kot* nesses contextos é uma posposição homônima, indicando ‘atrás’ ou ‘em (lugar)’; semelhante ao que ocorre no Panará, em que, associada a locais que contenham de água como rios, lagos e igarapés, o COMITATIVO ocorre como LOCATIVO (DOURADO, 2001, p. 218). Considero que essa homonímia existe também em Parkatêjê - para os ca-

sof apontados em (194), (194), (195) e (196) - como um LOCATIVO, que, nestes casos, indica especificamente como os participantes estão dispostos no evento.

O recíproco pode ocorrer também marcado por *nã*, uma posposição que ainda não tem seu sentido claro para mim:

(199) kro aipẽn nã ate
porco RECP nã ate³⁰

‘porco anda em bando, se empurrando, se batendo’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

(200) aipẽn nã kutòm
RECP nã bando

‘bando (de bichos)’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

(201) tajĩr aipẽn nã kutòmniɛ tɛp aʔãɛ pɛnhɛkti
também RECP nã bando.INTENS peixe galinha arara-azul

‘bichos que andam grudado (em bando): peixe, galinha, arara-azul’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

(202) wa aptɛ aipẽn nã mã jamãr tɔ tʃa
1SG FRUST RECP nã mã jamãr CAUS estar.em.pé

‘estou esperando os outros correrem’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Considerando-se os dados em que as sentenças apresentam o COMITATIVO *kot* e *nã*, observei como particularmente interessante o fato de estes não serem eventos que envolvem ação de um participante sobre o outro; o que se pode verificar é um compartilhamento dos fatos entre os participantes do evento, como, por exemplo, a disposição de um em relação ao

³⁰ Não encontrei uma maneira de expressar esse evento em português. A ideia mais próxima é de ‘esbarrar’.

outro em forma de círculo - no exemplo de (196) - ou em um bando - no caso apresentado em (200) ou a realização das mesmas ações, como o exemplo (203)

(203) kupẽ ita aipẽn kot tɔ
 não-índio DEM RECP COM fazer
 ‘seguir o que o não-índio faz’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

A marcação por *mã* me parece estar ligada a uma propriedade chamada por Kemmer (1993, p. 112) de “distinguilidade relativa de eventos”, que sugere a distinção entre simultaneidade e sequencialidade:

Eventos naturalmente recíprocos são caracterizados por um baixo grau de distinguibilidade entre os dois eventos que constituem as relações entre os participantes. Em eventos recíprocos comuns, por outro lado, as ações realizadas pelos participantes são relativamente mais distinguíveis uma da outra. Assim, embora ambos os tipos de evento recíproco em geral envolvam subeventos visivelmente separados (...), o subeventos no tipo naturalmente recíproco são menos discerníveis como um evento separado.³¹

As sentenças em que posposto ao recíproco ocorre o DATIVO *mã* expressam eventos naturalmente recíprocos como “conversar” e “dar as mãos”, que constituem um evento único:

(204) wa pê anenã rə hə aipẽn mã i-kakok
 1SG PD anenã já hə RECP DAT 1SG-conversar
 ‘nós já tínhamos conversado (há muito tempo)’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

(205) heti tɛ ri aipẽn mã h-ðkra hõ
 aranha ERG ri RECP DAT REL-mão dar
 ‘[a] aranha segurou a mão [uma] da outra’

³¹ naturally reciprocal events are characterized by a low degree of distinguishability of the two events that constitute the relations between the participants. In ordinary reciprocal events, on the other hand, the actions carried out by the participants are relatively more distinguishable from one another. Thus, although both types of reciprocal event in general involve discernibly separate subevents (...), the subevents in the naturally reciprocal type are less discernible as separate event.

(NEVES, Notas de campo, 2014)³²

(206) kupit-ti te ri mã aipen mã h-ðkrahājãhã
 guariba-ti ERG ri DAT RECP DAT REL-gesto.com.as.mãos
 ‘guaribas [quando se encontram] fazem gestos com as mãos um para o outro’

(NEVES, Notas de campo, 2014)³³

Note-se que (204) é um exemplo de sentença que expressa apenas um dos mutuantes; o segundo é revelado pelo contexto e pela semântica da base verbal.

Verbos que pedem a forma recíproca marcada com *mã* se assemelham semanticamente ao que Haspelmath (2007) chamou “predicados alelos”, isto é, palavras que denotam configurações mútuas por si mesmas, sem marca morfológica ou sintática que expresse reciprocidade, são recíprocos lexicais.

Predicados desta classe são divididos em seis classes semânticas: a) verbos de competição: ‘lutar’, ‘brigar’, ‘negociar’, ‘discutir’; b) verbos de ação conjunta: ‘comunicar’, ‘jogar xadrez’, ‘consultar’; c) verbos de conexão: ‘combinar’, ‘comparar’, ‘unificar’, ‘familiarizar’, ‘misturar’; d) verbos de divisão: ‘separar’, ‘distinguir’; e) predicados de (não-) identidade: ‘mesmo’, ‘similar’, ‘diferente’, ‘correspondência’; e f) nomes de relações: ‘amigo’, ‘colega’, ‘primo’, ‘compatriota’.

Segundo o Universal 16 de Haspelmath (2007), “todas as línguas têm predicados alelos (= predicados recíprocos lexicais)”. Este é um universal que precisa ser investigado em Parkatêjê. Em (204), (205) e (206) a língua exibe duas marcas para indicar uma relação que é obrigatoriamente recíproca: uma é o *aipên* [RECÍPROCO], que aparece em todas as demais situações que expressam reciprocidade; a outra é o DATIVO, que combinado ao formativo *aipên* indica que o evento descrito é naturalmente recíproco.

Com base nas classes sugeridas por Haspelmath (2007) busquei dados com sentenças contendo as relações de configurações mútuas³⁴. Segue a lista de dados elicitados:

³² Trecho de uma Cantiga de Caçador. Dado coletado durante as aulas de cantos tradicionais, nas quais Krôh-krenhum ensinava à geração mais nova as cantigas tradicionais das festas da comunidade e os cantos de caçador.

³³ Idem.

³⁴ Os dados foram coletados pela Profª. Dra. Marília Ferreira durante sua viagem de campo em abril de 2015, juntamente ao mesmo informante principal com o qual minhas investigações foram realizadas. .

- (207) ʒðhɔpɔ mẽ ʒðhapə itðj-ri
 Jðhopo e Jðnhapa irmã-ENF
 ‘Jðhopo e Jðnhapa são irmãs’
- (208) ʒðhɔpɔ itðj-ri kinɛ
 Jðhopo irmã-ENF Kine
 ‘Jðhopo é irmã do Kine’
- (209) prãmɛ mẽ krɔhire kupetama mẽ
 Prãma e Krohire parecer PL
 ‘Prãma e Krohire são parecidas’
- (210) tutakĩɛ ri pedrɔ jixi
 Tutakĩre ENF Pedro esposa
 ‘Tutakĩre é esposa do Pedro’

Os dados de (207) a (210) (das classes dos ‘nomes de relacionamento’ e dos ‘predicados de identidade’), de fato, não exibem nenhuma marca morfológica ou sintática, mas deto-
 nam relações mútuas. Para (209) é possível uma construção com o recíproco como em (211):

- (211) ʒðhapəɛ mẽ tʃɜnkrɜti aipẽn nã hã
 Jðnhapa e Xànràti RECP nã hã
 ‘Jðnhapa e Xànràti se parecem um com o outro’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Quando, no entanto, outra classe é pedida, como a classe de ‘verbos de competição’, o
 formativo *aipẽn* ocorre:

- (212) pɜn mẽ hɜk ni krɔwarumti katʃuwa mã
 arara e gavião ni tora_grande final.da.festa mã
 ma m-aipen jðkɜ
 ma m-RECP competir
 ‘arara e Gavião estão competindo na festa final da Tora Grande’

Verbos como ‘comunicar’, ‘jogar’, ‘competir’, ‘combinar’ exibem o formativo recíproco anafórico. Parkatêjê não parece exibir predicados alelos nas classes sugeridas por Haspelmath (2007); para esta língua, os alelos parecem se restringir às classes de nominais, sendo, aparentemente, necessária a forma recíproca em predicados verbais.

O recíproco anafórico também é chamado “recíproco argumental, baseado no fato de que anafóricos se comportam como argumentos do verbo” (HASPELMATH, 2007, p. 9). Como já mencionei, o recíproco se comporta como um argumento do verbo:

(213) wa pê rə a-pupũ
 1SG PD já 2SG-ver
 ‘eu já te vi antes’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

(214) wa pê rə hə Jōhapare mē aipēn pupũ
 1SG PD já hỳ Jōhapare PL RECP ver
 ‘eu e a Jōhapa já tínhamos nos visto’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Haspelmath (2007) propõe ainda algumas generalizações sobre o comportamento dos recíprocos nas línguas apresentadas na forma de vinte e seis universais. Algumas dessas generalizações são, segundo o próprio autor, mais ou menos especulativas, porém úteis para as investigações das línguas do mundo.

Dos vinte e seis, selecionei dois que descrevem o tipo de relação que a reciprocidade expressa em Parkatêjê semântica e sintaticamente.

a) Universal 3³⁵: Nenhuma língua tem uma construção recíproca na qual há dois argumentos expressos por mutantes codificados como A (argumento mais agente) e P (argumento mais paciente) de uma típica cláusula transitiva:

³⁵ No language has a reciprocal construction in which there are two mutant-expressing arguments that are coded like the A (most agent-like argument) and the P (most patient-like argument) of a typical transitive clause.

- (215) ma tare nã kumẽ t- aipẽn jõkɜ
 HORT tare nã 1DU.PL t- RECP competir
 ‘vamos jogar flecha (por cima), um contra o outro’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

- (216) m- aipẽn japa
 m- RECP passar
 ‘um passou pelo outro’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

- (217) m- aipẽn ku-jatɛ
 m- RECP 3SG-empurrar
 ‘um empurrou o outro’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

b) Universal 5³⁶: Todas as construções recíprocas com dois argumentos que se referem ambos ao conjunto de mutuantes são construções recíprocas anafóricas:

- (218) wa pê mũ hũ aikãmã aipẽn pupũ
 1SG PD mũ hũ junto RECP ver
 ‘eu já a vi e ela também me viu’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

- (219) aikãmã itɛ a-mẽ aipẽn kukukakên
 junto 1SG-ERG 2SG-PL RECP arranhar.NFIN
 ‘eu e ela nos arranhamos igual’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

³⁶ All reciprocal constructions with two arguments that both refer to the set of mutuants are anaphoric reciprocal constructions.

- (220) wa pē rə hə Jōhapare mē aipēn pupū
 1SG PD já hə Jōhapare PL RECP ver
 ‘eu e a Jōhapa já tínhamos nos visto’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (221) i-tɛ mē ø-te ma aipēn krãjarē
 1-ERG e 3sg-erg ma RECP segurar.o.cabelo
 nã nkwýr aikãmã
 nã agarrar junto
 ‘eu e ela seguramos o cabelo uma da outra, agarramos igual’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Nas sentenças apresentadas nessa seção descrevi como se comportam as construções recíprocas em Parkatêjê. De um modo geral, a língua apresenta nestas construções uma forma anafórica que ocupa a posição sintática de O, indicando mutualidade entre os argumentos que ocupam a posição A. Considerei que estas construções são situações ‘prototipicamente recíprocas’, isto, é sinalizam que os participantes envolvidos no evento agem um sobre o outro.

Mostrei ainda que *aipēn* pode ocorrer marcado por *kot* e por *nã* sinalizando que os participantes do evento compartilham fatos, compartilham o evento, sem agir(em) um(s) sobre o(s) outro(s).

Encontrei também situações em que *aipēn* se comporta semelhantemente à forma *wi* no Karajá, que “além de assinalar a reciprocidade de uma ação, (...) pode significar ‘um par, ambos’” (RIBEIRO, 1996, p. 50 – nota de rodapé). Segundo Ribeiro (1996), esta é a “razão pela qual Wieseman (1986: 375) o considera um nome, e não um pronome”, semelhantemente à minha proposta para o *aipēn* em Parkatêjê:

- (222) wa mē aipēn tam-kjê
 1SG PL RECP 3PL-coisas
 ‘cada um com suas coisas’

(Dados de narrativa oral, 2009)

- (223) mã mpa tēkiê aitehe mã mu aipen pe hipo
 mã nosso coisa aitehe mã mu RECP pe cantiga
 O que é nosso é nosso, o que é deles é deles (cada um cuida da sua cantiga)
 (Dados de narrativa oral, 2009)

- (224) mē jarkwa mē aipēn pe taimã mē ikwə
 PL língua PL RECP pê morrer PL parentes
 ‘Quando eu morrer, outro vai fazer o que estou fazendo /falar no meu lugar’ lit.
 ‘nossa língua, quando eu morrer, meus parentes vão falar entre si/uns com os outros’
 (Dados de narrativa oral, 2009)

- (225) aipen pê to hipore
 RECP pê CAUS cantiga
 ‘cada um canta a sua cantiga (cantigas diferentes)’
 (Dados de narrativa oral, 2009)

Os participantes das sentenças de (222) a (225) não estão no mesmo evento, mas realizam a mesma ação, em eventos distintos.

O que os eventos com *aipēn* têm em comum é o fato de os participantes realizarem a mesma ação, estejam eles no mesmo evento ou não, envolvendo com reciprocidade ou não.

No Karajá, Ribeiro (1996, p. 50) aponta que o morfema recíproco *wi* pode se incorporar a verbos como *kudê* ‘ajuntar, reunir’ e *rarca* ‘separar’:

- (226) dawii wii ø-r-a-kudê=r-a
 pássaro RECP 3-DIR-INTRANS-ajuntar=DIR-PERF
 ‘os pássaros se ajuntaram’
 (RIBEIRO, 1996, p. 50)

- (227) dawii ø-r-a-wi-kudə=r-a
 pássaro 3-DIR-INTRANS-RECP-ajuntar=DIR-PERF
 ‘os pássaros se ajuntaram’

(RIBEIRO, 1996, p. 50)

Segundo o autor, os objetos de verbos como ‘ajuntar’ e ‘separar’ estarão sempre em relação de reciprocidade entre si, sendo *wi*, aparentemente, um complemento redundante. Porém, “nos casos em que é, claramente, um argumento, *wi* não se incorpora”. Em Parkatêjê, para indicar reciprocidade/mutualidade entre os participantes do evento, a base verbal se combina ao recíproco, ainda que seja redundante.

- (228) rə hə aipĕn mã i-kakok
 já hÿ RECP DAT 1SG-conversar
 ‘já tínhamos conversado’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Em diversas sentenças aparece a forma *ma* (que pode se manifestar *m-* diante de vogal) na qual não inseri glossa por precisar esclarecer a função deste elemento que aparecerá nas construções que apresento adiante. A sentença em (229) é, segundo o falante, uma situação com vários envolvidos, uma versão múltipla da ativa em (230); e (232) a versão múltipla de (231):

- (229) ma aipĕn ʒiprõ
 ma RECP consolar
 ‘um consolando o outro (muitos)’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (230) wa mũ a-ʒiprõ
 1SG mũ 2SG-consolar
 ‘eu vou te consolar’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (231) m-aipĕn kurenirɛ
 m-RECP não.gostar.ENF
 ‘várias pessoas que não gostam umas das outras’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

- (232) aipĕn kurenirɛ
 RECP não.gostar.ENF
 ‘uma pessoa não gosta das outras’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

Entendo que a informação dada pelo falante de que *ma* ocorre em eventos com muitas pessoas se confirma nos dados (229) e (231), em que se pode pensar em *ma* como sendo a marca de plural *mĕ*, mas não coincide com situações em que esta forma ocorre com dois mutantes expressos abertamente como em

- (233) Madalena tɛ apu kupĕ kuk kaken mã apĕn
 Madalena ERG apu branco rosto arranhar.NFIN DS apĕn.NFIN
 ø-tɛ apu ø-kuk kaken. m-aipĕn kuk kaken
 3SG-ERG apu 3SG-rosto riscar.NFIN m-RECP rosto riscar.NFIN
 ‘Madalena arranhou o rosto do não-índio e ele arranhou o rosto dela de volta.
 Um arranhou o rosto do outro’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

- (234) wa pe rə hə Jōhapare ma aipĕn pupũ
 1SG PD já hə Jōhapare ma RECP ver.NFIN
 ‘eu e a Jōhapare já nos vimos’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

Tampouco é transparente a ocorrência de *m-* em exemplos como (237):

- (235) m-aikrut mē kato
 m-dois PL sair
 ‘nasceram gêmeos’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Outros dados com a ocorrência desse formativo me levam a postular duas possibilidades para estabelecer seu significado. Primeiramente, pode se tratar de um QUANTIFICADOR, com mobilidade sintática, indicando que nestes eventos os participantes são múltiplos, sendo, portanto, a marcação de plural *mē*; A segunda hipótese diz respeito ao significado HORTATIVO, classificado por Ferreira (2003, p. 130) como EXORTATIVO, que é um subtipo de imperativo “marcado pela partícula *ma* ocorrendo antes da raiz verbal, em primeira posição”. Assim, em (236) e (237), teríamos convites ao ouvinte:

- (236) aipēn ma jarēn
 RECP ma contar/dizer
 ‘contar (algo) para outros (*lit.* vamos nos contar uns aos outros)’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (237) ma aipēn ma aija
 ma RECP ma chamar
 ‘chamar (juntar) todos, uns aos outros’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Porém, do ponto de vista semântico, uma sentença como (238) não pode ser uma sentença imperativa:

- (238) rə hə ma aipēn pupun
 já hə ma RECP ver.NFIN
 ‘nós já nos vimos’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Não cheguei a uma conclusão sobre *ma* porque esta forma exhibe alomorfes distribuídos em três categorias semânticas: i) sentenças em que as entidades envolvidas no evento são seres animados; ii) sentenças em que as entidades envolvidas no evento são seres inanimados; iii) sentenças negativas³⁷:

forma	contexto
m-	[+anim]
t-	[-anim]
n-	Neg

(239) i-tɛ mɛ kɔrmã n-aipɛn tʃor nũarɛ
 1SG-ERG PL INCOMPL n-RECP combinar NEG
 ‘nós ainda não combinamos’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Ainda não encontrei motivação e vejo que os contextos de ocorrência de *ma* (*m-/t-/n-*) ainda não deixam evidente sua função na sentença.

4.2 Reflexivos

Heine e Miyashita (2008, p. 171) apresentam três paradigmas de relações anafóricas³⁸:

i) A > A – A, referente único, agindo sobre si mesmo; ii) A > A, B > B – eventos em que há

³⁷ Esta motivação se repetiu em uma sentença negativa na forma reflexiva, o que me leva a interpretar que n-ocorrerá em contexto negativo:

i-tɛ n-amʒi krít pej nũarɛ
 1sg-ERG n-REFL bom não
 ‘ainda não combinei direito’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

³⁸ À esquerda de “>”, o argumento A; à direita, O.

múltiplos participantes, cada um agindo sobre si mesmo; iii) $A > B$, $B > A$ – situações em que um participante age sobre o outro.

Na seção anterior tratei das construções do tipo (iii), codificados em Parkatêjê por, pelo menos, dois participantes ocupando a posição de A e o formativo *aipên* na posição de O. Nesta seção apresento as construções do tipo (i), consideradas por Ferreira (2003) como um mecanismo de derivação verbal.

Construções reflexivas e recíprocas são conceitualmente semelhantes: “ambas indicam que AGENTE e PACIENTE são correferenciais” (PAYNE, 1997, p. 201). Dada tal semelhança, dou às sentenças reflexivas do Parkatêjê o mesmo tratamento que dei às recíprocas: são resultado de um mecanismo de voz, ou seja, o evento expresso pela base verbal é apresentado em uma perspectiva diferente, sem alterações nas propriedades semânticas do verbo.

Em uma construção prototipicamente reflexiva, o participante executa em si mesmo ações que geralmente realiza em outros:

- (240) i-tɛ ʒõhaparɛ tɔ ho
 1SG-ERG Jõhapare CAUS pêlo
 ‘eu cortei o cabelo da Jõhapare’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (241) i-tɛ amʒĩ tɔ ho
 1SG-ERG REFL CAUS pêlo
 ‘eu cortei meu cabelo’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

As construções reflexivas, como em (241), como as recíprocas, são menos transitivas em relação às construções na voz ativa; entretanto, o verbo permanece transitivo, a construção é semanticamente ativa, com A marcado pelo ergativo *-tɛ* no tempo passado, isto é, o verbo não assume propriedades morfossintáticas de verbos intransitivos. Do ponto de vista puramente sintático, ainda há dois argumentos na cláusula (*i-* e *amʒi*, que são correferentes), não há ajustes de valência. Da perspectiva semântica, é possível dizer que uma oração como o dado (241) trata-se de uma cláusula intransitiva, em que há apenas um participante no

evento semanticamente, é possível dizer que é uma cláusula intransitiva, há apenas um participante no evento.

Em Panará, Dourado (2001, p. 108) descreveu a voz reflexiva gramaticalizada no verbo, podendo ocorrer em correferência com o sujeito, objeto direto, dativo e comitativo. Segundo a autora, somente o reflexivo objeto direto ocasiona mudança de valência:

- (242) ãkíey hẽ ø =ti =ø =kíey saseĩpre
mulher ERG REAL.TR=3SG =3SG.ABS =cortar corda. ABS
‘a mulher cortou a corda’

(DOURADO, 2001, p. 108)

- (243) ãkíey hẽ ø =ti =yã =kíey
mulher ERG REAL.TR =3SG.ERG =REFL =cortar
‘a mulher se cortou’

(DOURADO, 2001, p. 108)

As posposições que ocorrem com o recíproco também ocorrem com o reflexivo: *amzi* pode ser marcado pelo COMITATIVO *kot*, pelo DATIVO *mã* e por *nã*.

Na seção anterior mostrei que, quando *aipẽn* ocorre marcado pelo COMITATIVO, a indicação é de compartilhamento de localidade, em determinada disposição. O item lexical *amjĩ* também ocorre marcado por *kot*, indicando ênfase no participante que realiza sozinho a ação descrita pelo verbo:

- (244) amzi kot tɔ hõ mpɛi
REFL COM CAUS segurar ser.bom
‘preservar bem o que é nosso mesmo (tradições)’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (245) ãntfũmti pe i-jətfwər amzi kot
tio.paterno PD 1SG-furar.NFIN REFL COM
‘meu tio (paterno) mesmo me flechou’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (246) ø-tɛ ri amʒĩ kot amʒĩ kukrɜn
 3SG-ERG ri REFL COM REFL pintar.de.urucum.NF
 ‘ele mesmo se pintou de urucum/de vermelho’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (247) anenã amʒĩ kot mẽ-a-kra kria
 anenã REFL COM PL-2-filho criar
 ‘[eu quero que] vocês mesmos criem seus filhos (também consigo seus filhos criar)’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (248) amkrɔ tɛ ri nkrɜ amʒĩ kot nkrɜ
 sol ERG ri seco REFL COM seco
 ‘o sol secou (secou no sol), secou por ele mesmo’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Ferreira (2003, p. 205-206) mostrou uma ocorrência semelhante a estas e as relacionou ao que Payne (1997, p. 203) chamou de “uso ‘estendido’ da morfossintaxe do reflexivo/recíproco” para “indicar um tipo especial de **ênfase**” (ênfase do autor)³⁹. Nesse caso, o reflexivo parece enfatizar a ação verbal a ser realizada pelo agente sozinho:

- (249) wa mō amʒi kot hōpun
 eu ir Refl Com Rel-ver
 ‘(...) eu mesma vou (lá) vê-la (...)’

(FERREIRA, 2003, p. 206)

³⁹ Another common “extended usage of reflexive/reciprocal morphosyntax is to indicate a special kind of **emphasis**” (ênfase do autor).

Além destes casos mostrados com o COMITATIVO e o REFLEXIVO, a ênfase na pessoa do sujeito pode ser dada pela duplicação do AGENTE:

- (250) i-tɛ wa amʒĩ tik
 1SG-ERG 1SG REFL preto
 ‘eu, eu que me pinteí de preto’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

O COMITATIVO posposto ao REFLEXIVO também ocorre no Panará (DOURADO, 2001), sem alterar a valência do verbo:

- (251) ãkyẽ hẽ ka=∅ =yĩ =kõ =s-apio
 eu ERG IRR=1SG.NOM REFL COM =3SG.ABS-encontrar.IMPF
 ka muu tã
 você Brasília ALA
 ‘eu vou levar você comigo para Brasília’

(DOURADO, 2001, p. 110)

Encontrei casos em Parkatêjê em que o COMITATIVO ocorre anteposto ao REFLEXIVO, seguido de *to mõ* ‘andar’, formando uma expressão que indica semelhança entre os envolvidos na ação:

- (252) ãtjũm kot amʒĩ tɔ mõ i-petama
 meu.pai COM REFL CAUS andar 1SG-parecer
 ‘eu pareço com meu pai’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (253) hõtʃɔnɔɛ ãtʃi kot amʒĩ tɔ mõ
 ser.ruim mãe COM REFL CAUS andar
 ‘tu és ruim como a tua mãe’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

- (254) aiku ãtfe-krã-japie-ti hõ-pũ
 PR minha.mãe-cabelo-criar-ENF REL-ver
 wa kot amɜĩ tɔ mõ ñã i-krã mpej
 1SG COM REFL CAUS andar ñã 1SG-cabelo ser.bom
 ñã i-krã-japie
 ñã 1SG-cabelo-criar

‘o cabelo da minha mãe era comprido; e o meu é igual, bonito, comprido’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Dourado (2001) chamou de “reflexivo benefactivo” a ocorrência de *mã* na estrutura indicando benefício à pessoa do sujeito em Panará:

- (255) ikyẽ hẽ ø =re =yĩ =ø =pi-ri
 eu ERG REAL.TR =1SG.ERG =REFL =3SG.ABS =pegar-PERF
 ikyẽ mã pẽkə
 eu BEN roupa.ABS

‘eu comprei o vestido para mim mesma’

(DOURADO, 2001, p. 109)

- (256) ikyẽ hẽ ø =re =yĩ =ø =pi-ri
 eu ERG REAL.TR =1SG.ERG =REFL =3SG.ABS =pegar-PERF
 ikyẽmemã sɔti
 nós.BEN coisa.ABS

‘eu comprei coisas para nós’

(DOURADO, 2001, p. 109)

Em Parkatêjê, a ocorrência de REFLEXIVO marcado pela posposição DATIVO é atestada com o objeto indireto correferencial à pessoa do sujeito:

- (257) katii te ri i-mã tɔ ho

tia.paterna ERG ri 1SG-DAT CAUS cabelo
 ‘titia (paterna) cortou meu cabelo (cortou cabelo para mim)’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

(258) amʒĩ mã tɔ ho nã amʒĩ ku-krɜ
 REFL DAT CAUS pelo SS REFL pintar.de.urucum
 ‘corta o próprio cabelo e se pinta de urucum’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

(259) aipitʃururɔ amʒĩ mã karõ tɔ mpɛi-ti
 esconder⁴⁰ REFL DAT alma CAUS ser.bom-ti
 ‘eu guardo para mim o que estou sentindo para me resguardar’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

(260) amʒĩ mã tɔ mpɛi inõrɛ
 REFL DAT CAUS ser.bom NEG
 ‘não quero fazer bem a mim mesmo (eu não quero andar limpo)’
 (NEVES, Notas de campo, 2014)

Conforme observado por Ferreira (2003, pp. 204-206), *aipẽn* e *amjĩ* não distinguem em pessoa e permitem a marcação por posposições. A meu ver, portanto, tal comportamento, que se assemelha mais ao de um nome do que a de um pronome, leva-me a considerar que a forma recíproca não seja pronome, como mostrei. Porém, a reflexiva sim, uma vez que o pronome, o tipo mais comum de pró-forma, é “uma palavra utilizada como substituta para um nome ou um sintagma nominal” (SCHACHTER, 2007, p. 24):

(261) amʒĩ mã karõ tɔ mpɛi-ti
 REFL DAT alma CAUS ser.bom-ti
 ‘eu resguardo bem o luto (respeito a alma do falecido)’

⁴⁰ Não sei como traduzir a informação contida neste verbo. Segundo o falante, é “guardar consigo o sentimento, esconder o que sente”.

(NEVES, Notas de campo, 2014)

(262) amʒĩ pe to kahʒhʒk
 REFL PD CAUS ruim
 ‘eu baguncei (o luto)’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Ferreira (2011, p. 218) observou em Parkatêjê “inúmeros exemplos em que o reflexivo aparece constituindo a raiz verbal, incorporado a ela”. Segundo a autora “algumas dessas raízes existem na língua, sem a presença do reflexivo como parte de si”. À primeira vista:

O reflexivo parece ser um elemento redundante, conforme observou Ribeiro (1996) para o karajá. Para ele, a incorporação do recíproco naquela língua enquadra-se no tipo III proposto por Mithun (1984), cuja composição tem por objetivo ‘manipular a estrutura do discurso, relegando elementos semanticamente vazios ou redundantes a um segundo plano’.
 (FERREIRA, 2011, p. 87)

Dois pontos precisam ser esclarecidos aqui. Primeiro, como mencionei na seção em que tratei de reciprocidade, Ribeiro (1996, p. 51) aponta a redundância do **RECÍPROCO** *wi* quando este não é um argumento de verbos como ‘ajuntar’ e ‘separar’, “uma vez que os objetos de verbos como *kudâ*, ‘ajuntar’, e *rarea*, ‘separar’, terão sempre uma relação de reciprocidade entre si”. *wi*, comportando-se como um argumento do verbo, não sofre incorporação. Segundo, como já apontado Ferreira (2003, p. 64), o **REFLEXIVO** indica que há correferencialidade entre **AGENTE** e **PACIENTE**, não sendo semanticamente vazio.

Entretanto, a meu ver, o **RECÍPROCO**, assim como o **REFLEXIVO**, ocupa a posição sintática de um dos argumentos (o mais **PACIENTE**). Considerando que incorporação nominal é o termo para se referir a compostos do tipo N-V - com um núcleo verbal, que geralmente ocupa a posição de um argumento do verbo - e que, metaforicamente, pode-se dizer que o objeto é incorporado ao verbo (HASPELMATH & SIMS, 2010, p. 245), a possibilidade de incorporação do reflexivo deve ser investigada.

Um dos casos de incorporação de *amjĩ* apontado por Ferreira (2003; 2011) é com o verbo *jarên*: com o reflexivo incorporado, tendo o sentido de ‘dizer; refletir’:

(263) katʃer mẽ amʒiʒarên

lua Dat REFL.dizer

‘a Lua refletiu’ lit. ‘a Lua disse consigo mesma’

(FERREIRA, 2003, p. 219)

(264) pepia mīti kām amʒiʒarēn ituware wa ka a-krē
 EVI jacaré POSP REFL.dizer sobrinho eu FUT 2-comer
 inũare i-kupa inũare
 NEG 1-ter.medo NEG

‘dizem que o Jacaré disse: sobrinho, eu não vou te comer, não tem medo de mim’

(FERREIRA, 2011, p. 88)

Ferreira (2003) menciona a identificação dos morfemas que compõem o novo verbo como evidência para considerar que há incorporação do REFLEXIVO: em *amjijaren* é possível identificar o REFLEXIVO *amji* e o verbo *jaren* ‘dizer’.

O Parkatêjê exibe formas distintas para as noções de reciprocidade e reflexividade. Embora não sejam expressos pela mesma forma, e aqueles se comportem como pronomes, ao passo que estes têm comportamento de nome, as duas formas compartilham propriedades morfossintáticas: i) ocupam a posição de O na sentença derivada; ii) permitem marcação por posposição (*mã, kot*); iii) não variam em pessoa e número.

Na seção em que tratei de reciprocidade, pontuei que *aipēn* parece carregar a marca de ausência (sintática) de O, tal como o ANTICAUSATIVO, embora a ideia de que um argumento tomando posição de outro e refletindo na morfologia possa não ser aceita por alguns. RECÍPROCO e REFLEXIVO são tão semelhantes – não raro reflexividade e reciprocidade são expressas pela mesma forma nas línguas –, que o fato de aquele marcar a demissão do argumento mais paciente me motiva a ver que é possível que *ai-* também esteja no REFLEXIVO.

O resultado seria, então, um trio de operações que marcam a ausência de O e se relacionam a ações, eventos ou estados em que uma entidade é tanto desencadeadora do evento quanto afetada por ele: ANTICAUSATIVO–REFLEXIVO–RECÍPROCO. O quinto capítulo deste trabalho, a seguir, apresenta um breve tratamento deste trio.

5 VOZ MÉDIA: UM CONTINUUM DE MENOS A MAIS AGENTES

Historicamente, o estudo da categoria de voz data pelo menos da gramática sânscrita de Panini. A análise de voz é, portanto, um dos tópicos mais antigos da tradição dos estudos descritivos.

Fotoohi (1387) propôs que a voz de um verbo descreve a relação entre a ação que o verbo expressa e os participantes identificados por seus argumentos. Quando o sujeito é o agente ou praticante da ação, o verbo está na voz ativa; quando o sujeito é o paciente ou alvo da ação, trata-se da voz passiva. Tufté (1971) acredita que se aceitamos a relação sistemática entre estilo e pensamento, e a sintaxe como agente de criação das ideias, então existe uma conexão estável entre as estruturas gramaticais das sentenças e o estilo do autor, sugerindo que a voz gramatical mostra parte da relação entre estilo e pensamento.

Klaiman (1991) argumenta que as categorias do verbo em línguas naturais incluem tempo, aspecto, modo e voz. A voz expressa relações entre um predicado e um conjunto de posições em uma cláusula. A voz gramatical introduz uma classificação tripla de tipos de voz, distinguindo primeiramente fenômenos de passivização (voz derivada) de sistemas ativos-médios (voz básica); posteriormente, distinguem-se cada uma dessas vozes em comportamentos pragmáticos, como foco e sistemas inversos.

A classificação da voz gramatical em várias línguas pode ser diferente, mas as categorias dominantes em quase todas os sistemas são ativas, médias e passivas. A voz ativa é a mais comumente usada em muitas línguas e representa o prototípico caso em que o sujeito do verbo é agente. Em uma cláusula de voz passiva, o sujeito gramatical é o experienciador ou destinatário da ação ou processo indicado pelo verbo (FOTOOHI, 1387, p. 13).

Em comunicação pessoal, Shibatani propôs que as operações ANTICAUSATIVO-REFLEXIVO-RECÍPROCO no Parkatêjê estejam sob domínio da voz média, uma vez que ações codificadas por sentenças anticausativas, reflexivas e recíprocas referem-se a eventos em que o ponto inicial e o ponto final da ação/evento referem-se à mesma entidade. Kaufmann (2007, p. 1678) apresenta exemplos de Fula em que a medialidade pode ser reflexiva, anticausativa ou ainda causativa. Parkatêjê não seria, portanto, um caso isolado em que isso ocorre.

Definir a voz média, ao contrário do que ocorre com as definições de ativa e passiva, não é uma tarefa fácil, uma vez que essa categoria engloba um amplo grupo de casos. Mas, em geral, na voz média, o sujeito executa ou experimenta a ação expressa pelo verbo de tal

forma que enfatiza a participação do sujeito, podendo-se dizer que o sujeito age com interesse, pois age de alguma forma em relação a si mesmo. Pode-se pensar na diferença entre a voz ativa e a média em termos de ênfase: a ativa enfatiza a ação do verbo; ao passo que a média enfatiza a ação descrita pelo verbo.

A voz média, segundo Kühner (1872, p. 333 *apud* SHIBATANI, 1985), “denota uma ação que é realizada pelo sujeito e é novamente refletida sobre ele ou se limita a ele”⁴¹. Semelhante a essa proposta apresentada por Shibatani (1985), Kemmer (1993) afirma que a voz média está relacionada a ações, eventos ou estados em que uma entidade é tanto desencadeadora (ponto inicial) do evento quanto afetada (ponto final) por ele.

Smyth (1956, *apud* SHIBATANI, 1985) distingue as ações desse domínio em vários significados, de acordo com os usos específicos:

a) medial reflexivo indireto: ação que o sujeito realiza sobre um objeto dentro de sua própria esfera, ou seja, um objeto pertencente ao mesmo assunto, ligado a ele ou em qualquer relação/ligação com ele. Nesta categoria estão ações como ‘lavar os próprios pés’.

b) medial reflexivo direto: ação que o sujeito realiza sobre ele mesmo, sendo o sujeito também objeto da ação, como ‘eu me estrangulei’ ou ‘eu me curvei’. Ações do sujeito em seu próprio corpo (‘virar’, ‘mostrar-se’, ‘defender-se’, ‘ficar’), ações internas/mentais (‘ser cuidadoso’, ‘decidir seu voto’), ações recíprocas (‘ceder’, ‘concordar com outro’) e atos externos e naturais (‘ungir-se’, ‘lavar-se’, ‘coroar-se’, ‘exercitar-se’) também são agrupados nessa classe.

c) medial causativo: denota que o sujeito tem algo feito por outra pessoa em seu favor como ‘ter comida servida’ ou ‘ele tem uma barraca preparada para si’.

d) medial recíproco: quando o sujeito é dual ou plural, o medial pode expressar um evento recíproco (‘saudar’, ‘conversar’, ‘brigar’). Encaixam-se aqui os casos em que a ação não é estritamente recíproca mas a ideia expressa pelo verbo necessariamente supõe duas ou mais partes como ‘perguntar’ e ‘responder’.

e) depoentes mediais: ocorrem na voz média apenas, ou na média com uma passiva aorista, e tem significação reflexiva ou intransitiva - denotam, em geral, ações corporais ou mentais (sentimentos e pensamentos) como ‘pular’, ‘voar’, ‘dançar’, ‘olhar’, ‘desejar’, ‘escutar’, ‘lamentar’, ‘considerar’.

⁴¹ "The Mid[dle] denotes an action, which is performed by the subject, and is again reflected upon it or is confined to it."

Kemmer (1993) propõe um conjunto de situações para as quais se espera a marcação média: verbos de aliciamento ou cuidados com o corpo (lavar, pentear); verbos de movimento não-translacional (girar, torcer, dobrar); verbos de mudança de postura do corpo (sentar, deitar); auto-benefactivos (comprar para si mesmo, receber, obter); eventos naturalmente recíprocos (conhecer, lutar, abraçar); verbos de movimento de translação (ir, vir, voar, mover-se); também verbos de movimento negativo (ficar); verbos que envolvem emoção (ficar com raiva, ser surpreendido, ser assustado, perguntar, enganar); ações de fala (especialmente quando emocionais); cognição (pensar, examinar, lembrar); eventos espontâneos (mudar, nascer, morrer, cair, quebrar, desaparecer, florescer); e eventos que envolvem percepção (ver, ouvir, tocar).

A meu ver, no Parkatêjê, pelo menos diante dos dados de que disponho, é possível pensar em ANTICAUSATIVO–REFLEXIVO–RECÍPROCO constituindo um continuum, que tem início na voz média (menos argumentos A, nesse caso o ANTICAUSATIVO) e vai até a voz recíproca (mais argumentos A, pelo menos dois mutantes), sem uma divisão clara de onde a separação das vozes ocorre, apresentando o reflexivo como estágio intermediário, como proposto por Shibatani. Por ora, optei por seguir essa proposta com a hipótese de que a voz recíproca não estaria sob domínio da voz média, mas relacionada a ela.

O continuum, portanto, vai da operação que envolve menos (ou nenhum AGENTE) à que envolve mais de um participante neste papel. Como mencionei nos capítulos anteriores, essas três operações parecem carregar a marca de remoção de O, a qual, morfologicamente é codificada na língua por *ai-*:

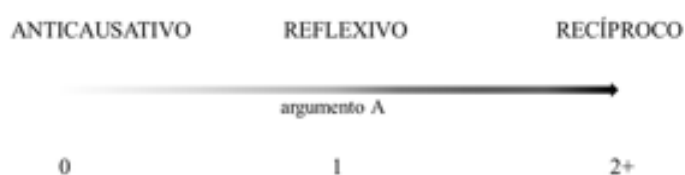


Ilustração 11: Continuum de operações que marcam a remoção de O

Hooper e Thompson (1980, p. 277) consideram que reflexivos são um estágio intermediário entre transitivos e intransitivos, isto é, trata-se de um predicado que está entre even-

tos com pelo menos dois participantes e eventos com um participante. Kemmer (1993, p. 73) representou este estágio no seguinte diagrama:

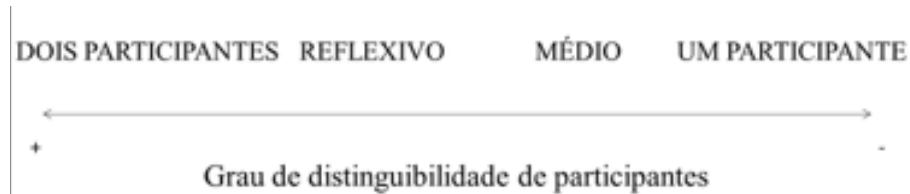


Ilustração 12: Diagrama de relações semânticas de acordo com o número de participantes

No tipo de situação reflexiva, a fonte da ação (a entidade que a inicia) atua em si mesma, mas o tipo de evento envolvido é aquele em que os participantes são normalmente entidades distintas. No caso dos tipos de situação mediais, por outro lado, o ponto inicial e o ponto final da ação referem-se à mesma entidade sem aspectos conceitualmente distintos. Em ambos os casos, o iniciador da ação (fonte da ação) e o ponto final (participante afetado) não são separados, são necessariamente a mesma entidade, ou seja, o iniciador é, ao mesmo tempo, o afetado.

Nos eventos recíprocos, a propriedade relevante, como mencionei na seção sobre os recíprocos, é a distinguibilidade dos subeventos (KEMMER, 1994, p. 210): recíprocos comuns distinguem os subeventos, enquanto em eventos naturalmente recíprocos são vistos como evento único.

Em Panará, por exemplo, segundo Dourado (2001), construções reflexivas expressam medialidade:

(265) tesyeyã ãtõ hẽ ø =ti =yĩ =sa kĩey
 tesyeyã RC.olho ERG REAL.TR=3SG.ERG =MED =furar=cortar
 ‘o olho de Tesyeyã furou-se’

(DOURADO, 2001, p. 112)

O dado (265), retirado da tese de Dourado sobre o Panará, apresenta uma construção de semântica semelhante às das construções que chamei de ANTICAUSATIVAS em Parkatêjê:

(266) *kokti tɛ ri pɜr kwĩn*
 vento ERG ri pau quebrar.NFIN
 ‘(foi) o vento quebrou o pau’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

(267) *pɜr pa aipĩ kwĩn*
 pau braço ANTIC quebrar.NFIN
 ‘o galho (braço do pau) quebrou’

(NEVES, 2014, Notas de campo)

O argumento de Dourado (2001) para considerar que a construção em (265) não é uma construção reflexiva é a possibilidade de “incorporação do núcleo do SN sujeito marcado pelo caso ergativo, se este for o elemento possuído em uma construção possessiva com parte de corpo” somente em construções mediais:

(268) *teseya hẽ ø =ti =yĩ =(i)tɔ =sa kĩey*
 teseya ERG REAL.TR= 3SG.ERG =MED =olho =furar =cortar
 ‘Teseya furou o (próprio) olho’

(DOURADO, 2001, p. 112)

Já o exemplo dado em (269) é o tipo de construção que Castro Alves (2004) Alves (2004) chamou de “reflexivas possessivas” no Apãniekrá, nas quais o sujeito é possuidor do objeto:

(269) *kahãj tɛ amjĩ kra pupun*
 mulher ERG REFL filho ver
 ‘a mulher viu seu (próprio) filho’

(CASTRO ALVES, 2004, p. 70)

Em Parkatêjê, uma construção como apresentada em (270) ainda seria uma construção de voz reflexiva, não de voz média:

(270) i-tɛ amʒĩ kuk tĩk
 1SG-ERG REFL face preto
 ‘eu, eu que me pinteí minha face preto’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Em Parkatêjê e no Apãniekrá, há, portanto, um morfema específico para este processo (*aipĩ* e *pi-*, respectivamente); no Panará, no entanto, é o próprio morfema REFLEXIVO que indica a espontaneidade do evento. A fronteira entre a voz média e a voz reflexiva em relação a Parkatêjê não é pontual.

Os conjuntos de ações/eventos que estão sob o domínio da voz média sugerem, portanto, que a medialidade é mais semântica do que sintática, uma vez que algumas destas ações em Parkatêjê (‘pensar’) são codificadas pelo REFLEXIVO, como em Paraná:

(271) wa amʒizakɔp⁴²
 eu pensar
 ‘eu penso’

(FERREIRA, 2003, p. 65)

Ao passo que outras (a exemplo dos eventos naturalmente recíprocos e de ações como ‘ver’) são expressas pelo próprio RECÍPROCO:

(272) rə hə aipēn mã i-kakok
 já hỳ RECP DAT 1SG-conversar
 ‘já tínhamos conversado’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

⁴² O dado se apresenta tal qual mostrado pela autora, isto é, sem indicação do item referente ao REFLEXIVO *amʒi*.

(273) rə hə ma aipən pupun
 já hə ma RECP ver.NFIN
 ‘nós já nos vimos’

(NEVES, Notas de campo, 2014)

Em Parkatêjê, anticausatividade, reflexividade e reciprocidade parecem estar sob o mesmo domínio, marcando, a meu ver, com o morfema DEOBJETIVO (cristalizado nas formas que codificam cada uma dessas operações) o ajuste sintático causado pela promoção de O a A no trio que constitui o *continuum* ANTICAUSATIVO–REFLEXIVO–RECÍPROCO.

Entretanto, como explicar que DEOBJETIVO e ANTICAUSATIVO ocorrem na mesma forma? Se aquele remove O e este remove A, não restariam argumentos para o verbo.

Segundo o Princípio do Espelho proposto por Baker (1985), a ordem dos morfemas de mudança de valência é icônica e indica em que ordem os processos morfológicos são aplicados no verbo: os morfemas que ocorrem mais próximos à raiz verbal são aplicados antes daqueles que ocorrem mais distantes dessa raiz. Este Princípio prevê que “a ordem morfológica conhecida por meio da ordem dos morfemas deve corresponder à sintaxe (e vice-versa)” (BAKER, 1985, p. 278).

Os dados do Apãniekrá e do Mëbengokre sugerem que *pĩ* seja o responsável pela anticausativa. Aplicado ao *aipĩ*, o princípio sugere que o processo sintático associado a *pĩ* deve ocorrer antes do processo sintático associado a *ai-*. Assim, primeiro o verbo recebe *-pĩ*, que remove o agente. Como citei anteriormente, se uma mudança de valência resulta em remoção do argumento agente, como é o caso das anticausativas, o argumento paciente tende a ocupar a posição de sujeito. Essa mudança de função ocasiona, conseqüentemente, a remoção do objeto – operação deobjetiva codificada na língua por *ai-*. O resultado, portanto, é um formativo, que combina as duas formas (*ai* + *pĩ*) para codificar um evento sem agente, que ocorre espontaneamente.

Da mesma forma, o morfema deobjetivo *ai-* parece estar na formação da forma recíproca. Se o aplicado ao recíproco o Princípio do Espelho (BAKER, 1985), que prevê a iconicidade da ordem dos morfemas, o processo de formação da sentença recíproca inicia com *pën*, que ocorre mais próximo à raiz verbal, indicando que o argumento paciente (O) passa a ocupar o papel de agente (A):

Parkatêjê	aipẽn	amɜĩ	aipĩ
Pykôbjê	ajpẽn	amjõ	

Quadro 13: Formas de expressão de reciprocidade, reflexividade e medialidade/anticausatividade em línguas Jê

Como mencionei anteriormente, considerar que estas operações sinalizam a ausência de O com *ai-* requer uma análise mais aprofundada, com dados que elucidem percurso histórico de tais formas.

Uma observação preliminar permite notar que somente o Panará não apresenta *ai-/aj-/at-/ab-* na forma recíproca e *am-* na reflexiva. Do ponto de vista da minha análise para o Parkatêjê, o Panará não indica o ajuste sintático causado pela demissão de O, uma vez que é mais provável que um sistema tenha perdido determinado morfema do que todos os demais terem adicionado tal morfema para compor essas duas vozes.

Além disso, três sistemas - Apãniekrá, Kayapó e Panará - apresentam formas semelhantes de codificação de medialidade/anticausatividade; formas que se assemelham à de Parkatêjê sem o morfema DEOBJETIVO.

Portanto, as formas Parkatêjê que constituem o diagrama de distinguibilidade de participantes de um evento se distribuem em:

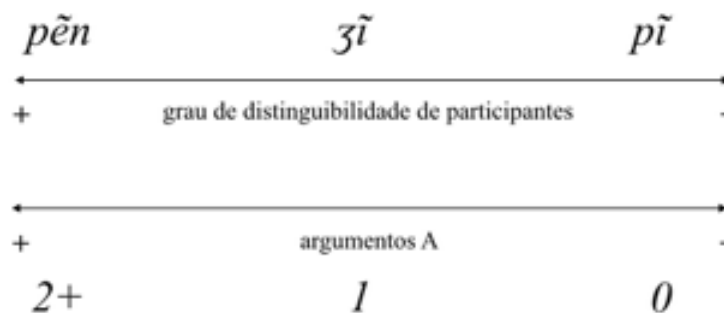


Ilustração 14: Continuum de operações de mais a menos argumentos A

Ressalto que não discordo de linguistas que defendem que, para o falante, o que importa é a forma e seu uso, não a origem ou seus componentes. Em outras palavras, entendo que, para um falante nativo não faz diferença se *aipĩ*, por exemplo, tem em sua formação o DEOBJETIVO ou não, desde que ele saiba que a forma ocorre em eventos sem AGENTE.

Por outro lado, esta é uma linha de investigação que pode contribuir com outras descrições de línguas Jê, contribuindo também para o estudo tipológico e histórico comparativo das línguas em geral. Especificamente no caso de Parkatêjê, embora seja necessária investigação mais detalhada em diversos aspectos sobre voz na língua, este é o primeiro trabalho a propor uma descrição para esta categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar e descrever os processos de rearranjo de valência em uma língua Timbira, o Parkatêjê. As observações aqui feitas permitiram descrever não somente os ajustes sintáticos que tais processos requerem, mas também apresentar uma proposta de alinhamento semanticamente orientado das relações gramaticais entre os argumentos de uma sentença, além de problematizar a descrição de categorias de aspectos antes não descritas na língua como o INCOATIVO e propor outras marcas como a de aspecto ITERATIVO.

O trabalho compreende cinco capítulos, além da introdução - na qual apresento breves considerações sobre os Parkatêjê e a metodologia de coleta dos dados aqui utilizados - e das considerações finais. O primeiro capítulo, com foco em Parkatêjê, traz uma revisão da morfossintaxe verbal Timbira, apresentando as descrições de outros autores das línguas que compõem o complexo quanto ao alinhamento e à transitividade. Neste capítulo proponho que a transitividade seja vista na língua como um traço gradativo, isto é, semanticamente orientada, não estando necessariamente ligada ao número de argumentos que o verbo exhibe, pois há sentenças que exibem um argumento único ou apenas argumentos [+agente] (intransitivas), porém com marcação de caso ergativo (traço de transitividade).

O capítulo dois é uma contribuição à proposta de Ferreira (2003) para o sistema de marcação de caso na língua, que, segundo a autora, opera com cisão de S (*Split-S*), condicional pelas categorias TAM, pela pessoa e pela semântica verbal. Esse sistema cindido pode ser explicado pelo alinhamento da língua, que contrasta ativo e estativo. Tal como no sistema proposto por Ferreira (2003), os dados aqui apresentados apontam que nos tempos não-passado, passado recente e passado distante guardam em comum o alinhamento de So a O e a diferente codificação de sujeitos de verbos ativos.

O terceiro capítulo inicia o tratamento das operações de valência com as categorias de demissão e inclusão de AGENTE a PACIENTE e a incorporação nominal. As categorias de redução de valência incluem as de demissão de PACIENTE (deobjetiva) e de demissão do AGENTE (anticausativa). A operação deobejtiva é codificada na língua pelo prefixo *ai-*, que parece estar nas demais formas em que o paciente é demovido, como anticausativos, reflexivos e recíprocos. A demissão do argumento AGENTE é codificada na língua por *aipĩ*, descrito anteriormente

por Ferreira (2003) como elemento de passivização; interpretado por mim neste trabalho como elemento ANTICAUSATIVO. Considerando o tratamento dado por Ferreira (2003, 2011) à incorporação nominal, mostrei de que forma a incorporação de um nome ao verbo resulta em alteração de valência, segundo os trabalhos mencionados da autora, sem apresentar uma nova interpretação para o fenômeno. Nas categorias de aumento de valência, pretendia-se descrever duas: APLICATIVO (inclusão de PACIENTE) e CAUSATIVO (inclusão de AGENTE). Entretanto, os dados dos quais disponho para tratamento de aplicativas permitiram apontar sentenças em que um argumento não-objeto assume a função de objeto, sendo necessárias investigações que descrevam as regras dessa operação. As operações que resultam em inclusão de agente, as causativas, ocorrem com a partícula $t\mathcal{O}$, que exerce outras funções, como aspecto IMPERATIVO.

Baseada no modelo de Kulikov, tratei separadamente no quarto capítulo as operações de voz, que constituem um ajuste sintático, como reflexivos e recíprocos. Esta proposta se distingue das descrições anteriores desta língua em dois aspectos: i) por considerar que a forma recíproca assume comportamento de NOME, não de PRONOME; ii) que ambas as operações são categorias de voz, resultando em um ajuste sintático da sentença que mantém o número de argumentos, não sendo categorias de ajuste de valência.

Por fim, o quinto capítulo apresentou minha proposta de tratamento das construções mediais da língua, de noção mais semântica do que sintática, em que a voz média constitui-se de um *continuum* das operações que carregam a marca morfológica que sinaliza a ausência de O, indo da operação que envolve menos (ou nenhum agente) - ANTICAUSATIVO - à que envolve mais de um participante neste papel - RECÍPROCO.

Como mencionei diversas vezes ao longo deste trabalho, as hipóteses levantadas constituem uma linha de investigação das teorias e dos dados aqui apresentados, não sendo conclusivas para a descrição dessa língua minhas interpretações sobre quaisquer fenômenos descritos. Esta é, portanto, uma descrição parcial dos processos que envolvem valência em Parkatêjê, que necessita de investigações mais aprofundadas em diversos aspectos, sobretudo o sintático, uma vez que optei por interpretar os dados com orientação semântica.

REFERÊNCIAS

- CASTRO ALVES, Flávia de Castro. *O Timbira falado pelos Canela Apãniekrá*. Tese de doutoramento. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, 2004.
- AMADO, Rosane de Sá. *Aspectos morfofonológicos do Gavião Pykobjê*. Tese de doutoramento. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.
- ARAÚJO, Leopoldina Maria Souza de. *Semântica Gerativa da Língua Gavião-Jê*. Dissertação de mestrado inédita. Florianópolis: UFSC, 1977.
- _____. *Aspectos da Língua Gavião-Jê*. Rio de Janeiro. Tese (doutorado)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 1989.
- _____. Parkatêjê x Português: caminhos de resistência. IX Congresso Internacional da “Brazilian Studies Association” (www.brasa.org). New Orleans, Louisiana, Estados Unidos, 2008.
- BAKER, M. The Mirror Principle and morphosyntactic explanation. In: *Linguistic Inquiry* 16.3: 373-415, 1985.
- _____. Theta Theory and the Syntax of Applicatives in Chichewa. In: *Natural Language and Linguistic Theory*. Vol 6 : 353-389, 1988.
- _____. *Incorporation*. Chicago: University of Chicago Press, 1988a.
- CIRÍACO, L. *A alternância causativo-ergativa no PB: restrições e propriedades semânticas*. Dissertação de mestrado. UFMG. 2007.
- COMRIE, B. The Syntax of Causative Constructions. In: Shibatani, Masayoshi (ed.) *The Grammar of Causative Constructions*. Syntax and Semantics. Volume 6. Academic Press, 1976.
- _____. Causative verb formation and other verb-deriving morphology. In: T. Shopen. (ed). *Language typology and syntactic description*. Vol. 3. pp. 309-348. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- _____. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- DIXON, Robert M. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- DIXON, Robert M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (Orgs.). *Changing valency: case studies in transitivity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

- DOURADO, L. 2001. *Aspectos Morfossintáticos da Língua Panará*. Tese de doutorado. UNICAMP.
- FERREIRA, Marília de Nazaré de Oliveira. *Estudo Morfossintático da Língua Parkatêjê*. Campinas, SP: [s.n.], 2003. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.
- FREITAS, Marília Fernanda. *Revisitando os verbos em Parkatêjê: questões relevantes para um estudo morfossintático*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Letras e Artes, Curso de Mestrado em Letras, Belém 2008.
- FOTOOHI, Mahmood. Three voices, three colors, three styles in the poem of Gheisar Amin Pour, Ferdowsi University of Mashhad, 1387. admin publication procode-140136-[prid-704827](http://www.ferdowsi.univ-mshad.ac.ir/procod/procod-140136-704827.html). html.
- GOLDBERG, Adele E. *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- HASPELMATH, Martin. Further remarks on reciprocal constructions. In: Nedjalkov, Vladimir P. (ed.) *Reciprocal constructions*. 5 vols. Amsterdam: Benjamins, 2007. PP 2087-2115.
- HASPELMATH, Martin & MÜLLER-BARDEY, Thomas. Valency change. In: Booij, Geert & Lehmann, Christian & Mugdan, Joachim (eds.) *Morphology: A Handbook on Inflection and Word Formation*. Vol. 2. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft) Berlin: de Gruyter, 1130-1145, 2004.
- HASPELMATH, Martin & SIMS, Andrea D. *Understanding morphology*. 2nd edition. London: Hodder Education, 2011. 366 pp.
- HOPPER, PAUL J. & THOMPSON, SANDRA A. Transitivity in grammar and discourse. *Language* 56:251-299, 1980.
- JÕPAIPARE, Toprãmre Krôhòkrenhũm. *Me ikwỳ tekjê ri: isto pertence ao meu povo*. 1. ed. Marabá, PA: Gknoronha, 2011.
- KEMMER, Suzanne. Middle voice: transitivity and events. In: FOX, Barbara; HOPPER, Paul J. (Eds.). *Voice: form and function*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1993. p. 179-230.
- KAUFMANN, Ingrid. Middle voice. In: *Lingua 117*. Universitat Konstanz, Germany, 1677-1714, 2007.

- KLAIMAN, A.H. *Grammatical voice*. Cambridge studies in linguistics, Cambridge University press, 1991.
- KULIKOV, Leonid. Voice typology. In: *The Oxford Handbook of Linguistic Typology*. Song, Jae Jung (ed.), 346–367. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- KRÔHÔKRENHUM JÔPAIPAIRE, Toprãmre. *Mẽ ikwỳ tekjê ri: Isto pertence ao meu povo*. Marabá, PA: GKNORONHA, 2011.
- LEHMANN, Christian. Participant roles, thematic roles and syntactic relations. Tsunoda, Tasaku & Kageyama, Taro (eds.), *Voice and grammatical relations*. In honor of Masayoshi Shibatani. Amsterdam & Philadelphia: J. Benjamins (Typological Studies in Language, 65); 167-190, 2006.
- MITHUN, Marianne. Valency-changing derivation in Central Alaskan Yup'ik. Dixon, Robert M.W. & Aikhenvald, Alexandra Y. (eds.). *Changing valency*. Case studies in transitivity, Cambridge: Cambridge University Press; 84-114, 2000.
- NAKAMURA, M. Object Extraction in Bantu Applicatives: some Implications for Minimalism. *Linguistic Inquiry*, 28. 2, 1997.
- POPJES, J. & POPJES, J. Canela-Krahô. D. Derbyshire & G. Pullum. (eds.) *Handbook of Amazonian Languages*. Vol.I. Berlin: Mouton de Gruyter. (1986).
- RIBEIRO, Eduardo Rivail. *Morfologia do verbo Karajá*. Dissertação de mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. 1996.
- RIBEIRO-SILVA, N. Pronomes em Parkatêjê: a expressão da terceira pessoa. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém 2016.
- SALANOVA, Andrés Pablo. *A flexão de terceira pessoa nas línguas Jê*. Revista Liames 11-pp. 75-114, Primavera. 2011.
- _____. Não existem prefixos relacionais nas línguas Jê. Em *Línguas e culturas Macro-Jê*, ed. S. Martins Filho e L. Braggio. Goiânia: UFG. 2009.
- SCHACHTER, Paul. Parts-of-speech systems. In: SHOPEN, T. (ed.). *Language typology and syntactic description*. Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p.3-61.
- SHIBATANI, Masayoshi. The Grammar of Causative Constructions: A Conspectus. Masayoshi Shibatani (ed.) In: *The Grammar of Causative Constructions*. Syntax and Semantics. Volume 6. Academic Press, 1976.

SILVA, Maria Amélia Reis. *Pronome, ordem e ergatividade em Mebengokré (Kayapó)*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP. 2001.

SOUZA, S.M. O sistema de referência pessoal da língua Krahô. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. 1990.

SHOPEN, Timothy. *Language typology and syntactic description*. Cambridge: Cambridge University Press. Vol. 3. pp. 309-348. 1985.

ANEXO**A. TESES E DISSERTAÇÕES VOLTADAS À DESCRIÇÃO DO PARKATÊJÊ**

ARAÚJO, Leopoldina Maria Souza de. *Semântica Gerativa da Língua Gavião-Jê*. Dissertação de mestrado inédita. Florianópolis: UFSC, 1977.

_____. *Aspectos da Língua Gavião-Jê*. Rio de Janeiro. Tese (doutorado)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 1989.

FERREIRA, Marília de Nazaré de Oliveira. ESTUDO MORFOSSINTÁTICO DA LÍNGUA PARKATÊJÊ. Campinas, SP: [s.n.], 2003. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

FREITAS, Marília Fernanda Pereira de. REVISITANDO OS VERBOS EM PARKATÊJÊ: questões relevantes para um estudo morfofossintático. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguística e Teoria Literária) - Universidade Federal do Pará, 2008.

SILVA, Maria de Nazaré Moraes da. A Tradição Oral no Ensino de Línguas Indígenas: uma proposta para o povo Parkatêjê. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguística e Teoria Literária) - Universidade Federal do Pará, 2014.

SILVA, Nandra Ribeiro. PRONOMES EM PARKATÊJÊ: a expressão da terceira pessoa. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguística e Teoria Literária) - Universidade Federal do Pará, 2015.

NEVES, Cinthia. Alternância de Códigos em Narrativas Oraís do Povo Parkatêjê: aspectos linguísticos do contato com o português. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguística e Teoria Literária) - Universidade Federal do Pará, 2012.